



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE III



MUNICÍPIO DA TROFA

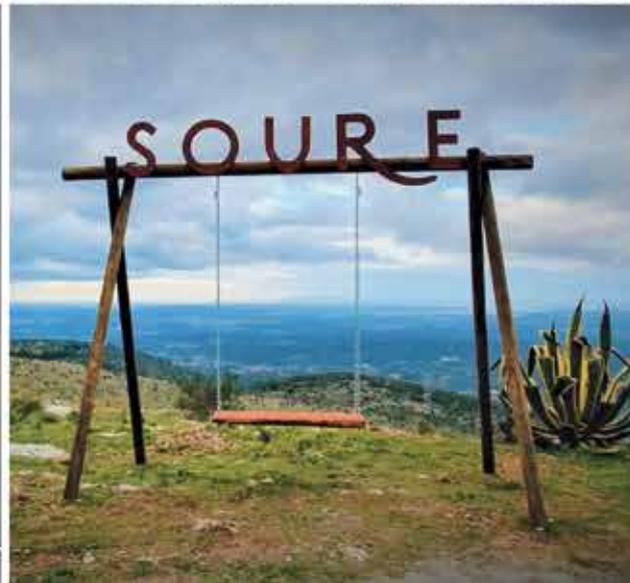
“Estamos a construir a Trofa de futuro, rumo a 2030”



Município de SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

Um concelho com tradições

www.cm-soure.pt
www.facebook.com/MunicipiodeSoure





MUSEU DE
ARQUEOLOGIA
E ETNOGRAFIA
ELVAS

ANTÓNIO TOMÁS PIRES

O Museu está instalado no edifício da antiga Manutenção Militar de Elvas, agora reabilitado para o efeito. Serviu anteriormente de depósito de trigo, cevada e palha e de Padaria Militar.

A exposição permanente "TERRITÓRIO: DO PASSADO AO PRESENTE, DAS PESSOAS AOS OBJETOS", cruza a coleção de arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnografia António Tomás Pires com a coleção de etnografia proveniente do Grémio da Lavoura de Elvas. A partir de uma (re) leitura dos objetos museológicos, com base numa abordagem biográfica, privilegia-se a diversidade de intervenientes envolvidos na formação das coleções e a contextualização dos usos e funções dos objetos.

Este Museu tem como **MISSÃO** conservar, documentar, investigar e divulgar os espólios que lhe estão confiados, no sentido de os valorizar, contribuindo para o conhecimento e o enriquecimento do património cultural material e imaterial, de cariz arqueológico e etnográfico, do território do atual concelho de Elvas.

Na sua **VOCAÇÃO**, pretende constituir-se como um espaço de referência para o estudo, divulgação, discussão e problematização das questões ligadas à arqueologia e à etnografia deste território, disciplinas estruturantes da sua matriz cultural.

HORÁRIO DE VERÃO
(1 abr. a 30 set.)

Quarta – Domingo:
10h00 – 13h00
15h00 – 18h00

(última entrada às 17h30)

ENCERRADO

segunda-feira e terça-feira de manhã

HORÁRIO DE INVERNO
(1 out. a 31 mar.)

Quarta – Domingo:
10h00 – 13h00
14h00 – 17h00

(última entrada às 16h30)

ENCERRADO

segunda-feira e terça-feira de manhã

Isento de pagamento até 31/12/2021,
de acordo com as medidas municipais de apoio preventivo ao Covid-19

Largo da Senhora da Oliveira n.º 1 · 7350-120 Elvas
+ 351 268 624 601 · mae@cm-elvas.pt



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

www.visitmanteigas.pt



Photo Credits: Renato Santos



Photo Credits: CM Manteigas



Photo Credits: Miguel Serra



Photo Credits: Guia das Praias Fluviais / 2019



13 DE AGOSTO[®]

C O N S T R U Ç Õ E S

**CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTE DE MERCADORIAS
ALUGUER DE EQUIPAMENTO**



Estrada Nacional 312, n.º10, Carreira da Lebre
5460-125 Beça - Boticas

Tel: 276 415 654
geral@construcoes13deagosto.pt



ENTREVISTA A SÉRGIO HUMBERTO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

“ESTAMOS A CONSTRUIR A TROFA DE FUTURO, RUMO A 2030”

Sérgio Humberto, presidente da Câmara Municipal da Trofa, não tem dúvidas de que o Município caminha em direção ao futuro, rumo a 2030. Com diversos investimentos estruturantes a decorrer e com muitos outros já projetados para o próximo quadriênio, o autarca garante que a Trofa “está a lançar as suas bases para, no futuro, ser a capital da região Norte do País, pela sua localização geográfica, pelo seu dinamismo e pela qualidade que terá ao nível de infraestruturas, vias de comunicação e, sobretudo, pela virtude e pelo saber bem receber de todos os trofenses sem exceção”.



► Sérgio Humberto, presidente da Câmara Municipal da Trofa, afirma que a pandemia fez com que muitas das prioridades do Município tivessem mudado. “No decurso do último ano e meio, tivemos que realocar fundos no valor de 1.2 milhões de euros para o combate à pandemia, isto sem contar com as perdas ao nível da receita. Ainda que esse decréscimo não se tenha sentido muito em 2020, temos consciência de que a realidade será diferente em 2021, sobretudo ao nível da derrama, imposto significativo num concelho como o nosso, onde o setor industrial é tão expressivo. Assim, prevemos quebras na ordem dos 25 a 30 por cento, no que concerne a receitas diretas do Município”, O autarca assevera que, perante esta nova realidade, todos os municípios tiveram que se adaptar e priorizar o comba-

te à pandemia e afirma, a título de exemplo, que se não tivesse existido a intervenção da Autarquia no Centro de Vacinação, “o nível de satisfação da população estaria longe daquele que é registado na atualidade. Os centros de saúde e as ARS – Administrações Regionais de Saúde não tinham ao seu dispor os meios necessários e equipas técnicas habilitadas para a realização de um trabalho de qualidade. Assim, estamos a acompanhar, de forma próxima, este processo e estamos a realizar um acompanhamento logístico complexo de apoio ao ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Santo Tirso / Trofa, que tem resultado numa parceria perfeita. Esta tem sido uma luta dura, mas que estamos a vencer”. Este foi um investimento realizado na ordem dos 60 mil euros.

Sérgio Humberto advoga que a campanha de vacinação está a correr de forma muito positiva no concelho. “De acordo com o feedback que recebemos, temos um dos melhores centros de vacinação do País, tanto ao nível das infraestruturas, como pela equipa médica presente, assim como por todas as equipas de apoio que ali trabalham, incluindo equipas da Autarquia que auxiliam o ACES no agendamento das vacinas e no contacto a todos os utentes, para além da Proteção Civil concelhia que está dedicada a esta questão, quase em regime de exclusividade. Não queremos que ninguém fique para trás”. O autarca refere ainda



Sérgio Humberto

que, numa parceria com a corporação local de bombeiros, o Município também assegura o transporte de todas as pessoas, sempre que essa necessidade é identificada. “Também criámos um call center de apoio ao ACES para o acompanhamento dos casos dos trofenses em isolamento preventivo, por terem contactado com um caso Covid positivo. Em paralelo criámos também uma equipa de intervenção rápida com quatro técnicos superiores, para apoio a pessoas que necessitem de ajuda para as compras, para a aquisição de medicamentos ou outras questões, uma vez que estão em casa confinadas”, completa.

Sérgio Humberto garante que o Município também prestou um grande apoio às IPSS's, nomeadamente através da distribuição de todo o tipo de equipamentos de proteção individual, e de uma aposta clara na testagem de todos os lares, iniciativa que a Autarquia teve desde o primeiro momento, numa importante parceria estabelecida com o Grupo Trofa Saúde. “Foi essa atitude preventiva que fez com que os números da pandemia, ao nível do número de mortes, não fossem tão penalizadores no concelho. Se tivéssemos estado à espera do Estado Central, a realidade teria sido muito dife-

rente. Num combate como este, o planeamento é vital, algo que nunca existiu por parte do Ministério da Saúde e de todas as outras entidades competentes, nomeadamente a Direção Geral de Saúde (DGS). Não existiu qualquer preparação do País da primeira para a segunda vaga. Não houve qualquer reforço ao nível dos recursos humanos, assim como ao nível dos equipamentos de proteção individual. As entidades competentes andaram literalmente “a dormir” durante meses, o que é lamentável. A verdade é que se não tivesse existido o trabalho realizado pela maioria das autarquias, a realidade teria sido muito diferente e muito pior. Algumas houve, que se recusaram a fazer, muitas delas do Partido Socialista que alegaram que estas medidas não eram uma competência sua, mas do Governo Central. No caso da Trofa, como em primeiro lugar, e acima de tudo, está sempre o bem-estar de toda a população, adotámos todas as medidas que estavam ao nosso alcance, no sentido de mitigar os efeitos desta pandemia. Se o Estado Central não chegava, tinha que chegar o Estado Local que, desta forma e lamentavelmente, substituiu a Tutela que deveria ter acautelado toda esta situação, atempadamente, e clara-

mente não o fez. Se eu estivesse no lugar da diretora da DGS já tinha colocado o meu lugar à disposição”.

No que concerne às empresas, Sérgio Humberto esclarece que a maioria do tecido empresarial local não sentiu, felizmente, grandes efeitos em resultado da pandemia. “Algumas empresas até cresceram. As nossas empresas são resilientes e o tecido empresarial é forte. O problema esteve no comércio local. Assim, para além de abolirmos o pagamento de parquímetros e de todas as taxas que dizem respeito a esplanadas, publicidade, entre outras, também reduzimos e, 50%, de janeiro a maio de 2021, a fatura de resíduos, água e saneamento. Este foi um apoio direto que demos ao comércio local, no valor de 200 mil euros. Mais uma vez, estamos a substituir o Estado Central, uma vez que os nossos empresários não podiam ficar à espera deste Governo “do vai haver”. “Vai haver” máscaras, mas depois não há. “Vai haver” computadores para as acrianças, mas depois não há. “Vai haver vacinas”, mas depois chegam a conta gotas...”, acusa o autarca.

Já para as famílias, o presidente informa que o preço da água também sofreu uma diminuição, sendo que no 1º escalão, o valor da tarifa passou de 0,99€ para 0,71€; no 2º escalão de 1,62€ para 1,12€; e no 3º escalão de 3,25€ para 1,87€. “Também foram centenas os computadores que distribuimos pelos nossos alunos, por forma a que tivessem condições logísticas para terem aulas a partir de casa com toda a qualidade. Compramos computadores, routers e acessos à internet, num investimento de cerca de 180 mil euros. Nenhuma criança pode ser diferenciada pela sua condição à nascença e é inegável que o ensino à distância separa aqueles que têm dinheiro, daqueles que não o têm”. Sérgio Humberto afirma que o Município apoiou muitas famílias, consideradas de classe média e que, pela primeira vez, enfrentaram dificuldades financeiras. O autarca garante, contudo, que “na Trofa ninguém pode passar fome. Sabemos que pode existir pobreza envergonhada, contudo as nossas equipas da Rede Social estão atentas a todas estas questões”.

RUMO A 2030

O autarca é perentório: “Estamos a delinear projetos para uma Trofa de futuro, até 2030”. O presidente destaca, desde logo, o projeto dos novos Paços do con-

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“A Trofa é conhecida e reconhecida do ponto de vista regional, nacional e internacional. Espero apenas que os trofenses se lembrem de como era este concelho há oito anos e que o comparem com aquilo que é hoje. Esta é uma Trofa diferente, com mais empresas, mais emprego, mais qualidade de vida, mais trabalho de equipa e mais alma e, inequivocamente, muito mais orgulho em sermos Trofenses. Estamos a lançar as bases para, no futuro, sermos a capital da região Norte do País, pela nossa localização geográfica, pelo nosso dinamismo e pela qualidade que teremos ao nível de infraestruturas, vias de comunicação e, sobretudo, pela virtude da hospitalidade e da força de trabalho de todos os trofenses sem exceção”.

celho, obra que estará concluída no final de 2021 e que significa um investimento de 8,9 milhões de euros. “Estamos a viver um dos momentos mais relevantes da nossa história, a seguir à criação do concelho em 1998”. A “Casa” de todos os Trofenses nasce da requalificação das antigas instalações da Indústria Alimentar Trofense e vai complementar a nova centralidade já iniciada com a requalificação dos Parques Nossa Senhora das Dores e Dr. Lima Carneiro, e com a construção da Alameda da Estação. Este será um edifício “icónico e fundamental no contexto de uma estratégia de desenvolvimento urbano preconizada para a Trofa, conferindo-lhe um caráter integrado e sustentável, até porque este é um edifício inovador, com materiais nobres, mas acessíveis e energeticamente autossuficiente, cumprindo todas as normas ambientais”, completa. Paralelamente, Sérgio Humberto enaltece que quer que a “Trofa seja reconhecida como um território de empresas e de emprego”. Assim, para além de requalificar, o Executivo também está a planear alargar as áreas industriais locais. “Temos que continuar a potenciar este corredor de exportação que é a Nacional 14: Maia – Trofa – Vila Nova de Famalicão, área determinante para o futuro deste concelho e da nossa região. Se tivermos empresas, temos emprego. Se temos emprego, conseguimos oferecer qualidade de vida, o que faz com que cada vez mais pessoas optem por viver aqui. Para citar apenas alguns exemplos,

temos a nossa fabulosa Alameda da Estação, os Parques Nossa Senhora das Dores e o Parque das Azenhas, projetos que são reconhecidos a nível internacional. Recentemente, o projeto da Alameda da Estação ficou em segundo lugar num concurso europeu. Temos recebido muitas visitas internacionais de pessoas que querem perceber como conseguimos reabilitar e transformar estes espaços e devolvê-los às populações. A Alameda é um excelente exemplo de regeneração urbana, contudo, precisamos de muito mais”.

E porque é preciso mais, o autarca revela aquele que será um dos projetos inovadores para o próximo mandato, um investimento único e singular: a reconstrução integral da célebre Ponte Pênsil, monumento nacional que foi demolido, na década de 30, do século passado. “Este é um marco na Trofa, está no nosso brasão e era uma via de indiscutível importância porque ligava o distrito do Porto ao de Braga. Este era um monumento único, que agora poderá voltar com todo o seu esplendor original, como uma ponte apenas ciclável e pedonal”.

Neste momento, está já quase concluída a empreitada do Corredor Ciclável e Pedonal do Coronado, que representa um investimento de quatro milhões de euros, sendo que esta é apenas uma das várias vias pedonais e cicláveis que a Autarquia está a implementar. Sérgio Humberto também destaca a Distribuidora 21 – Rede Ciclável e Pedonal da Trofa, obra que representa um investimento de 1.2 milhões de euros e que tem financiamento de fundos europeus a 85%. A aposta na mobilidade sustentável e na descarbonização estende-se ainda à empreitada da Ciclovia Norte, num investimento de cerca de 950 mil euros, participado pela União Europeia. “O objetivo é que todas as ciclovias se interliguem e que liguem o concelho a Vila Nova de Famalicão, numa primeira fase, e depois a Santo Tirso”, completa o autarca.

Ainda no que concerne à mobilidade, e ao fim de mais de 20 anos de luta, o presidente esclarece que, no decorrer do próximo quadriénio, estará concluída a variante à Nacional 14. “Também nunca esquecemos a luta do metro até à Trofa, uma vez que nos tiraram o comboio, deixando parte do concelho sem transportes públicos, além do rodoviário. Estou convencido de que, com a chegada do Plano de Recuperação e



Resiliência (PRR), com sensatez e espírito de justiça será possível que o metro chegue à Trofa”.

Sérgio Humberto salienta ainda a intenção de construção de um auditório/museu e de um novo cemitério municipal. “Cada vez mais, não faz sentido os cemitérios estarem localizados em áreas urbanas densas. Não concebo um cemitério rodeado de cimento e de agitação. Queremos construir um novo espaço com paz, tranquilidade e com alguns espelhos de água. Apesar disso não será um espaço onde as pessoas, mesmo depois de partirem têm que gastar muito dinheiro. A nossa morte não pode ser mais uma fatura”. O autarca sublinha ainda que o Município irá investir também na construção de uma nova biblioteca e terminar a requalificação das escolas existentes no concelho, nomeadamente a EB 2/3 de São Romão e a EB1/JI de Paranho. “Desde que tomamos posse reconverteremos todo o parque escolar e oferecemos aos nossos alunos qualidade, com recurso às novas tecnologias, e uma série de mais-valias extras, como acompanhamento próximo de psicólogas, nutricionistas, terapia da fala, entre outras áreas. Queremos reduzir a taxa de abandono escolar, ambicionando que um dia possa ser zero”.

Por fim, Sérgio Humberto enfatiza que o Município vai investir no ensino técnico e profissional. “O futuro passará por aqui. Não temos que ser todos licenciados e o mercado de trabalho está a demonstrar que precisa de quadros intermédios, técnicos e altamente especializados. O melhor CENFIM do País, com uma taxa de empregabilidade de 98%, está localizado na Trofa, sendo que os dois por cento restantes correspondem a alunos que ingressam no ensino superior. Este é o sucesso que queremos potenciar”, conclui. 

MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

REVITALIZAR UM INTERIOR REPLETO DE POTENCIALIDADES

Apesar de reconhecer que este segundo mandato foi repleto de desafios, Jorge Abreu, presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, garante que o futuro será mais importante porque permitirá revitalizar o Interior do País, região repleta de potencialidades. “O futuro é feito aqui e agora. Tudo o que fazemos é realizado com os olhos postos no amanhã. Podemos demorar mais tempo do que aquele que desejaríamos, contudo, conseguimos sempre atingir os nossos objetivos, porque nunca perdemos a ambição. Os figueiroenses podem ter a certeza de que estaremos sempre ao seu lado para os ajudar a debelar todas as dificuldades”.



Jorge Abreu



► “Sem dúvida que a pandemia limitou a nossa ação em vários aspetos, contudo, conseguimos levar a cabo todos os investimentos previstos, pelo que a estratégia delineada anteriormente não foi alterada. As obras previstas estão a ser realizadas, ainda que admitamos que, em alguns casos, o tempo previsto de execução tenha sido excedido, já que as várias empresas tiveram que laborar com algumas limitações. Além disso, reconhecemos que tivemos que realizar um investimento extra no combate à pandemia devido a todas as medidas que foram implementadas no concelho, custo esse que não estava previsto quando tomámos posse em 2017. Este custo prendeu-se com a proteção das populações e com todo o apoio que demos”,

afirma Jorge Abreu, presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Apesar de admitir que a Covid teve os seus aspetos negativos “que todos desejávamos que não tivessem existido”, o autarca também assevera que a pandemia teve uma vertente positiva, na medida em que “despertou as pessoas para a importância da qualidade de vida e segurança que possuem no Interior. Ninguém estava preparado para uma situação como esta. Numa grande cidade, uma família de quatro pessoas, confinada a um pequeno apartamento, reconsiderou e inverteu muitas das suas prioridades. As pessoas passaram a encarar a vida de outra forma e muitas das recordações da vida na aldeia do Interior foram despertadas, com a possibilidade de interação com os vizinhos, a vida no campo, a agricultura de subsistência e o contacto permanente com a natureza”. Contudo, Jorge Abreu reconhece que esta mudança não é realizada de forma imediata, mas que a semente foi lançada para que as pessoas reconsiderem as suas opções. “no último verão tivemos um fluxo de visitantes extraordinário. Foram muitos aqueles que se renderam à nossa natureza, cultura e forma de vida. A nossa expectativa é de que, logo que seja possível, muitos outros nos visitem porque as pessoas estão ávidas por res-

pirar e por estar em comunhão com a natureza. O mais importante é que acreditamos que alguns deles podem regressar e aqui construir o seu futuro”.

REVITALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO INTERIOR

O autarca esclarece que, apesar de toda as vicissitudes, a totalidade das verbas atribuídas ao Município no âmbito do atual quadro comunitário de apoio Portugal 2020 serão investidas na sua totalidade. Em termos globais, o investimento realizado por Jorge Abreu, quando comparado com o realizado no decorrer dos oito anos anteriores à sua tomada de posse, em 2013, foi muito superior. “Realizámos um investimento de mais de 11 milhões de euros no decurso de sete anos, quatro vezes mais do que o valor investido entre 2006 e 2013. De enaltecer que, para além de todo este investimento que conseguimos realizar, ainda fomos capazes de amortizar a dívida da Autarquia em cerca de seis milhões de euros, à razão de um milhão por ano, o que demonstra o esforço financeiro realizado”. Paralelamente, e de forma progressiva, o Executivo também conseguiu baixar os impostos aos munícipes. Neste momento, o

IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) está na taxa mínima, ou seja, “no País ninguém paga menos que os figueiroenses. Para além disso, ajudamos ainda a população através de diversos incentivos em áreas como a habitação, a ação social ou o empreendedorismo. No fundo, fizemos aquilo para que fomos eleitos. Ajudámos a população, privilegiámos todos os figueiroenses para que optassem por viver em Figueiró dos Vinhos, mitigando o êxodo que se registava no passado”, completa o autarca.

De acordo com Jorge Abreu para o sucesso de todos os investimentos realizados e a realizar foi de vital importância a qualidade dos projetos que a Autarquia apresentou aos programas de apoio europeus. “A maior parte das nossas candidaturas foi aprovada, o que demonstra a sua pertinência e importância para o desenvolvimento da região. O mais importante é que estas candidaturas permitiram a concretização de vários investimentos, tendo estes, na sua maioria, sido comparticipados a 85 por cento. Mesmo tendo a Autarquia que assegurar apenas 15 por cento dos investimentos em causa, a concretização destas obras só foi possível graças a uma gestão criteriosa e cuidada de todas as despesas,

uma vez que tínhamos que assegurar o cumprimento das nossas obrigações com a Banca”, lembra.

Entre os investimentos mais recentes que foram realizados no Município, Jorge Abreu destaca o novo Complexo Empresarial Sonuma que significou um investimento na ordem de 1.3 milhões de euros e que permitiu a requalificação e reconversão das antigas instalações de uma recauchutagem, convertendo uma área de 6000 metros quadrados em sete espaços distintos e autónomos onde, a curto prazo, estarão sete empresas a laborar em pleno. Esta obra teve uma participação a 85% do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). “Este foi um investimento muito importante porque potenciou a atratividade do concelho e, com isso, conseguimos a criação de novos postos de trabalho, fator ainda mais importante num período de pandemia como este”. O autarca assevera que o objetivo do Executivo é continuar a atrair empresas e aproveitar os fundos que serão atribuídos aos municípios no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência que será implementado no nosso País.

Jorge Abreu revela que Figueiró dos Vinhos está a trabalhar em conjunto com outros 21 municípios naquele que será um Plano de Revitalização do Interior e que contemplará áreas como a floresta, o turismo, a habitação, as acessibilidades, a saúde, a educação, a ação social, entre outros. “Felizmente, cada vez mais, os municípios não pensam apenas em si próprios, mas nos benefícios para toda a região, o que é muito positivo. O pensamento deve ser sempre realizado de forma macrorregional até porque, desta forma, todos teremos a ganhar. Assim, estamos expectantes de que as entidades competentes irão fornecer uma dotação elevada para a região, pelo que queremos maximizar ao máximo esse apoio. Optámos por apresentar este plano conjunto porque reconhecemos as nossas limitações. Somos um Município pequeno, pelo que com maiores dificuldades no acesso a fundos europeus quando comparado com uma capital de distrito ou com um dos grandes centros urbanos do Litoral do País. Felizmente, o Governo está ciente das verbas a investir no Interior para que o País fique mais equilibrado. Sabemos que este será um projeto a médio/longo prazo, mas também temos a certeza que este pode ser o início de um caminho de revitalização e de verda-



deira dinamização do Interior, esbatendo assimetrias e debelando dificuldades”.

A LUTA CONTRA A COVID

O autarca sublinha que, na luta contra a pandemia, o Executivo esteve, desde o primeiro momento, ao lado das populações, das empresas e das diversas instituições, tendo realizado, desde logo, a distribuição de equipamentos de proteção individual. “Também colocámos no terreno diversos programas de apoio às pessoas isoladas e/ou em confinamento para que tivessem acesso, por exemplo, a bens alimentares e medicamentos. Para além disso, prestámos apoio e realizámos um acompanhamento próximo de todas as problemáticas relacionadas com o funcionamento escolar, assim como com as várias IPSS existentes no concelho, sendo que disponibilizámos a realização de inúmeros testes, sempre que necessário e de acordo com as orientações das entidades de saúde locais”.

MANDATOS DE SEIS ANOS

Jorge Abreu considera que 12 anos são suficientes para um autarca deixar uma marca indelével no seu concelho, preparando-o para a continuidade e para a prossecução do seu desenvolvimento. “Assim não corremos o risco de entrar na rotina e de esmorecer na ação. Também não nos perpetuamos no tempo. Apesar disso considero que esta limitação devia ser estendida a todos os cargos públicos e não se circunscrever apenas ao Presidente da República, presidentes de câmara e de junta, como acontece na atualidade”.

O autarca alega ainda que os mandatos autárquicos deveriam ser constituídos por dois ciclos de seis anos, em detrimento de três de quatro e explica porquê: “Para quem chega pela primeira vez é muito difícil, em apenas quatro anos, realizar obra, uma vez que, antes disso, tem que conhecer o modo de funcionamento e situação financeira da autarquia, definir projetos, abrir o respetivo concurso e aguardar que a obra seja aprovada pelo Tribunal de Contas. Quando a obra finalmente se inicia o mandato já está a terminar. Para quem chegar do setor privado o período de adaptação ainda tem que ser maior. Para além disso, considero que a existência de apenas dois períodos eleitorais iria conferir maior estabilidade à governação, o que também seria uma mais-valia”, conclui.



bem organizado e tem decorrido de acordo com o planeado. Melhor era impossível”. De acrescentar que o Município dispôs equipas de trabalho para auxílio a todos os profissionais de saúde ao nível logístico e da calendarização da vacinação.

FUTURO PROMISSOR

Quanto ao futuro, o autarca garante que pretende prosseguir com o projeto que tem operacionalizado ao longo destes oito anos. “Tenho que continuar disponível para promover o desenvolvimento do concelho. Não me sentiria bem com a minha própria consciência se abandonasse Figueiró dos Vinhos num momento tão sensível como este. Ainda existem muitas obras estruturante que devem ser feitas, sendo que quando abandonar este cargo outras tantas haverá, uma vez que o desenvolvimento é um processo dinâmico. Assim, queremos continuar a trabalhar por e para as pessoas, pelo que iremos apostar no aumento da qualidade de vida de todos aqueles que escolheram Figueiró dos Vinhos como casa”.

Jorge Abreu advoga que está já projetada a construção de uma nova área empresarial, uma vez que, “só tendo espaços atrativos e disponíveis podemos ambicionar captar a fixação de novas empresas e, conseqüentemente, a criação de mais emprego. Dessa forma seremos capazes de, mais facilmente, assegurar a fixação das pessoas”. O autarca sublinha que, recentemente, o Município conseguiu captar o investimento de uma empresa de capitais canadianos que adquiriu cinco hectares na freguesia de Aguda para a implementação do seu projeto de cultivo e transformação de plantas medicinais. O investimento será superior a 15 milhões de euros e está prevista a criação de cerca de 100 postos de trabalho. “Conseguimos ainda a fixa-



ção de uma empresa vocacionada para a extração de óleos essenciais de plantas e que está a realizar um investimento de três milhões de euros”.

No que concerne ao setor social e habitação, o autarca revela que o Município vai investir na criação de habitação a custos controlados. “Temos notado que muitas pessoas querem viver no concelho, contudo, a habitação disponível é pouca, o que faz com que a especulação imobiliária seja uma realidade. É a lei da oferta e da procura, o que faz com que o mercado dite o preço, o que desmotiva muitos interessados, uma vez que os preços chegam a ser proibitivos”.

Jorge Abreu acrescenta ainda que o Município vai ainda apostar no setor na educação, já que o concelho passará a dispor de uma nova escola profissional, projeto a iniciar brevemente. Ainda neste setor, “iremos aumentar as vagas existentes no concelho ao nível das creches, uma vez que temos registado mais nascimentos e muitos municípios têm já que procurar esta resposta em concelhos vizinhos”.

Já no que diz respeito ao setor do turismo, Jorge Abreu assevera que a Autar-



MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“O futuro é feito aqui e agora. Tudo o que fazemos é realizado com os olhos postos no amanhã. Podemos demorar mais tempo do que aquele que desejaríamos, contudo, conseguimos sempre atingir os nossos objetivos e é esta a garantia que deixamos a todos os figueiroenses: apesar de sermos um Município pequeno e com algumas dificuldades financeiras, a verdade é que nunca perdemos a ambição. Os figueiroenses podem ter a certeza de que estaremos sempre ao seu lado para os ajudar a debelar todas as dificuldades”.

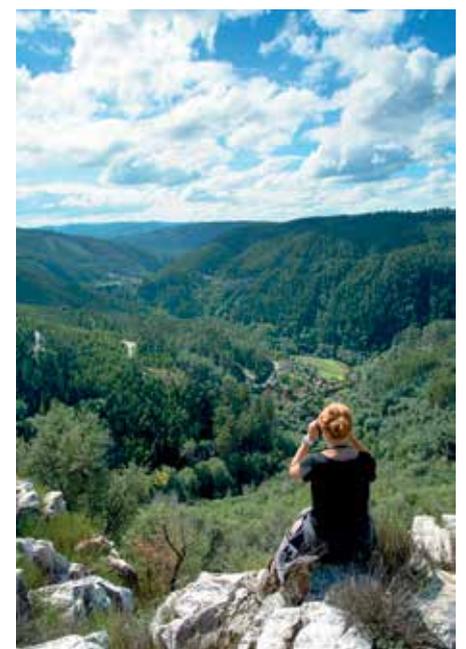
quia pretende reforçar a oferta existente ao nível do turismo de natureza até porque o Município dispõe do novo percurso das Fragas de São Simão, estrutura que foi inaugurada no verão passado e que entretanto foi ampliada. “No futuro queremos tornar a estrutura circular depois de termos criado um troço de acesso à zona da ermida de São Simão. Esta empreitada complementou a oferta criada pela construção do percurso que liga o

miradouro das Fragas de São Simão à aldeia de xisto de Casal de São Simão, passando pela praia pluvial. No fundo, criámos um percurso que interliga os pontos de interesse turístico com os novos passadiços, nomeadamente o percurso pedestre, a visita da aldeia, a praia fluvial, o património natural e a oferta turística ao nível da restauração, alojamento e animação turística existente. Além disso, não esperávamos que es-

ta obra tivesse o impacto que teve e que nos catapultasse para os escaparates do turismo nacional. Este é um polo turístico de características ímpares que, sem dúvida, vale a pena visitar”.

Ao nível do turismo e desenvolvimento regional, o autarca enaltece ainda uma parceria que o Município firmou com a Universidade de Aveiro e a Universidade de Évora para um projeto de criação experimental de trutas assilvestradas que servirão para repovoar a ribeira de Alge, na freguesia de Campelo, projeto cofinanciado por fundos comunitários. “Queremos dar um uso eficiente e atrativo ao espaço, com a criação destes peixes, mas com óbvios impactos no turismo, na captação de visitantes, na pesca desportiva, entre outros. Pretendemos ainda que, no futuro, estas trutas obtenham uma certificação, para que possam ser comercializadas a nível nacional com essa mais-valia”.

A nível cultural, Jorge Abreu completa que o Município pretende continuar a apostar no FAZUNCHAR – Festival de Arte Urbana de Figueiró dos Vinhos, projeto que valoriza e dá relevo cultural a Figueiró dos Vinhos e que, no âmbito da marca “arte viva, lembra outras figuras da arte no concelho”, como José Malhoa. Esta iniciativa conta com a curadoria e organização da MISTAKER MAKER | Plataforma de Intervenção Artística e o EFFE – Europe for Festivals, Festivals for Europe e é uma iniciativa galardoada com o selo de qualidade atribuído pela European Festivals Association – EFA (Associação Europeia de Festivais), contando ainda com o apoio da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. 



MUNICÍPIO DE SILVES

“SOMOS TODOS PARTE DA SOLUÇÃO NO COMBATE À PANDEMIA”

Rosa Palma, presidente da Câmara Municipal de Silves, considera que “somos todos parte da solução no combate à pandemia”. A presidente defende ainda que a Covid-19 conferiu mais e maiores responsabilidades às autarquias e que evidenciou a importância do trabalho em equipa.

“Todos foram importantes para a resposta que conseguimos dar. A vitória ou derrota neste combate é uma responsabilidade de todos, uma vez que cada um é responsável pelo seu comportamento e pela forma como condiciona o comportamento do outro”.



► “A pandemia, no fundo, apenas deu ainda mais e maiores responsabilidades às autarquias. Para além disso, colocou em destaque a importância do trabalho em equipa, nomeadamente e, em primeira instância, do executivo camarário, depois de toda a equipa de funcionários que uma câmara possui. Em segundo lugar demonstrou a importância de uma articulação estreita e próxima com todas as instituições e entidades concelhias e, por fim, mostrou o valor do trabalho de parceria que uma autarquia tem que ter com todos os seus munícipes. Todos foram importantes para a resposta que conseguimos dar à pandemia. A vitória ou derrota neste combate é de todos, uma vez que

cada um é responsável pelo seu comportamento e pela forma como condiciona o comportamento do outro. A verdade é que todos somos parte da solução no combate à propagação deste vírus que passou a fazer parte das nossas vidas e o mais importante é que continuemos todos com saúde e em segurança”, assegura Rosa Palma, presidente da Câmara Municipal de Silves.

Para além disso, a autarquia reconhece que esta nova realidade condicionou a vida do concelho, a sua dinâmica e o seu futuro. A presidente lembra que o País entrou em confinamento e muitas empresas deixaram de laborar. “No caso da construção civil, apesar de tudo, as empresas não deixaram de laborar, apesar de serem atingidas pela Covid-19, agravando o problema da falta de mão de obra, e provocando atrasos nos prazos de execução das empreitadas.” De acordo com Rosa Palma, também não podemos esquecer que a pandemia significou a diminuição abrupta das receitas que as autarquias auferem através da cobrança de diversas taxas e serviços a empresas, assim impostos definidos para os munícipes, “uma vez que o pagamento destes valores, quase na sua totalidade, ficou suspenso. No caso das coletividades e instituições, sobretudo as



Rosa Palma

“NO CASO DAS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES, SOBRETUDO AS IPSS, ALÉM DA ISENÇÃO, TAMBÉM TIVEMOS QUE INVESTIR ATRAVÉS DA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E ÁLCOOL GEL, ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS QUE FORAM NECESSÁRIOS E PARA OS QUAIS CONTRIBUÍMOS”

IPSS, além da isenção, também tivemos que investir através da entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) e álcool gel, entre outros equipamentos que foram necessários e para os quais contribuimos. Estivemos sempre presentes e ajudámos também as forças de segurança locais, assim como a corporação de bombeiros. Estamos na linha da frente desta luta há mais de um ano e o combate tem sido constante. Esta tem sido uma batalha em estreita proximidade com todas estas instituições, até porque consagram-se como respostas sociais se suma importância num momento de crise como este”.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate à pandemia, a autarquia assevera que o Município instalou várias Zonas de Apoio à População (ZAP) no concelho, procurando antecipar possíveis cenários, com vista a uma resposta rápida em caso de necessidade. Segundo a presidente, estes recursos permitiram acolher grupos específicos da população que necessitaram de ficar em isolamento, ao mesmo tempo que serviram para acolher e apoiar, se necessário, elementos das forças da Proteção Civil e do Serviço Nacional de Saúde ou outros. O transporte dos utentes dos lares que precisaram de



usar estas estruturas também foi assegurado pelo Município em parceria com os bombeiros voluntários locais. Para além disso, a pensar nas necessidades de alojamento de profissionais de saúde e outros agentes, a Autarquia também articulou com diversos alojamentos locais e unidades hoteleiras de pequena dimensão do concelho na disponibilização de apartamentos para acolher agentes de proteção civil e do Serviço Nacional de Saúde que necessitassem de alojamento durante os seus períodos de trabalho.

“Importa ressaltar e agradecer a colaboração e trabalho abnegado de todas as equipas de funcionários da Câmara Municipal de Silves, do SMPCF – Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas, logística, unidade de máquinas e viaturas, ação social, higiene e segurança no trabalho, limpeza urbana, entre outras, que têm estado, desde o primeiro momento, na linha da frente para garantir a rápida operacionalização de diversos equipamentos de apoio a este grave problema de saúde pública”, refere Rosa Palma.

De acordo com a presidente, a Autarquia também lançou uma plataforma com o objetivo de incentivar as compras no comércio local, iniciativa integrada na campanha «Compre Local, Consuma Nacional». A ideia é “facilitar o acesso ao comércio local, através da disponibilização de uma ferramenta online que permita, de forma cómoda e segura, aceder a bens, produtos e serviços”. Esta é uma plataforma idealizada pela Câmara de Silves e concebida para que os comerciantes disponham de uma solução digital que permita aos munícipes, e ao consumidor em geral, aceder online a produtos e serviços, independentemente dos espaços físicos comerciais estarem ou não abertos. “O site funciona de forma intuitiva, permi-



tindo ao consumidor não só encontrar facilmente o que procura, mas também conhecer os horários de funcionamento e ter contacto direto com o estabelecimento comercial via telefone ou email. Esperamos que a iniciativa tenha contribuído, não só para o bem-estar da população, mas também para o fomento e estímulo da economia local”, completa a autarca.

À isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público e de publicidade, juntaram-se outras medidas de apoio ao comércio, anteriormente apro-

vadas pelo Município de Silves como o diferimento do pagamento das faturas de água e de saneamento, a suspensão do prazo de cobrança das taxas relativas ao licenciamento requerido por empresas publicitárias e a isenção do pagamento e/ou redução das rendas para os concessionários e arrendatários comerciais de espaços municipais em 2020 e 2021.

A Câmara Municipal de Silves assinou ainda um aditamento ao protocolo estabelecido com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Silves-Albufeira

que resultou na atribuição de um reforço de 15 mil euros, no âmbito do apoio alimentar a 162 agregados familiares do Concelho, perfazendo o valor total de 30 mil euros. Segundo Rosa Palma, este apoio permitiu reforçar e garantir a distribuição de cabazes junto das famílias identificadas pelo Serviço de Ação Social do Município, no âmbito da resposta social da Autarquia à Covid-19. A Câmara de Silves apoiou ainda mais 122 agregados familiares a quem, entre os vários apoios concedidos, se destaca o apoio à habitação, onde o Município suportou o pagamento de 50% do valor da renda, por um período de seis meses, e o apoio à saúde, através da aquisição de medicamentos. “O verão passado foi penalizador para o Algarve ao nível do turismo, o que fez com que a taxa de desemprego tenha aumentado, contribuindo para o degradar da situação socioeconómica de algumas famílias que tiveram que ser ajudadas”, explica a presidente.

Ainda na área social, a Autarquia criou o SOS19, programa de apoio criado ao abrigo da ativação do Fundo de Emergência Social, especialmente direcionado para pessoas e famílias carenciadas ou em situação de vulnerabilidade. No âmbito familiar destaca-se o apoio à inclusão, tendo o Município assegurado o pagamento do transporte dos utentes para estabelecimentos de Educação Especial, ao mesmo tempo que foi realizado o reforço da oferta ao nível dos transportes, por forma a cumprir com as regras de ocupação definidas pela Direção Geral de Saúde (DGS). Por fim, Rosa Palma esclarece que a Autarquia também criou uma Linha de Apoio Social que funciona todos os dias e que é composta por uma equipa pluridisciplinar da área da Ação Social e Psicologia. “O objetivo desta linha é funcionar como um serviço de proximidade, ajudando os munícipes que não tenham qualquer tipo de apoio familiar e que vivam em situação de isolamento ou com condicionamento ao nível de mobilidade”. Esta linha funciona em estreita articulação com as juntas de freguesia e uniões de freguesia do concelho, IPSS e Corpo Nacional de Escutas, funcionando como elo de ligação entre estas entidades nos casos em que exista uma resposta ainda mais próxima por parte delas. Rosa Palma assegura que a Autarquia trabalha em estreita parceria com todas as juntas de freguesia e uniões de fre-

“O VERÃO PASSADO FOI PENALIZADOR PARA O ALGARVE AO NÍVEL DO TURISMO, O QUE FEZ COM QUE A TAXA DE DESEMPREGO TENHA AUMENTADO, CONTRIBUINDO PARA O DEGRADAR DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DE ALGUMAS FAMÍLIAS QUE TIVERAM QUE SER AJUDADAS”



guesia do concelho, independentemente do partido político que as rege. “A nossa postura é sempre equitativa no apoio e na resposta às suas necessidades, conferindo-lhe dinâmica, tudo para que se possam afirmar no território apesar das suas idiossincrasias, uma vez que Silves é um concelho que vai da serra até ao mar. Enquanto que na zona do barrocal estamos dependentes do setor primário e a cultura da laranja assume um papel preponderante, até porque Silves é a «Capital da Laranja», noutras zonas a produção de vinho assume grande protagonismo. Neste momento, Silves tem já 11 produtores de vinho de grande qualidade, setor ao qual alavancamos a cultura, através da iniciativa «Jazz nas Adegas». E depois não podemos esquecer o turismo em todas as suas vertentes, setor de suma importância para todo o concelho”.

A autarca advoga ainda que o Município adquiriu cerca de seis centenas de testes para a testagem de todos os atletas e funcionários das instituições de âmbito desportivo, sediadas no concelho, com modalidades consideradas de risco médio ou de risco alto. “Face às dificuldades financeiras que muitos clubes e associações desportivas atravessam, este apoio extraordinário permitirá efetuar a testagem à Covid-19, dando resposta às exigências da DGS, que obriga a apresentação de um teste negativo para a retoma da atividade desportiva. É essencial que a atividade física no concelho possa regressar à normalidade”.

Apesar de reconhecer que a vacinação é uma responsabilidade do Ministério da Saúde, Rosa Palma destaca que, “graças ao esforço de todos, esta tem decorrido de forma muito positiva no Concelho. Espero que o Governo faça um reconhecimento público do trabalho que foi levado a cabo neste âmbito por todas as autarquias deste País, uma vez que são estas que estão a garantir a resposta às populações, tanto ao nível



“O CONCELHO AINDA TEM MUITOS CAMINHOS DE TERRA BATIDA, ENQUANTO QUE OUTROS, EM ASFALTO, NECESSITAM JÁ DE UMA INTERVENÇÃO DE RECUPERAÇÃO. NESTE MOMENTO, OS FUNDOS COMUNITÁRIOS NÃO CONTEMPLAM ESTE TIPO DE OBRAS, O QUE TAMBÉM NÃO AJUDA”

da realização dos testes, como com as já faladas ZAP, acontecendo o mesmo com a vacinação, onde asseguramos a disponibilização de instalações, o seu equipamento, transporte de utentes e recursos humanos para apoio ao pessoal médico e de enfermaria, no que concerne à receção das pessoas, serviços administrativos e desinfeção dos espaços, entre outros. Somos sempre

os primeiros a dar as respostas no âmbito da saúde pública, isto porque queremos ser parte da solução e impedir a propagação do vírus. Ainda assim, este trabalho que os municípios levam a cabo devia ser reconhecido, até porque é muito exigente e requer prontidão de todos os serviços camarários”.

AINDA HÁ MUITO A FAZER

Apesar de todas as obras realizadas, a autarca reconhece que ainda muito há a fazer e explica que Silves é um concelho muito grande e vasto o que faz com que, por exemplo, exista a necessidade de investimento na rede viária existente. “O concelho ainda tem muitos caminhos de terra batida, enquanto que outros, em asfalto, necessitam já de uma intervenção de recuperação. Neste momento, os fundos comunitários não contemplam este tipo de obras, o que também não ajuda. Infelizmente, no passado, quando estes fundos estiveram disponíveis, estes não foram devidamente aproveitados e o concelho sofre, hoje, com essa decisão. O mesmo aconteceu com a rede de água e saneamento (ou com as escolas) onde era possível obter financiamento na ordem dos 85 por cento, oportunida-

de que também foi perdida. Estamos em pleno século XXI e o serviço de abastecimento de água às populações é essencial. No âmbito do quadro comunitário 2007/2013, infelizmente, o Município de Silves não conseguiu captar qualquer apoio financeiro [abastecimento de água, rede viária e escolas!], o que foi grave. “No caso da rede viária a situação é irreversível, dado que não há financiamento comunitário, e mesmo nos domínios do abastecimento de água e escolas, as perdas também não são totalmente recuperáveis, porque houve fundos que não foram alocados na altura própria, dado que existem limites nas dotações disponíveis dos programas comunitários”, sublinha Rosa Palma. “No domínio da rede de abastecimento de água temos recorrido em força e com sucesso ao financiamento comunitário.” A autarca explica que “a estratégia do município tem passado por aproveitar todas as oportunidades de financiamento comunitário e/ou nacional, e realizar uma gestão orçamental e financeira plurianual e eficiente, por forma a alavancar o investimento autárquico, que, não obstante os efeitos da pandemia, se mantém em patamares muito elevados, o que nos tem permitido dar volta à situação e ir resolvendo os problemas fundamentais do território e das populações.”

“As pessoas devem olhar para a política de uma forma nobre, onde prevaleça o espírito de entrega e de missão”. Rosa Palma agradece a confiança que os munícipes depositaram no Executivo e no seu trabalho, mas reconhece que ainda muito há a fazer no concelho. Contudo, “temos sempre que priorizar, uma vez que o orçamento da Autarquia não nos permite realizar, de imediato, todas as obras desejadas e necessárias. Não obstante, ambicionamos sempre mais e melhor para o concelho, e nesta medida continuaremos a trabalhar em prol da segurança e bem-estar de todos os seus habitantes, da Serra ao Mar”, conclui. 

Silves
câmara municipal

www.cm-silves.pt
facebook.com/municipiodesilves





MUNICÍPIO DE BELMONTE

AFIRMAR A MARCA BELMONTE

António Dias Rocha, presidente da Câmara Municipal de Belmonte, acredita que apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia os projetos que planeados para o presente mandato, poderão vir a ser uma realidade a curto prazo, de forma “a potenciar o desenvolvimento e progresso concelhios, até porque as populações bem o merecem. Queremos promover e afirmar cada vez mais a marca Belmonte, tornando-a um símbolo de turismo diferenciado e de qualidade”.



► “A atual pandemia causou consequências devastadoras no mundo inteiro. No caso de Portugal, a realidade também foi complexa, pelo que Belmonte não poderia ser exceção. Estes foram dois anos de paragem total, até mesmo ao nível do investimento, uma vez que o nosso grande foco foi o combate a esta pandemia.

O Município investiu milhares de euros no auxílio à população, empresas e instituições particulares de solidariedade social, instituições da área da saúde, do ensino e da proteção civil. Este foi um esforço financeiro e humano muito grande que tivemos que realizar. Felizmente, os nossos esforços parecem estar a resultar.

O autarca reconhece que a pandemia alterou significativamente a vida de todos os belmontenses e sobretudo quanto às apostas na área do turismo. O Covid-19 fez com que o esforço não pudesse ser compensado.

O Município de Belmonte possui uma localização geográfica magnífica é dotado de bons acessos, o que se torna numa mais-valia, a que se junta a sua história e passado. Em Belmonte nasceu Pedro

Álvares Cabral. Aqui existe uma importante comunidade judaica que apresenta características únicas na Península Ibérica, assim como, a rede de museus temáticos que também deve ser motivo de visita. Para além disso temos paisagens magníficas e a proximidade à Serra da Estrela.

Estavam assim reunidas as condições para que o turismo se tornasse um importante setor da economia local. Já tinha sido atingida a marca dos 120 mil visitantes, valor muito significativo para o concelho e as projeções mostravam-se muito animadores para 2020, realidade que não se concretizou, uma vez que o setor do turismo ficou completamente estagnado. Os restaurantes e as unidades hoteleiras tiveram que fechar devido às regras do estado de emergência vivido por todo o país. O pequeno comércio local também foi muito penalizado”.

Apesar de todas as contrariedades, António Rocha assevera que a esperança tem que continuar a ser forte e “temos que acreditar que o pior já passou e que, a partir de agora, tudo irá melhorar. A verdade é que temos todas as condições para a retoma que virá e estamos confiantes de que será possível avançar com os projetos que ficaram adiados”.

PASSADO FRUSTRANTE, PRESENTE PROMISSOR

“Claro que termino este mandato com alguma frustração em consequência de todos os projetos que não pude realizar e das consequências que a pandemia trouxe ao concelho, sem que o pudéssemos evitar. Apesar disso, estamos agora a retomar a nossa atividade e a reativar todos os projetos, acreditando que o Programa de Recuperação e Resiliência no



António Dias Rocha

FOTOGRAFIA Cristóvão Matos

“VAMOS CONTINUAR A APOSTAR EM PROJETOS QUE JULGAMOS SEREM DA MÁXIMA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO, POTENCIANDO O SEU DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO, ATÉ PORQUE AS POPULAÇÕES BEM O MERECEM”

âmbito da União Europeia também possa contemplar o Interior do País, particularmente a Belmonte. “Assim vamos continuar a apostar em projetos que julgamos serem da máxima importância para o Município, potenciando o seu desenvolvimento e progresso, até porque as populações bem o merecem. Além disso queremos promover cada vez mais e afirmar a marca Belmonte, tornando-a um símbolo de turismo diferenciado e de qualidade”, afirma o autarca.

Assim, de acordo com António Rocha, a estratégia do Executivo para 2021, “ano de muitas exigências e rigor, mas que esperamos todos que seja também de esperança e de libertação das amarras criadas durante este nefasto ano de 2020”, está assente em dois vetores estratégicos: a estabilidade económica e financeira do Município e a concretização de um plano de investimento, constituído por um conjunto de obras públicas e também de índole privada. “Esperamos que seja possível correr atrás do tempo

perdido e conseguir a recuperação”. Assim, o primeiro vetor passa por concretizar a “consolidação do passivo a curto e médio prazo da Autarquia, através da formalização e utilização de empréstimo bancário inerente à implementação do plano de saneamento financeiro”. Já no plano dos investimentos está prevista a execução de diversas obras financiadas por fundos europeus.

Neste âmbito, o autarca destaca projeto museológico a concretizar no interior do Castelo de Belmonte, “um dos nossos ex-líbris”, e que prevê a requalificação da Torre de Menagem do mesmo. A recuperação da Torre de Centum Cellas e a criação de um Centro Interpretativo daquele espaço enigmático “sonho que tínhamos e que vamos agora concretizar. Existem várias teorias que explicam a existência desse monumento histórico, sendo que todas elas estarão descritas no novo centro, dando a possibilidade ao visitante de conhecer a história do sítio arqueológico.



FOTOGRAFIA Cristovao Matos



FOTOGRAFIA Cristovao Matos



FOTOGRAFIA Cristovao Matos



Acredita que esta obra magnífica possa começar brevemente, até porque a recuperação deste equipamento trará valor acrescentado à promoção e desenvolvimento deste concelho, ao mesmo tempo que continuaremos a acreditar nas suas potencialidades.”. A obra está orçada em cerca de 600 mil euros e contempla ainda melhorias na iluminação e em toda a zona envolvente.

António Rocha revela que o Município também assinou protocolo com a Universidade Lusófona, no sentido de conseguir abrir um novo polo de ensino superior em Belmonte, “o que será uma importante mais-valia, uma vez que, para além de atrairmos jovens que viriam para o concelho estudar, estaríamos a potenciar a fixação das pessoas, combatendo a desertificação”.

Como, de acordo com o autarca, a criação de emprego é outro fator preponderante para a fixação das pessoas, o Município também vai apostar na criação de uma nova área de acolhimento empresarial, sendo que já apresentou a candidatura para a obtenção de comparticipação para este projeto através de fundos europeus. “O nosso parque empresarial está completamente cheio. Este é um projeto de

futuro até porque somos um concelho conhecido pelas suas empresas que laboram na confeção de roupa para homem e essa é uma aposta que queremos manter, até porque ainda existem algumas empresas localizadas em Belmonte que se dedicam a este setor e que empregam centenas de pessoas. Apesar disso, por outro lado, também queremos diversificar o tipo de empresas que existem, por forma a que não estejamos dependentes apenas de um setor”. O presidente acrescenta ainda que vários projetos hoteleiros na região que estiveram parados devido à pandemia, vocacionados para Turismo Sénior de Alta Qualidade, poderão agora ser retomados, “tudo para que possamos receber com toda a qualidade um número ainda maior de pessoas”.

António Rocha esclarece também que o Município quer contribuir para a concre-

tização de um projeto existente que prevê a criação de um equipamento especialmente vocacionado para a área da demência que promova “a equidade e qualidade de vida de pessoas com demência, familiares e cuidadores”. Assim, a estrutura onde, em tempos, se iniciou a construção de um lar, em Caria, junto ao pavilhão gimnodesportivo local, vai ser aproveitada para esta nova resposta, estrutura que vai servir utentes de três concelhos: Belmonte, Fundão e Covilhã. “Estamos satisfeitos por aproveitar esta estrutura para um serviço que não existe muito no País”, afirma o autarca. Este projeto significa um investimento na ordem dos quatro milhões de euros e a criação de mais de uma centena de postos de trabalho.

Este projeto é promovido pela Plataforma Supra Concelhia de Intervenção Social da Cova da Beira, constituída pela misericórdia de Belmonte, Mutualista Covilhanense e Associação de Solidariedade Social de Silvares. A unidade terá uma capacidade para 80 utentes e

será financiada por capitais públicos e privados.

Entretanto, foram submetidas várias candidaturas no âmbito da regeneração urbana, que dizem respeito à requalificação da zona Norte e Sul da Rua Pedro Álvares Cabral, em Belmonte e requalificação dos arruamentos do Centro Histórico da Vila de Belmonte.

Está também projetado pela autarquia, uma via paralela à rua principal de Belmonte, a Pedro Álvares Cabral, para que o trânsito flua de melhor forma, bem como uma via de acesso direto ao nó sul de Belmonte/Caria da A23.

Sendo que são algumas das várias intervenções que o Município pretende levar a efeito. Relativamente à requalificação da rede viária municipal, irão ser recuperadas diversas estradas que se encontram em estado avançado de degradação provocado pelo tráfego pesado que se fez sentir durante a reconstrução da Linha da Beira Baixa. As boas acessibilidades são uma das preocupações a ter em conta, num Município que diariamente recebe muitos turistas. Proceder-se-á também a intervenções nas estruturas de abastecimento de água e de saneamento que estão degradadas e onde é necessário intervir. Outra das intervenções previstas tem a ver com a colocação de fibra ótica que possa servir toda o território municipal. No que concerne ainda às acessibilida-





des, António Rocha afirma estar confiante de que a reabertura da Linha da Beira Baixa, depois da intervenção que foi realizada e que era tão necessária, também irá contribuir significativamente para o crescimento turístico do concelho, “até porque a paisagem na região da Serra da Estrela é muito bonita e, certamente, irá atrair cada vez mais turistas, tanto nacionais como internacionais. “Esperamos ser visitados brevemente por muitas pessoas, sendo que estaremos sempre de braços abertos para as receber”.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate a esta pandemia, “o Poder Central fez o que podia, tendo os municípios assumido parte da responsabilidade na ajuda e apoios dados a empresas, instituições e população em geral, até pela nossa proximidade. Considero que o Governo e o Primeiro-ministro tiveram muito bom senso na gestão de todo este processo. Apesar disso, foram vários os apoios concedidos, sendo que estes já ultrapassaram os 650 mil euros, valor elevado para um pequeno município como o nosso, mas que foi necessário e que valeu a pena efetuar. Julgo que a população também reconhece que o esforço foi compensado”, refere o autarca. Entre as várias medidas tomadas, António Dias Rocha destaca a entrega de equipamentos de proteção individual a toda a população, “muita dela idosa e, por isso, mais frágil perante esta doença, daí que as campanhas de informação e sensibilização que levamos a cabo também tenham desempenhado um importante papel. Foi feito um trabalho de proximidade e articulado com os quatro lares de idosos que existem no concelho, assim como com a corporação local de bombeiros e todas as entidades ligadas ao setor da saúde, aos quais foram entregues centenas de equipamentos de proteção individual”.



MANDATOS DE SEIS ANOS

“Concordo que seriam mais vantajosos dois mandatos de seis anos, em detrimento de três mandatos de quatro, como acontece na atualidade. O primeiro mandato é sempre de aprendizagem. O autarca tem que conhecer os dossiers, a forma de funcionamento da Autarquia, a sua situação financeira, entre outros. Só depois disso poderá apresentar projetos e abrir concursos. As obras têm depois que ser adjudicadas e, em muitos casos, passar pelo crivo do Tribunal de Contas. Assim, quando a obra começa o mandato está a terminar, o que não faz sentido, daí que fossem muito mais proveitosos mandatos de seis anos”.

O presidente revela que o Município também criou uma linha de apoio social de proximidade para atender às necessidades mais prementes. Este serviço de atendimento telefónico permitiu apoiar as pessoas na aquisição de bens essenciais, realizar outras tarefas identificadas como fundamentais e encaminhar para a linha de apoio psicológico todos aqueles que necessitassem dessa resposta. “Conseguimos ainda prevenir situações de risco, sinalizar, encaminhar e acompanhar situações de fragilidade social para instituições ou serviços existentes, bem como apoiar na procura de emprego ou valorização profissional”. Esta iniciativa contou com a colaboração do Projeto Esperança, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 4G) de Belmonte.

No que concerne às escolas, o autarca sublinha os apoios concedidos aos alunos mais carenciados, para que pudes-

sem adquirir equipamentos informáticos e, desta forma, continuar a assistir às aulas, mesmo quando o ensino passou para a modalidade de ensino à distância. Bem como o fornecimento de refeições a todos os necessitados.

“Claro que também não podíamos esquecer o setor da cultura que foi tão afetado com esta pandemia e, assim, criámos uma bolsa de apoio à atividade artística no valor de 15 mil euros para ajudar os profissionais face às dificuldades criadas pela covid-19”, enfatiza António Rocha que explica que podem candidatar-se a este apoio artistas em nome individual ou coletivo e coletividades artísticas existentes no concelho, profissionais ou semiprofissionais nas áreas da música, das artes performativas, da fotografia ou do cinema e da pintura, entre outras.

Por fim, no que concerne à campanha de vacinação, o autarca garante que esta está a correr muito bem e acredita que, a

breve trecho, “até porque este é um concelho pequeno, conseguiremos atingir a imunidade de grupo, até porque mais de metade da nossa população tem mais de 50 anos de idade. Assim, as pessoas com mais de 80 anos já foram todas vacinadas, assim como os bombeiros, forças de segurança, profissionais da saúde e do setor social e agentes educativos. Neste momento já estamos a vacinar os maiores de 60”.

António Rocha espera que as pessoas acreditem que vão vencer esta guerra, ainda que também reconheça que a vida nunca mais será vivida da mesma forma. Apesar disso, “temos que acreditar nas potencialidades do nosso concelho e nas possibilidades que este tem de crescimento e de desenvolvimento económico. Cá estaremos para criar as situações de bem-estar e de estabilidade que as pessoas merecem. Queremos que as pessoas se sintam bem aqui e que percebem que podem criar aqui os seus filhos. Quanto aos mais velhos, é importante que percebam que aqui podem viver de forma livre, sossegada, rodeados pela natureza e pela calma, depois de tantos anos de árdua labuta. Espero que as pessoas amem este concelho tanto como eu. Estamos confiantes no futuro e acreditamos que um concelho com o passado que Belmonte tem, só poderá ter um bom futuro”, conclui. 

MUNICÍPIO DO ALANDROAL

POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL

João Grilo cumpre o seu primeiro mandato como presidente da Câmara Municipal do Alandroal, depois de já ter ocupado o cargo entre 2009 e 2013. Apesar de considerar que este foi um mandato muito exigente, até por causa do combate à pandemia, o autarca garante que, apesar de todas as vicissitudes, o concelho do Alandroal tem, hoje, uma conjuntura de oportunidades ligadas às energias renováveis, ao património, ao Alqueva e à ferrovia que “nos conferem um grande alento para o futuro”.



► “É incontornável que a atual pandemia que assola o mundo condicionou o programa que apresentámos a sufrágio nas últimas eleições autárquicas, uma vez que atrasou a concretização de alguns processos e tivemos que realizar algumas alterações perante o que estava inicialmente previsto. Neste momento, em condições normais, algumas obras importantes para o Município estariam já numa fase mais avançada. No fundo, a pandemia obrigou-nos a redefinir prioridades”, admite João Grilo, presidente da Câmara Municipal do Alandroal que garante que o Executivo percebeu, desde logo, que este seria um problema sério que iria afetar muito a população e condicionar as dinâmicas do concelho, pelo que mereceu total atenção.

“Perante este cenário onde estava em causa a saúde e bem-estar das pessoas, tínhamos que inverter as nossas prioridades e concentrar a nossa ação no combate à pandemia. Assim, ao longo dos últimos 15 meses, investimos mais de um milhão de euros nesta luta através de medidas de apoio à popula-

ção, às empresas e às instituições, com especial enfoque nas IPSS, forças de segurança e infraestruturas que laboram no setor da saúde. Canalizámos tempo, recursos e fundos a este combate e mudámos o nosso dia a dia”, assevera o autarca que congratula a postura preventiva e proactiva que o Município adotou desde o início e que permitiu criar, no concelho, uma rede de trabalho colaborativo e de parceria entre todos os intervenientes neste processo. “Esta forma de trabalho em rede permitiu-nos ultrapassar os momentos mais complicados deste combate sem a existência de surtos mais complicados. Tenho que enaltecer o valoroso trabalho que foi realizado por todas as equipas que laboram nas IPSS locais, sempre em estreita articulação com a Autarquia e com as autoridades de saúde. De registar que não tivemos qualquer morte nos vários lares existentes no Alandroal”, sublinha João Grilo.

Apesar de reconhecer as vicissitudes, o autarca também reconhece que nem todas as problemáticas sentidas neste mandato resultaram da pandemia e explica: “Antes da pandemia já estávamos a sentir dificuldade em encontrar empresas de construção civil disponíveis para a realização de obras. Alguns concursos que abrimos não receberam qualquer proposta, o que fez com que esses projetos tenham sofrido atrasos. Não podemos também esquecer que a pandemia fez com que os serviços centrais estatais trabalhassem de forma mais lenta, o que atrasou burocraticamente outros processos. Todas estas vicissitudes levaram ao adiamento do in-

cio de várias obras que estavam previstas, ainda que não tenha inviabilizado qualquer projeto. Atualmente, com a melhoria da situação pandémica, estamos a tentar recuperar alguns desses investimentos, até porque, muitos deles, são alvo de financiamento através de fundos europeus, o que é uma grande mais-valia”.

O COMBATE À PANDEMIA

“A nossa primeira resposta para prepararmos a população para este desafio foi preponderante para este sucesso. As pessoas perceberam, de imediato, a gravidade da situação e a importância do papel de cada um de nós neste combate. Os munícipes reconheceram que este seria um combate sério e que teria que ser realizado de forma articulada”, advoga o autarca que destaca que o Município também distribuiu equipamentos



João Grilo

de proteção individual (EPI) a toda a população, IPSS, forças de segurança e bombeiros, “muito antes do seu uso ser obrigatório, medida que também fez toda a diferença”. A Autarquia conseguiu ainda criar uma comunidade com mais de 60 voluntárias que se disponibilizaram para o fabrico de máscaras comunitárias, “medida muito importante quando o acesso a estes equipamentos era difícil de conseguir. As pessoas percebe-





ram que a máscara era uma das melhores armas que podíamos usar, mais-valia reconhecida posteriormente noutros locais. Foi importante a atitude que adotamos de liderar de imediato este processo”, completa.

No combate a esta pandemia, João Grilo esclarece que o Município tomou diversas medidas no sentido de mitigar os seus efeitos nefastos. Além dos EPI, ofereceu três viaturas para auxílio a esta luta, entregando uma às forças de segurança locais (viatura 4x4 para a GNR), outra ao centro de saúde e a terceira aos bombeiros (ambulância). A Autarquia também instalou uma zona de acolhimento à população, sendo que esta teve que ser construída de forma amovível, de raiz, uma vez que o Município não dispunha de um espaço para esse efeito, num investimento de 100 mil euros. Para além disso, de acordo com o autarca, o Executivo apoiou ainda os lares com testagens regulares às suas equipas e constantes campanhas de desinfeção de todos os espaços. “Quando as escolas reabriram também assumimos a testagem de todas as equipas de trabalho, sendo que também temos testado de forma regular todos os funcionários da Autarquia”.

João Grilo afirma que também não podemos olvidar todos os apoios diretos que o Município atribuiu às empresas, até porque duplicou todos os apoios que o Estado Central conferiu aos empresários do concelho. Só com esta medida, a Autarquia já realizou um investimento superior a 100 mil euros, sendo que também distribuiu por todo o comércio local álcool gel desinfetante e nas escolas implementou sistemas de desinfeção e de controlo de temperatura.

FUTURO REPLETO DE OPORTUNIDADES

“Apesar de termos já ideias muito vinçadas acerca daquelas que seriam as



“QUANDO AS ESCOLAS REABRIAM TAMBÉM ASSUMIMOS A TESTAGEM DE TODAS AS EQUIPAS DE TRABALHO, SENDO QUE TAMBÉM TEMOS TESTADO DE FORMA REGULAR TODOS OS FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA

prioridades de investimento no concelho, este primeiro mandato, felizmente, de alguma forma, ajudou-nos a confirmar a importância e pertinência do nosso plano. Em primeiro lugar, reconhecemos a importância da recuperação e da valorização do património. Possuímos três centros históricos, aos quais estão associados uma fortaleza e dois castelos, equipamentos que têm que ser valorizados e que têm que funcionar como âncoras para o desenvolvimento local. Até ao momento, só o Castelo do Alandroal foi, de alguma forma, intervencionado, sendo que no caso de Juromenha

e Terena não foi realizado qualquer investimento”, lembra o autarca.

Com a fortaleza de Juromenha na sua posse e os castelos de Alandroal e Terena em vias de transferência do Estado Central no início do próximo ano, o município encara o processo com um sentimento misto, “permitir-nos-á recuperar e dinamizar estes espaços, ainda que também nos confira responsabilidade acrescida”. O presidente afirma que, durante este mandato, para Juromenha, o Executivo já desenvolveu um plano de intervenção que contempla a recuperação das muralhas, obra orçada em cinco milhões de euros, com fundos europeus e próprios e que irá ter início em breve. “Acreditamos que este modelo deve ser replicado no território, tudo para que possamos potenciar o desenvolvimento local. É por isso que já estamos a projetar uma obra semelhante para Terena, onde queremos valorizar o castelo, a antiga Misericórdia, ao mesmo tempo que criámos um novo museu. Este será outro investimento orçado em mais de cinco milhões de euros. Se possível, iremos incluir este projeto no novo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Se tal não for exequível, tentaremos que a intervenção seja passível de obter fundos europeus, no âmbito do quadro comunitário de apoio Portugal 2030”.



O autarca refere que, no futuro, o Município pretende ainda recuperar algumas igrejas e capelas que, apesar de não serem propriedade do Município, encerram valor histórico, patrimonial e turístico, “o que justifica a intervenção”. De acordo com João Grilo, o objetivo destas intervenções é tornar os espaços visitáveis, fator importante para o incremento da atratividade turística. Neste sentido, o Executivo já avançou com o restauro e conservação do Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova, em Terena, obras que serão realizadas em três fases. Na primeira será realizada a intervenção na cobertura e a requalificação total do exterior. Depois haverá uma segunda fase para intervenções no interior da capela para restauro e conservação dos frescos. E, finalmente, a terceira fase que corresponde ao espaço envolvente que precisa de ser requalificado. No total, a obra terá um valor de 300 mil euros.

“Também não podemos esquecer que o Alandroal é um concelho maioritariamente rural, dependente do setor agrícola do ponto de vista económico. Assim, a nossa ambição é que a nossa agricultura seja cada vez mais biológica e sustentável. Estamos confiantes de que o novo bloco de rega Lucefécit/Capelins do Alqueva será concretizado, o que vai ajudar a ampliar os sistemas de regadio existentes no concelho tornando a agricultura uma importante base do nosso desenvolvimento sustentável”, realça o presidente.

João Grilo ressalva que o Município também vai apostar na transição ener-

LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVIDA SER TRANSVERSAL

“Concordo, em absoluto, que a limitação de mandatos devia ser transversal a todos os cargos públicos, até porque a premissa existente para essa limitação é da não perpetuação e da não criação de hábitos e vícios de governação, permitindo a rotatividade no poder. Ganhámos todos com a decisão desta limitação ser para todos. Defendo ainda que essa limitação se estabeleça em três mandatos de cinco anos ou em quatro de quatro anos, tendo em conta os timings existentes dos quadros comunitários e toda a carga burocrática que qualquer projeto implica”.

gética e nas energias renováveis até porque o concelho possui características “especiais que o tornam atrativo para a implementação de soluções energéticas solares, eólicas e, até mesmo, de produção de hidrogénio. Queremos ser um concelho de vanguarda nesta transição até porque consideramos que não será complicado ocuparmos uma parte reduzida do nosso vasto território com projetos desta natureza, o que nos permitirá obter um retorno importante ao nível dos impostos diretos, assim como dos postos de trabalho que serão criados e que ajudarão a suportar o desenvolvimento local em muitas outras vertentes. Neste momento, uma central está já quase construída e pronta para ser inaugurada. Consideramos que o cluster da energia tem, no Alandroal, um papel importante para o nosso desenvolvimento futuro”.

Segundo o autarca, o Município terá ainda que ultra-

passar grandes desafios relacionados com a ferrovia, até porque esta atravessa o concelho e o Executivo quer que este investimento signifique retorno para a economia local. “Existe uma estação técnica no território com capacidade para se transformar em estação de carga e descarga ou até mesmo de passageiros, possibilidade que queremos ver concretizada. Sabemos que é o Alandroal que faz a ligação aos concelhos vizinhos que se dedicam à exportação da pedra mármore, o que faz com que este concelho possa ser a solução para o escoamento destes produtos para todo o mundo. Temos ainda inúmeros produtos agrícolas de excelência possíveis graças ao Alqueva que precisam também de ser comercializados. O mesmo acontece com o setor energético e com a possível produção de hidrogénio que precisará depois de uma rota de escoamento de produtos. Acreditamos que todas estas mais-valias poderão concorrer para a construção de uma área logística no Alandroal, o que conferiria um grande impulso nas dinâmicas económicas locais”.

Por fim, João Grilo enfatiza a oportunidade Alqueva. “Apesar de tudo o que já foi feito, este continua a ser um desafio repleto de possibilidades em virtude de tudo aquilo que ainda podemos construir. Temos já três áreas recreativas e de lazer previstas no âmbito do POAAP - Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão”. O autarca revela que o Município já está a construir a praia e respetiva zona recreativa nas Azenhas D`El Rei, junto à localidade de Montejuntos, obra que prevê um investimento de cerca de um milhão de euros, valor participado em 300 mil euros por parte do Turismo de Portugal. “Quere-



mos replicar esta obra em Águas Frias, junto ao Rosário e em Juromenha, onde iremos criar ainda um centro náutico. Acreditamos que, com estes investimentos, iremos potenciar o retorno do Alqueva para o concelho, sendo que iremos ainda trabalhar na navegabilidade do Guadiana Internacional por forma a permitir a sua utilização desde Badajoz até ao paredão do Alqueva, no concelho de Moura. Assim este não é um desafio só nosso, na medida em que envolve outros municípios, tanto do lado português como do espanhol. Apesar disso, é inegável que este é um projeto que beneficiará toda a região, pelo que será uma importante aposta nossa para o futuro”. João Grilo garante que todo o trabalho levado a cabo no decurso deste mandato demonstra que é possível fazer muito mais e melhor no futuro. “Além disso, apesar das muitas dificuldades no passado, demonstra ainda que o concelho do Alandroal tem hoje uma conjuntura de oportunidades ligadas às energias renováveis, ao património, ao Alqueva e à ferrovia que nos conferem um grande alento para o futuro. Assim, a mensagem para o futuro, só pode ser de grande esperança”, conclui. ✚



MUNICÍPIO DO CADAVAL

UM CONCELHO QUE NEM A PANDEMIA PARA

José Bernardo Nunes cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal do Cadaval em plena pandemia. Apesar disso, o autarca reitera que as obras projetadas avançaram e que todos os fundos europeus foram devidamente aplicados, uma vez que “o Cadaval é um município que não para, nem mesmo devido a uma pandemia. Temos que vencer esta batalha, ao mesmo tempo que conseguimos manter a nossa economia a funcionar, prestando apoio aos mais desfavorecidos, uma vez que ninguém poderá ficar para trás. Temos que ser solidários”.



► José Bernardo Nunes, presidente da Câmara Municipal do Cadaval, afirma que a covid trouxe alguns constrangimentos ao Município, sobretudo ao nível do desenvolvimento das mais diversas obras que, em virtude da atual pandemia, “acabaram por não decorrer ao rit-

mo que gostaríamos. Se já no passado era muito complicado para os empreiteiros conseguirem encontrar mão de obra qualificada para a realização das diversas empreitadas, a pandemia agravou ainda mais essa escassez, o que fez com que muitos dos concursos que lança tivessem ficado sem candidatos, o que atrasou ainda mais todo o processo, uma vez que tivemos que abrir novos procedimentos e prorrogar prazos. Além disso, a entrega de alguns materiais também sofreu atrasos porque as fronteiras estiveram fechadas”. Apesar disso, o autarca garante que o Executivo conseguiu colocar no terreno todas as obras previstas. “Só não sabemos se vamos conseguir que estejam todas concluídas antes do término do presente mandato. Ainda assim neste mandato ou já no seguinte acredito que estas obras serão terminadas, até porque queremos

continuar a potenciar o desenvolvimento do Cadaval. As pessoas sabem que este concelho não pode parar”, completa.

José Bernardo Nunes assevera que o Município conseguiu operacionalizar todos os fundos comunitários que lhe estavam destinados no âmbito do atual quadro comunitário de apoio. Para além disso, “como a CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo optou por incrementar as taxas de execução, ainda conseguimos obter um apoio financeiro suplementar de mais um milhão de euros, em obras que não tinham sido contempladas anteriormente, o que foi uma importante mais-valia. Apesar disso, claro que gostaríamos que tivesse sido possível obter ainda mais financiamento, ainda que reconheçamos que este foi já um valor bastante aceitável tendo em conta o contexto atual da economia por-



José Bernardo Nunes

tuguesa e o volume de obras que temos a decorrer”, reconhece o autarca.

PRINCIPAIS OBRAS DO MANDATO

Para citar apenas alguns exemplos das várias obras que já foram concluídas ou que ainda decorrem no concelho, José Bernardo Nunes informa que já está concluída a construção do canil intermunicipal Cadaval/Bombarral (Centro de Recolha Animal), investimento que atingiu os 800 mil euros. “Se num pri-



meiro momento construímos boxes para cães para os dois municípios, avançamos depois com a edificação de um espaço com gabinetes para os veterinários, salas de quarentena, sala de cirurgia, espaços para atendimento administrativo e armazenamento de rações e outros produtos”. O autarca esclarece que nenhuma das duas autarquias envolvidas neste projeto detinha um abrigo de animais, sendo que os dois existentes pertencem a associações de animais, mas estão excessivamente lotados e que não têm as condições ideais para receber mais animais, “o que fazia com que a construção de um equipamento como este fosse premente”, justifica José Bernardo Nunes. O abrigo intermunicipal tem capacidade instalada para mais de uma centena de animais, podendo vir a receber cães, gatos e outros animais de grande porte.

O autarca advoga que também prossegue, ainda que com algum atraso por causa da pandemia, a reabilitação e reconversão das antigas oficinas municipais e edifícios envolventes, projeto mais conhecido como “Polo Cultural e Social da Fonte”. Esta empreitada, orçada em mais de um milhão de euros, prevê a recuperação, demolição e construção de edifícios, assim como a execução de pavimentações exteriores e arranjos paisagísticos na zona envolvente.

Na área da mobilidade, José Bernardo Nunes esclarece que estão em construção mais de dez quilómetros de passeios pedonais que o Município irá colocar ao dispor de todos os seus habitantes. “Estes percursos resultam de diversas empreitadas que foram levadas a cabo, porque constatámos a importância que este tipo de percursos tem na promoção de uma mobilidade sustentável num concelho rural como é o Cadaval. Assim, queremos ligar, de forma segura, as sedes de freguesia e os aglomerados urbanos de maior dimensão, assim como beneficiar a rede de percursos pedonais na vila do Cadaval e a rede pedonal nos aglomerados urbanos”, explica o autarca que acrescenta que este projeto visa ainda a criação de circuitos pedonais adequados, promovendo a deslocação pedonal para os pequenos trajetos do dia a dia, aumentando, assim, a sustentabilidade dos trajetos curtos e a qualificação da mobilidade em meio urbano. Neste setor da mobilidade, José Bernardo Nunes enaltece ainda as diversas asfaltagens que o Executivo realizou em todo o con-



“PASSAREMOS A DETER UM MAIOR CONTROLO SOBRE TODOS OS CONSUMOS DE ÁGUA, POTENCIANDO A SUA REDUÇÃO, MEDIDA DE SUMA IMPORTÂNCIA NA ATUALIDADE”

celho, com o objetivo de renovar toda a rede viária, sendo que estas melhorias significaram um investimento na ordem dos 1.8 milhões de euros.

No que diz respeito ao ambiente, José Bernardo Nunes afirma que também está já em fase de conclusão o projeto que o Município concebeu, no valor de 500 mil euros, para salvaguarda das perdas de água nos diversos abastecimentos. Com este investimento, através da telegestão, “passaremos a deter um maior controlo sobre todos os consumos de água, potenciando a sua redução, medida de suma importância na atualidade. Os nossos recursos são es-

cassos, pelo que temos que contribuir para a sua preservação”. O autarca assevera ainda que a Autarquia lançou um concurso para a construção de um novo ecocentro mas que este ficou deserto, “pelo que teremos que proceder à abertura de um novo procedimento concursal com novas regras, a ver se conseguimos atrair algumas empresas”. Esta obra tem um investimento previsto de cerca de 260 mil euros.

Por fim, no que concerne ao turismo, José Bernardo Nunes destaca a intervenção que a Autarquia está a realizar no Parque de Campismo Rural da Serra de Montejunto, no âmbito da operação de



requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação da área classificada e que significou um investimento na ordem dos 500 mil euros.

O COMBATE À PANDEMIA

O autarca é perentório a afirmar que, no combate à pandemia, o Executivo tentou, desde o primeiro momento, adotar uma postura preventiva pelo que realizou, desde logo, a distribuição de todo o tipo de equipamentos de proteção individual por toda a população e pelas diversas instituições. “As pessoas tinham que ter alguma espécie de conforto e segurança para andar na rua e, naquele primeiro momento, estes equipamentos atingiram preços proibitivos e eram escassos, daí que tenha sido de vital importância a distribuição que realizámos. Não podemos ainda esquecer os muitos funcionários da Autarquia que tiveram que assegurar serviços e para quem o teletrabalho nunca foi opção, apesar da pandemia mundial. Assim, deixo aqui uma palavra de apreço a todas essas pessoas que se mantiveram sempre, de forma abnegada, na linha da frente, certificando-se que o Município continuava a funcionar e que os nossos concidadãos tinham ao seu dispor os serviços e mais-valias vitais para o seu dia a dia, como o abastecimento de água, recolha de resíduos, entre outros”.

Em jeito de balanço, José Bernardo Nunes considera que o número de contágios nunca foi muito expressivo no concelho graças ao bom senso e cuidado de toda a população, de todos os empresários e de todas as instituições existentes no Cadaval. “O maior surto que registámos aconteceu num lar local, contudo, fomos eficientes e eficazes na sua contenção, pelo que ficou circunscrito àquela estrutura e nunca transitou para a comunidade em geral. Claro que o facto das nossas popula-



ções estarem dispersas também ajudou a que o potencial de contágio fosse significativamente mais reduzido. Mesmo a vila é pequena, pelo que tivemos essa mais-valia a nosso favor. Para além disso, no concelho não existem grandes empresas. Grande parte da subsistência do Cadaval está assente no setor primário, na agricultura, onde as pessoas trabalham ao ar livre”.

Ao nível dos apoios concedidos, o autarca reitera que foram várias as medidas levadas a cabo pelo Município, sendo que estas tiveram como principal objetivo garantir o apoio social, bem como reduzir ou aliviar os compromissos financeiros das famílias, das instituições e das empresas, que se depararam com dificuldades graves de subsistência durante a pandemia. Entre as várias medidas levadas a cabo, José Bernardo Nunes sublinha a isenção do pagamento ou redução da fatura da água, saneamento e RSU, sob a forma de atribuição de apoio de valor igual, para as famílias cujo rendimento tenha sido afetado por consequência da pandemia, assim como para as empresas cujo rendimento também tenha sido afetado. Também para os empresários, sobretudo os do setor da restauração e do turismo, o Município avançou também com a isenção do pagamento das taxas relacionadas com o uso de esplanadas e publicidade, assim como como a isenção ou redução do pagamento de todo o tipo de rendas municipais.

Já no que concerne ao processo de vacinação, o autarca esclarece que, depois de um início muito lento devido à escassez de vacinas, “o Cadaval entrou agora em velocidade de cruzeiro. Se mantivermos este registo, estou confiante de que iremos terminar o verão com grande parte da nossa população vacinada, o que será muito positivo. De realçar que, em parceria com o Centro de Saúde local



“QUANTO AO FUTURO, TAL COMO AFIRMEI, ESTE É UM CONCELHO PEQUENO, PELO QUE O SEU ORÇAMENTO É TAMBÉM PEQUENO. ASSIM, TEMOS SEMPRE QUE ESTAR ATENTOS AOS FUNDOS COMUNITÁRIOS, POR FORMA A CONSEGUIRMOS APROVEITÁ-LOS AO MÁXIMO”

criámos um centro de vacinação num pavilhão municipal, sendo que o feedback que temos recebido dos nossos municípios tem sido de grande satisfação em virtude da organização existente. É de fácil acesso, tem bastante estacionamento disponível e é acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Neste contexto tenho que enaltecer a dedicação de todos os profissionais de saúde que estão envolvidos nesta missão. Têm sido muito dedicados e incansáveis sendo que temos estado sempre disponíveis para os ajudar em tudo aquilo que possamos”.

FUTURO CAUTELOSO E SOLIDÁRIO

“Quanto ao futuro, tal como afirmei, este é um concelho pequeno, pelo que o seu orçamento é também pequeno. Assim, temos sempre que estar atentos aos fundos comunitários, por forma a conseguirmos aproveitá-los ao máximo, potenciando o desenvolvimento do concelho. Reconhecemos que só com financiamentos a 85 ou até mesmo a cem por cento é que conseguimos realizar um tão elevado número de obras. É por isso que costumamos afirmar que não vale a pena termos um grande projeto definido quando estamos tão dependentes dos fundos comunitários”, refere José Bernardo Nu-

nes que completa: “O atual quadro comunitário está a terminar e o próximo é ainda uma grande incógnita. Com a exceção de situações pontuais não faz sentido investirmos cem mil euros numa obra desse valor completamente suportada por nós, quando podemos investir esse mesmo valor numa obra participada por fundos europeus no valor de um milhão de euros”.

Apesar de otimista em relação ao futuro, o autarca garante que as pessoas também têm que perceber que a pandemia ainda não passou e que ainda irá continuar a condicionar as nossas vidas. Para além disso, “todos sabemos que a pandemia irá trazer consigo uma nova crise económica que também não será sanada de forma célere, pelo que a covid ainda irá causar danos durante muito tempo. O Cadaval é um município que não para, nem mesmo devido a uma pandemia. Assim, temos que continuar a ser cuidadosos, permanecer vigilantes, no sentido de conseguirmos verdadeiramente vencer esta batalha, ao mesmo tempo que conseguimos manter a nossa economia a funcionar, prestando apoio aos mais desfavorecidos, uma vez que ninguém poderá ficar para trás. Temos que ser solidários”, conclui. 



LIMITAÇÃO DE MANDATOS PARA TODOS

José Bernardo Nunes afirma concordar com aqueles que defendem que a limitação de mandatos deveria ser transversal para todos os eleitos e não apenas para o Presidente da República, presidentes de câmara e presidentes das juntas de freguesia. Para além disso, ainda que compreenda a necessidade da rotatividade ao nível do poder, o autarca considera que a limitação de mandatos limita a própria democracia, “uma vez que condiciona a livre escolha dos cidadãos que ficam impedidos de votar em determinada pessoa que consideravam a mais capaz, apenas porque esta já exerceu esse cargo durante um determinado período de tempo. Menos sentido faz nas autarquias onde, regra geral, os eleitores conhecem muito bem os seus eleitos, algo que não acontece quando as pessoas votam nas eleições legislativas onde votam num partido e não numa determinada pessoa para os representar”.

Por último, o autarca considera que seria mais pertinente que os 12 anos estipulados estivessem divididos em dois mandatos de seis anos, em detrimento do modelo atual de três mandatos de quatro anos e explica porquê: “Na atualidade, e cada vez mais, a ação de um presidente de câmara e os projetos que este consegue concretizar está muito dependente do quadro comunitário em vigor, pelo que o calendário dos mandatos deveria ser alinhado com os respetivos quadros. Assim, o autarca conseguiria determinar o que gostaria de fazer, apresentar o projeto e a respetiva candidatura e realizar a obra correspondente. Neste momento, enquanto que o presidente se inteira do modo de funcionamento da autarquia, percebe a sua condição financeira, define projetos, abre concursos e vê a obra aprovada pelo Tribunal de Contas, o mandato já acabou sem que qualquer grande obra fosse realizada, o que não faz qualquer sentido”.

MUNICÍPIO DE LAGOS

“NINGUÉM PODE FICAR PARA TRÁS”

Hugo Pereira, presidente da Câmara Municipal de Lagos, é perentório: “Na luta contra esta pandemia, ninguém pode ficar para trás”. Hugo Pereira assevera que o impacto das medidas, implementadas no âmbito do Programa Lagos Apoia, nas contas da Autarquia, considerando os dois anos de aplicação, estima-se que atinja os 20 milhões de euros. Apesar disso, o autarca está confiante de que o pior já passou e que “se continuarmos a lutar juntos iremos vencer”.



► “Claramente, a pandemia prejudicou todos os projetos que estavam traçados para o presente mandato. Ainda assim, estabelecemos, desde logo, como prioridade o combate a esta doença sob o lema de que: na luta contra esta pandemia, ninguém pode ficar para trás! Assim decidimos, desde o primeiro momento, apoiar as famílias e as empresas, dentro daquelas que são as nossas possibilidades e competências, no sentido de mitigarmos os efeitos nefastos criados por

este vírus”, assegura Hugo Pereira, presidente da Câmara Municipal de Lagos. De acordo com o autarca, se, numa primeira fase, o foco era o combate até porque “estávamos perante um vírus estranho, depois disso, quando percebemos que havia mais vida para além da pandemia, tentámos conjugar a vida entre estas duas realidades, a do combate à doença com a do regresso lento à vida normal e a retoma da atividade económica. Esta mediação não foi fácil. Assim, se de março a junho do ano passado, devido ao confinamento, o Município funcionou em serviços mínimos, e com uma aposta no planeamento e no traçar de soluções, depois disso, percebemos que esta nova realidade estava para ficar, pelo que projetámos e preparámos uma série de medidas e iniciativas que colocámos no terreno logo que o desconfinamento foi possível”.

O presidente reconhece, contudo, que a pandemia atrasou a concretização de várias obras e projetos, ainda que tenha impossibilitado a sua realização, exce-

ção feita aos eventos desportivos e culturais e festas que estavam previstas e que não puderam ser realizados. “Conseguimos avançar com projetos de obra social e infraestruturas que há muito eram desejados pela população e que eram, efetivamente, necessários para o desenvolvimento do concelho, ao mesmo tempo que não esquecemos os mais frágeis, os mais afetados por esta pandemia e implementámos medidas de apoio à sua recuperação”.

APOSTA NA PREVENÇÃO

“Cedo percebemos que a nossa postura teria que ser muito proactiva, mas, sobretudo, preventiva. Assim tentámos perceber de que forma conseguiríamos construir uma espécie de muro de proteção à volta do concelho”, explica Hugo Pereira que informa que o Município realizou diversas campanhas de informação e sensibilização e distribuiu equipamentos de proteção individual (EPI) por toda a população, empresas e instituições concelhias (escolas, bombeiros, forças



Hugo Pereira

de segurança, centros de saúde e hospitais, IPSS, entre outros) em diversos momentos. “Estes equipamentos tinham preços muito elevados no primeiro confinamento e, mesmo assim, eram difíceis de conseguir. Apesar disso, era importante que a população percebesse que o uso de máscara faz toda a diferença”. A Autarquia distribuiu ainda álcool gel e adotou uma postura incisiva de sensibilização junto da população, “tudo para que as regras do confinamento fossem escrupulosamente cumpridas”. Segundo o autarca, esta postura atenta teve resultados muito positivos. “Ainda que reconheçamos que tenham existido





alguns picos de infeção mais elevados ao longo do tempo, de forma geral, conseguimos sempre conter os pequenos surtos, com o contributo de toda a população, o que fez com que os números de contágio no concelho se tenham mantido controlados. O Município teve o seu papel, contudo, não esteve sozinho nesta luta, pelo que deve ser enaltecido o trabalho levado a cabo por bombeiros, forças de segurança, profissionais de saúde, proteção civil e restante população. Foi a conjugação de todos estes esforços que determinou o sucesso deste combate. Este foi um trabalho conjunto da comunidade e está provado que é juntos, em comunidade, que podemos vencer este vírus. Temos que nos unir e concertar decisões e comportamentos, só assim sairemos todos vencedores". Questionado sobre os apoios que a Autarquia deu aos seus munícipes, empresas e instituições, Hugo Pereira sublinha que a Câmara de Lagos, através do Lagos Apoia, conferiu vários apoios sociais à população, para fazer face aos problemas causados pela pandemia de Covid-19. Entre as respostas colocadas no terreno, numa primeira fase, a Autarquia



“O MUNICÍPIO TEVE O SEU PAPEL, CONTUDO, NÃO ESTEVE SOZINHO NESTA LUTA, PELO QUE DEVE SER ENALTECIDO O TRABALHO LEVADO A CABO POR BOMBEIROS, FORÇAS DE SEGURANÇA, PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PROTEÇÃO CIVIL E RESTANTE POPULAÇÃO”

acautelou que a população mais vulnerável se sentisse acompanhada e apoiada durante o confinamento, pelo que entregou, ao domicílio, kits de almoço e lanche, para crianças dos escalões de ação social A e B, mas também a idosos e pessoas pertencentes a grupos de risco. Paralelamente, o Município adotou ainda medidas especiais a pensar nos sem-abrigo, a quem, para além do almoço, salvaguardou o acesso semanal a balneário e muda de roupa. Durante o primeiro confinamento, segundo o presidente, a Autarquia tam-

bém pensou nas famílias, “nomeadamente nas que enfrentaram maiores dificuldades”. Assim, para os agregados que já beneficiavam de apoio social ou que passaram a necessitar do mesmo, o Município disponibilizou a entrega de géneros alimentares, medicação e produtos de higiene pessoal e limpeza. O serviço de transporte público também passou a ser gratuito. Além disso, o Executivo apoiou diversos agregados familiares (cerca de 400) com a isenção do pagamento do valor da renda, uma vez que ocupavam habitação municipal.

“Estivemos muito atentos porque não queríamos que ninguém ficasse sem resposta, mesmo naqueles casos em que as pessoas têm vergonha de pedir ajuda. Esses agregados podiam ser sinalizados por terceiros e o Gabinete de Ação Social da Autarquia dava provimento aos casos”, garante Hugo Pereira.

O Município aprovou ainda a isenção da tarifa variável do consumo de água aos 1º escalões e reduzida, em 10%, aos 2º e procedeu ao alargamento das condições de acesso a apoios sociais, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, passando a ser elegíveis agregados familiares com rendimento per capita inferior a 80% do IAS, assim como o alargamento das condições de acesso ao apoio ao arrendamento privado, estabelecendo, uma participação de 25% para os agregados que se encontrem com taxas de esforço $\geq 40\%$ e $\leq 65\%$. Por fim, criou um dia de atendimento telefónico no Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, reforçando a sua disponibilidade à população com maior vulnerabilidade, tendo criado ainda respostas ao nível do apoio psicológico.

Já num apoio direto ao setor da educação, a Autarquia adquiriu 400 computadores portáteis, 150 tablets e routers que atribuiu aos alunos, em regime de empréstimo, ficando a gestão destes recursos a cargo dos agrupamentos escolares. Também apoiou os encarregados de educação, através de atendimentos efetuados por psicólogos e alargou os Serviços de Apoio à Família, assegurando o seu funcionamento nos meses de agosto e setembro.

Segundo o autarca, estas medidas, e outras consagradas no “Lagos Apoia – Pro-



grama de Apoio às Famílias e à Economia Local” visam complementar os programas criados pelo Governo, “na resposta às necessidades das empresas e das famílias, associações culturais, desportivas e instituições particulares de solidariedade social que têm visto comprometida a sua atividade regular”.

No que concerne às medidas implementadas de apoio às empresas e aos trabalhadores, Hugo Pereira destaca que a Autarquia avançou com a isenção do pagamento de todas as taxas, no âmbito da ocupação de via pública e publicidade, assim como do pagamento de rendas municipais de lojas, bancas de mercados e feiras. O Município também aprovou o decréscimo de 10% no preço do consumo de água para as empresas. Para além disso, não apresentou proposta de aplicação de qualquer derrama no ano de 2022 e elaborou um estudo conducente à viabilização da redução das taxas de IRS e IMI a aplicar em 2022.

Sendo Lagos um concelho voltado para o mar, as praias e o turismo, para apoio a este setor, o autarca reitera que o Município apoia ainda, os concessionários dos apoios balneares que asseguram a vigilância e assistência a banhistas e que possuem apoio de praia associado e não associado, comparticipando 50% ou 75% do vencimento mensal bruto e despesas associadas ao pagamento aos nadadores-salvadores.

“Para além disso, vamos lançar uma grande campanha de promoção de Lagos enquanto destino turístico de eleição, sendo que esta ação de promoção será levada a cabo tanto em território nacional, como no estrangeiro. Já no ano passado promovemos esta medida e o retorno foi extraordinário, o que permitiu às empresas do setor do turismo ganhar uma espécie de balão de oxigénio para os meses de inverno que se vieram a demonstrar repletos de desafios”, acrescenta.

O desporto e a cultura também não foram esquecidos neste programa. Assim, foi realizado o reembolso aos clubes de 100% ou 50% do valor das mensalidades dos atletas beneficiários do escalão A e B; procedeu-se ao reforço em 50% da verba prevista para os quatro primeiros apoios no âmbito das medidas de formação técnica, de aquisição de material de desgaste, de despesas de ordem associativa e de manutenção e reparação de viaturas; efetivou-se a comparticipação



de todas as despesas de preparação de eventos que entretanto tenham sido cancelados, mediante a apresentação de evidências dessas despesas; e foi realizada a atribuição pontual de apoios. Já na cultura, o Município avançou com a atribuição de apoio a despesas de funcionamento, promoveu diversos eventos on-line e organizou concertos em regime de drive-in como forma de apoiar os artistas e músicos locais.

Contudo, os apoios dados à população, instituições e empresas não ficaram por aqui. A Autarquia ainda adquiriu seis viaturas que entregou às forças de segurança locais, Centro de Saúde de Lagos e agrupamentos escolares, sendo que também procedeu à limpeza e desinfeção regular dos espaços públicos, equipamentos museológicos e culturais e estabelecimentos de ensino.

CONFIANÇA NO FUTURO

No que concerne ao futuro, Hugo Pereira revela que os projetos essenciais para o concelho passam pela reabilitação habitacional de Lagos através da requalificação das estruturas existentes, mas também, pela ampliação do perímetro habitacional, “daí que já tenhamos aprovado a nossa Estratégia Local de Habitação

para a construção de fogos, no âmbito do Programa 1º Direito”. Este projeto permitirá a instalação de 400 novas famílias, será executado num período de seis anos e está orçado em 20 milhões de euros.

Para além disso, o autarca considera que é essencial continuar a investir na educação, ainda que, neste momento, o parque escolar concelhio seja já de excelente qualidade. “No próximo ano letivo, por exemplo, já teremos em funcionamento um novo centro escolar, obra que representou um investimento de três milhões de euros. Apesar disso, reconhecemos a necessidade da existência de um maior número de salas em duas escolas EB 2/3 estando, atualmente, a ser trabalhado o projeto que permitirá a sua ampliação”.

Segundo o presidente, os próximos anos significarão ainda investimentos municipais ao nível das alterações climáticas e da preservação da água. “Falamos da substituição de estruturas e de alterações na forma como gerimos o consumo de água, até porque este é um recurso finito essencial para a existência de vida. A este nível será ainda essencial a proteção de toda a frente de mar que existe no concelho, bem como a salvaguarda



das zonas de falésias e das dunas. Lagos não é um destino turístico conhecido apenas pelo sol e pela praia. Também tem golfe, mar, vento, uma mata nacional, ideal para turismo natureza, uma barragem, gastronomia, cultura, património e história, área onde será vital a recuperação de todo o perímetro das muralhas que existe na cidade. É necessário reabilitar a muralha e recuperar toda a zona exterior, sendo prioritária a requalificação dos baluartes, tornando-os visitáveis”.

Hugo Pereira lembra ainda que já foram concluídas as obras de remodelação do núcleo sede do Museu Municipal Dr. José Formosinho, projeto que teve um custo de quase três milhões de euros. “Ainda assim já temos o projeto de realizar a sua ampliação, visando a instalação do novo Núcleo de Arqueologia. O concurso para a realização desta obra está já aberto. O Algarve é, cada vez mais, um destino turístico com respostas durante todo o ano”.

Por fim, o autarca advoga que os municípios terão que continuar a investir nas pessoas até porque “sabemos que as consequências resultantes da atual crise pandémica ainda demorarão algum tempo a sanar. Esperamos que esse hiato de tempo seja o mais curto possível, contudo, temos que estar preparados. Não existem quaisquer garantias de que, em 2022, o mundo já não viverá em situação de pandemia. Assim, a mensagem para o futuro deve ser, sobretudo, de esperança até porque acredito que o pior já passou. Ainda que esta reta final seja bastante comprida, estou confiante de que os momentos mais complicados foram ultrapassados. Ainda assim, não podemos baixar a guarda, temos que nos manter vigilantes e cumprir com todas as normas de segurança em vigor. Se continuarmos a lutar, juntos iremos vencer”, conclui. 

EzWall

Revestimento de
teto e fachadas



www.epw.pt



EpDeck



ZoomDeck



Titanium Deck



LcDeck



CORE



CORE

**Um passo à frente das tendências, de mãos dadas
com a tecnologia**

CORE

UM PASSO À FRENTE DAS TENDÊNCIAS, DE MÃOS DADAS COM A TECNOLOGIA

Em entrevista ao Empresas+®, Leonel Rocha, responsável pela CORE, fala sobre a atualidades desta empresa conhecida e reconhecida no mercado nacional e internacional pela sua qualidade no fabrico de mobiliário de escritório 100% português. Com uma aposta clara na qualidade e numa vasta gama de produtos e soluções que satisfazem os requisitos dos clientes mais exigentes, a CORE prepara-se agora para continuar na linha da frente, garantindo inovação e qualidade em tudo o que faz. “Olhamos para o futuro com otimismo, pelo que pretendemos continuar a atuar de acordo com elevados padrões de conduta e responsabilidade social”.

► Sediada em Águeda, Aveiro, desde 1996, a CORE é uma empresa conhecida e reconhecida no mercado nacional e internacional pela sua qualidade no fabrico de mobiliário de escritório 100% português. “A verdade é que, desde a sua fundação, esta empresa, com muitas ideias e com uma aposta clara na inovação, tem vindo a construir uma história única e exemplar no mercado português do mobiliário de escritório, onde continuamos a marcar a diferença”, assegura Leonel Rocha, responsável e fundador da CORE, que acrescenta que a CORE “orgulha-se de estar sempre um passo à frente das tendências, de mãos dadas com a tecnologia e, mais importante que isso, sempre de mãos dadas com os seus clientes, procurando a sua completa satisfação”. De acordo com o fundador, do planeamento à produção, o foco da empresa está sempre na satisfação das exigências dos seus clientes, até os mais exigentes. “Somos capazes de surpreender e de apresentar soluções inesperadas. Além da personalização que as nossas soluções podem ter, estamos ainda disponíveis para a criação de soluções por medida. Os clientes têm

apenas que nos contactar, dizer o que pretendem e solicitar o respetivo orçamento”, explica.

Alguns anos mais tarde, a CORE apostou no fortalecimento da marca e no crescimento para mercados internacionais. Assim, em 2017, integrou o Grupo FIMEL, um dos principais grupos industriais nacionais, adotando a sua cultura empresarial baseada em princípios de boa gestão, qualidade e compromisso. Atualmente, a empresa coloca ao dispor dos seus clientes uma vasta gama de produtos e soluções que satisfazem os seus elevados requisitos, tanto sobre o espaço, como sobre o conforto do local de trabalho, sendo que a durabilidade dos materiais e o desempenho técnico das soluções estão sempre inerentes no produto, pelo que a CORE apresenta soluções inovadoras e eficazes, colocando o cliente sempre em primeiro plano.

OBRAS MARCANTES E DE VANGUARDA

Neste momento, são inúmeras as obras marcantes que a empresa levou a cabo. O empresário reitera mesmo que, para a CORE, todos os projetos são importan-



“A VERDADE É QUE, DESDE A SUA FUNDAÇÃO, ESTA EMPRESA, COM MUITAS IDEIAS E COM UMA APOSTA CLARA NA INOVAÇÃO, TEM VINDO A CONSTRUIR UMA HISTÓRIA ÚNICA E EXEMPLAR NO MERCADO PORTUGUÊS DO MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, ONDE CONTINUAMOS A MARCAR A DIFERENÇA”

tes e essenciais, uma vez que cada um deles representa um cliente diferente. Apesar disso, do vasto portefólio da empresa, Leonel Rocha desta como obras mais importantes realizadas em território nacional a construção da Cidade do Futebol, em Oeiras (2016); o edifício da NOS – Comunicações SA, tanto em Lisboa (2016), como no Porto; a Biblioteca Municipal de Caminha, em Caminha (2015); e o edifício da Mota Engil, no Porto (2018/2019). Do ponto de vista internacional, o empresário sublinha a qualidade do edifício da RUSSULA, em Espanha (2015); o edifício da Altice, nos EUA; e o edifício da RTL, no Luxemburgo.

A CORE é ainda uma presença assídua nas diversas feiras especializadas do setor do mobiliário, uma vez que o empresário considera esta presença uma mais-valia importante na divulgação da marca e das soluções que a empresa apresenta. “Claro que a presença nas principais feiras e representações do setor é uma importante mais-valia para a divulgação da marca e de todos os nossos produtos e soluções. Contudo, a verdade é que, atualmente, apostamos muito também no formato digital, uma vez que este é um setor cada vez mais importante na economia global em que hoje vivemos. Desta forma, pretendemos alcançar um número ainda maior de clientes, divulgando, ao máximo, a marca CORE. Quer queiramos quer não, neste momento, as novas tecnologias assumem suma importância na economia mundial em que estamos inseridos. Todo o mundo está à distância de um clique e todas as marcas podem ser consultadas e visitadas através da Internet, pelo que esta é uma vertente do negócio que nunca pode ser descurada”, garante Leonel Rocha.

VANGUARDA E DESIGN

O empresário reconhece que a área do mobiliário é um setor de atividade que está em constante mutação e que está alicerçado na vanguarda, design e desenvolvimento de novos produtos e soluções, o que faz com que a CORE aposte, inequivocamente, no seu departamento de inovação e desenvolvimento. “A verdade é que nos orgulhamos de estar sempre um passo à frente das tendências, tirando partido do melhor que a tecnologia tem para nos oferecer. Desde a receção da enco-

“DESDE A RECEÇÃO DA ENCOMENDA, PASSANDO PELA CONCEÇÃO E FABRICO, ATÉ À ENTREGA DO PRODUTO OU SOLUÇÃO, TODO O PROCESSO TEM SEMPRE COMO PRINCIPAL FOCO A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DO CLIENTE”

menda, passando pela conceção e fabrico, até à entrega do produto ou solução, todo o processo tem sempre como principal foco a satisfação das necessidades do cliente. Acreditamos na capacidade de criação e estamos convictos de que são as pessoas que fazem as coisas acontecer e que fazem o mundo avançar e evoluir. Assim, defendemos como inovação, a oportunidade de estar sempre no momento certo, com a melhor solução. É isso que importa ao cliente”.



Leonel Rocha dá como exemplo a Linha FORMA que é dotada de individualidade e carácter, tornando-se um produto único. “Igual a si mesmo, o sistema FORMA introduz um novo conceito de 360 graus a nível de estética, tornando-se sempre diferente consoante o ângulo de visão. Esta solução tem uma presença imponente, adequado para ambientes tanto de operador, como de executivo. Em suma, a FORMA é uma nova maneira de viver e usufruir do espaço”.

Para além da FORMA, a CORE comercializa ainda as coleções ALFA, AND, ARAMIS, ATHOS, GAMMA, ÍCONE, JADE, ONIX, PORTHOS e QUARTZO, produzindo secretárias, multipostos, armários, biombos, blocos de gavetas, sofás, cadeiras, vestiários, estanteria, bancos de balneário e soluções perfeitas para salas de reuniões, bibliotecas, espaços de receção, bares e refeitórios, além de muitos outros complementos. “De salientar que todas estas soluções são completamente personalizáveis.





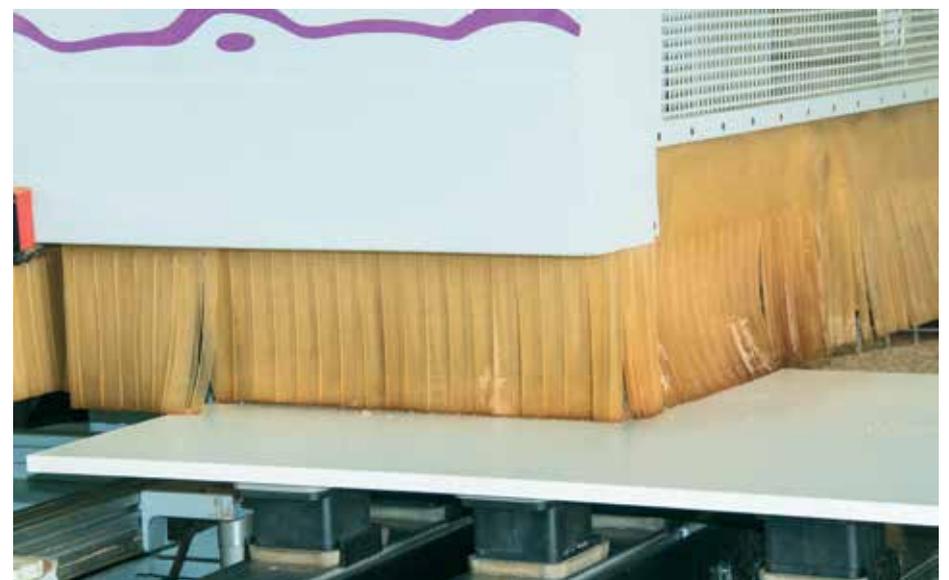
Os nossos clientes, aquando da encomenda, podem sempre escolher o acabamento da estrutura e o tipo de tampo, o que é uma importante mais-valia”, sublinha o empresário.

O MERCADO NA ATUALIDADE E A PANDEMIA

“O mercado do mobiliário está em constante mutação e sobre diversas e diferentes oscilações, pelo que o nosso principal desafio está em manter o elevado nível de qualidade que nos caracteriza, sempre ao mesmo preço, ao mesmo tempo que procuramos assumir um lugar de destaque nos diferentes mercados onde nos inserimos. Para além disso, procuramos ainda acompanhar as tendências e a persistente evolução do mercado, tentando saber, ainda, como interpretar as dificuldades daí adjacentes. Este é um pensamento sempre presente”, refere o empresário. Neste momento, a CORE está representada, não só no mercado nacional, como também no mercado internacional, sendo uma marca reconhecida e

“ACREDITAMOS NA CAPACIDADE DE CRIAÇÃO E ESTAMOS CONVICTOS DE QUE SÃO AS PESSOAS QUE FAZEM AS COISAS ACONTECER E QUE FAZEM O MUNDO AVANÇAR E EVOLUIR”

reconhecida em vários países, um pouco por todo o mundo. Leonel Rocha explica que o segredo para o sucesso desta marca passa pela aposta que a empresa faz no seu fortalecimento e crescimento, através de uma aposta clara na qualidade de todos os seus produtos e soluções e através do compromisso da completa satisfação que



mantem com todos os seus clientes. Apesar de encarar o mercado na atualidade com otimismo, o empresário reconhece que a atual pandemia que assola o mundo condicionou a atividade da empresa. “A verdade é que a pandemia resultante do vírus da Covid-19 tem afetado todo o panorama nacional e internacional pelo que a CORE não é

uma exceção. Assim, claro que o confinamento, os sucessivos Estados de Emergência e a própria pandemia que trouxe indefinição em relação ao futuro afetaram vivamente a nossa atividade. Basicamente, o que aconteceu é que a Covid-19 obrigou-nos a repensar determinadas estratégias e maneiras de estar perante o mercado. Tivemos que

Edição n.º 69 AGOSTO 2021

EMPRESAS



Distribuição gratuita com o semanário "Sol" Encarte comercial da responsabilidade de Pagineautêtica - Publicações. Lda e não pode ser vendido separadamente



VIEROMINHO

Reabilitar, restaurar e criar com toda a qualidade

VIEROMINHO

REABILITAR, RESTAURAR E CRIAR COM TODA A QUALIDADE

Em entrevista ao Empresas +®, Eduardo Teixeira, sócio fundador da Vierominho, fala sobre o passado, presente e, sobretudo, do futuro desta empresa de referência em Portugal no setor da construção civil. Conhecida e reconhecida aquém e além-fronteiras pela sua qualidade, rigor e profissionalismo, a Vierominho é a escolha certa para todos aqueles que pretendam reabilitar, restaurar ou simplesmente realizar uma construção de raiz.

► QUANDO FOI CRIADO A VIEROMINHO E QUAIS OS OBJETIVOS SUBJACENTES À SUA CRIAÇÃO?

A Vierominho foi criada em 1999. Nessa época, o mercado da construção estava em forte crescimento e o surgimento de novos materiais e tecnologias construtivas sucediam-se. Os revestimentos exteriores não eram exceção. Foi aí que decidi lançar-me por conta própria, até porque conhecia este setor. Foi assim que surgiu a ideia de criar uma empresa precisamente dedicada ao fornecimento e aplicação de novos sistemas construtivos e revestimentos exteriores, designadamente em fachadas.

O contexto da criação da empresa estava alicerçado em vários sistemas dos quais destaco um particularmente importante o “capotto”, um sistema de isolamento térmico pelo exterior que, à data, era novidade no mercado nacional, sendo encarado o seu emprego com uma certa desconfiança, mas que se veio a revelar uma excelente solução, quer em construção nova, quer em reabilitação. Presentemente é o sistema mais aplicado em Portugal e na Europa pela elevada prestação que apresenta ao nível do binómio qualidade/preço.

AO LONGO DA SUA HISTÓRIA, QUAIS OS MOMENTOS MAIS MARCANTES E OS MAIORES DESAFIOS ULTRAPASSADOS?

Naturalmente, a Vierominho evoluiu bastante ao longo da sua atividade, mas soube estar à altura dos desafios e difi-

culdades que foram surgindo. Com o boom da construção no nosso País nos anos 90 e inícios de 2000, foram muitos os empreendimentos novos que surgiram, sobretudo, na periferia das grandes cidades. Infelizmente, os padrões de qualidades nem sempre foram os mais adequados.

As anomalias construtivas eram muito frequentes e condicionavam a utilização das frações habitacionais que, em muitos casos, não reuniam as condições mínimas de salubridade. Por outro lado, os centros urbanos foram ficando cada vez mais desertos, o que levou ao abandono dos edifícios por parte dos proprietários e a um aumento exponencial da degradação dos mesmos.

Com um conhecimento tecnicamente capaz e com soluções especializadas, encontramos, na construção de edifícios que se realizava à data, uma grande necessidade de se apostar na sua reabilitação, área de negócio, não só interessante, mas necessária e muito motivadora. Queríamos resolver eficazmente problemas de infiltrações, conferir condições térmicas e acústicas de conforto e dignas de utilização dos fogos, em muitos casos em habitações acabadas de construir, além da recuperação do património edificado que, no início dos anos 2000, tinha uma expressão muito residual em Portugal em comparação com a média europeia que chegava a ser de aproximadamente de igual valor face a valores da construção nova. A missão desta empresa, nestes 22 anos de existência, tem dado um forte contributo na



valorização do património edificado como é nosso slogan, tornando-se na nossa missão.

Hoje, estamos capacitados para dar resposta aos desafios da construção e da reabilitação e temos os meios e recursos para aportar o *know-how* da reabilitação à construção de raiz, traduzindo-se em obras de elevada qualidade onde são debeladas à nascença grande parte das causas de patologias construtivas.

EM QUE MERCADOS A VIEROMINHO ESTÁ PRESENTE? A EMPRESA JÁ DEU INÍCIO AO SEU PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO?

Temos uma empresa de direito local em Gibraltar onde temos vindo a realizar empreitadas de grande envergadura. Efetuámos algumas incursões em mercados tão diversos como Marrocos, Colômbia, Cabo Verde, França e Alemanha. Apesar de alguns trabalhos pontuais noutros mercados, foi na Alemanha e em Gibraltar que, durante vários anos, realizámos diversas empreitadas. Atualmente, estamos mais focados no mercado nacional.

DO VASTO PORTEFÓLIO DA EMPRESA QUE OBRAS DESTACA?

São várias as intervenções das quais assumimos, sem modéstia, orgulho. São inúmeras as empreitadas ao nível

da construção e requalificação de edifícios e empreendimentos de habitação que realizámos ao longo dos anos. É gratificante perceber que, por vezes, existem, depois das obras concluídas, alterações no comportamento de alguma população, digamos mais problemática. Se ontem faziam graffitis, hoje, contribuem ativamente para zelar pela conservação dos seus espaços. A título de exemplo, temos o Bairro de Cruz de Pau, no Município de Matosinhos, que consistiu numa intervenção de reconstrução de 104 fogos existentes. Iniciámos com a dotação de instalações para realojar temporariamente os moradores, passando depois para as demolições faseadas, bloco a bloco, desencadeando-se a reconstrução integral das 104 frações; o isolamento térmico das fachadas, através da execução de fachadas ventiladas em painel de alumínio compósito e substituição de vãos envidraçados na Unidade de Penafiel do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE; e a construção da Academia de Futebol do Rio Ave FC, incluindo todos os revestimentos exteriores e acabamentos.

DE QUE FORMA ENCARA O MERCADO? O AUMENTO EXPONENCIAL DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS REGISTADO NA

Edição n.º 69 AGOSTO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE III



MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO
Território único, em harmonia com a Natureza

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO

TERRITÓRIO ÚNICO, EM HARMONIA COM A NATUREZA

Rute Silva assumiu funções como presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo apenas em maio de 2021, por renúncia ao mandato do anterior presidente, Adelino Soares, que passou a assumir funções de vogal executivo no Conselho de Administração da empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA. Com 11 anos de experiência na vice-presidência do Município e em diversos pelouros, a autarca encontra-se agora preparada para liderar o futuro deste concelho único, onde se vive em comunhão com a Natureza.



Rute Silva



Município
Vila do Bispo

► “Foi com imensa honra que assumi o cargo de presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, responsabilidade que garanto cumprir com presença, dedicação, humildade e sentido de missão. Serão apenas alguns meses que anunciam, já, a viragem num percurso de quase 12 anos como autarca neste Município”, garante Rute Silva na sua declaração de tomada de posse, aproveitando para felicitar a eleição do anterior presidente como vogal executivo do Conselho de Administração da Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA., em representação da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), desejando-lhe as maiores felicidades nesta nova missão. Apesar disso, a autarca não deixou de transmitir alguma surpresa e “profundo desagrado pela forma despropositada como decorreu a sua saída, sem comunicação prévia, nem qualquer passagem de testemunho à sua equipa, situação que registo como sendo da maior gravidade. Ainda assim, esse capítulo está encerrado e estou ago-

ra focada em dar continuidade aos diversos projetos em curso, corrigir alguns dos problemas identificados, desbloquear situações pendentes e contribuir para a constante melhoria e alcance dos serviços prestados por este Município à sua população, sempre com um elevado sentido de dever público”.

Relativamente ao seu executivo camarário, Rute Silva manifestou “sentida gratidão pelo incondicional apoio e amizade manifestados pelos vereadores que me acompanham a tempo inteiro, bem como toda a confiança que tenho nos restantes membros deste Executivo. Acredito que iremos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance no sentido de privilegiarmos uma governação harmoniosa e democrática. Por fim, uma palavra para os funcionários desta Autarquia. A imagem do nosso concelho e desta instituição depende de todos nós. Acredito que juntos, competentes e empenhados, faremos deste território um lugar ainda melhor”.

PANDEMIA: DESAFIO DIFÍCIL DE ULTRAPASSAR

A autarca reconhece que o atual mandato foi repleto de desafios inéditos, até porque, durante mais de um ano e meio, teve que combater uma pandemia. Questionada sobre os apoios que o Município atribuiu à população, a autarca explica que, desde logo, o executivo disponibilizou e equipou três ZAP - Zona de Apoio à População, locais de resposta coletiva de alojamento de emergência. “Felizmente, no decorrer da pandemia, só um destes equipamentos foi efetivamente necessário, contudo, a resposta existe e encontra-

-se pronta para qualquer eventualidade. Este espaço albergou pessoas contaminadas com Covid-19 ou que tiveram de ser isoladas em quarentena, por não reunirem condições adequadas em suas casas ou por não terem qualquer retaguarda familiar. Também adquirimos 20 camas articuladas e colchões, caso fossem necessários”. Rute Silva acrescenta que, neste momento, uma das ZAP ainda está em funcionamento, “uma vez que sabemos que esta pandemia é bastante volátil e que a realidade pode mudar rapidamente e a qualquer momento, apostámos numa estratégia de prevenção ativa”. De acordo com a presidente, o Município também disponibilizou um serviço de entrega de alimentos e de medicamentos a pessoas confinadas, “tudo para que tivessem as suas necessidades asseguradas, por forma a que o cumprimento do isola-

mento profilático fosse cabalmente garantido. Além do suporte direto às diversas IPSS existentes no concelho, prestámos apoio à população na realização de testes, designadamente com o seu transporte através de uma parceria estabelecida com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila do Bispo, e na distribuição de equipamentos de proteção individual, com especial enfoque entre os munícipes mais idosos”. Rute Silva sublinha que o Município também criou uma linha de apoio psicológico e social para ajuda à população do conce-



Edição n.º 69 AGOSTO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE III



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

“Saber o que somos no presente, para projetarmos o futuro”

MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

“SABER O QUE SOMOS NO PRESENTE, PARA PROJETARMOS O FUTURO”

Nuno Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, reconhece que a atual pandemia condicionou os objetivos delineados pelo Executivo no início do mandato. Apesar disso, o autarca auspicia um futuro promissor, porque basta que “saibamos o que somos no presente, para melhor conseguirmos projetar o futuro. E este é um concelho orgulhoso do seu passado, do seu presente e sabe o que quer para o seu futuro”.



► Nuno Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, admite que a pandemia alterou a vida de todos os portugueses, pelo que condicionou os objetivos que o Executivo delineou para este mandato, “sobretudo porque centramos a nossa atividade na área cultural, setor que sentiu grande recessão e que teve que enfrentar diversos problemas. No passado remodelamos a nossa imagem, tivemos a capacidade de nos reinventar e de trazer para a economia em larga escala eventos culturais que, para além de serem diferenciadores, atuaram como elementos potenciadores da economia concelhia. Assim, em 2020, essa nossa aposta foi forçosamente condicionada”. O autarca assevera que, para além disso, grande percentagem do orçamento municipal é aplicada na mitigação das problemáticas sociais que o concelho tem como a assistência que é prestada aos mais idosos. “Um autarca só é ver-

dadeiramente autarca quando reconhece as potencialidades, mas também os problemas que o seu concelho tem. Sabemos que a nossa população é idosa, problemática ainda maior num concelho com 585 Km². Assim, a nossa aposta foi que todos os idosos fossem acompanhados através de programas específicos, desde a teleassistência até à cooperação com o CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social, passando pela oferta de medicação gratuita a todos aqueles que não têm condições para a pagar. A juntar a tudo isto tivemos ainda que prestar todo o apoio à população em resultado da Covid, onde tivemos que nos sobrepor ao Estado Central. Todas as verbas previstas para os diversos eventos culturais e para as festas foram automaticamente aplicadas neste combate. Fomos um dos primeiros municípios a ter uma ideia clara das medidas que pretendíamos implementar”, completa.

Neste âmbito, Nuno Gonçalves advoga que o Executivo começou, desde logo, por realizar a devida sinalização de todas as ruas demarcando devidamente os percursos, ao mesmo tempo que levou a cabo campanhas de informação e sensibilização para toda a população. O Município procedeu ainda à distribuição de equipamentos de proteção individual por toda a população. “Também assegurámos a alimentação a todos os alunos durante os períodos de suspensão das aulas presen-



Nuno Gonçalves

ciais. Ainda numa ajuda clara às famílias, suspendemos o pagamento de rendas das habitações arrendadas pelo Município quando o arrendatário ou algum membro do agregado familiar tenha perdido o seu emprego”, refere.

No que concerne ao tecido empresarial, o autarca informa que o Executivo avançou, por exemplo, com a suspensão do pagamento das rendas de todos os espaços/estabelecimentos concessionados pelo Município. Paralelamente, permitiu aos empresários da restauração o aumento da área ocupada pelas esplanadas, isentando-os do pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço público. O mesmo aconteceu com os espaços ocupados em feiras e mercados. “Prescindimos de quase todas as receitas, não cobramos quaisquer taxas”.

A implementação de uma loja online de escoamento de produtos locais, disponível em www.moncorvosoto.pt e a criação de uma campanha de apoio ao comércio local, Vivo Aqui Compro Aqui, com a atribuição de um voucher de 5€ por cada 50€ de valor acumulado de faturas de compras efetuadas no comércio tradicional, foram outras medidas

implementadas pelo executivo, de apoio à economia local.

Para além disso, Nuno Gonçalves esclarece que a Autarquia apostou na prevenção pelo que disponibilizou a realização de testes a todas as IPSS locais e criou um centro de vacinação em larga escala, dotado de todas as condições para que este processo se desenvolva de forma mais célere e eficiente. “A grande problemática é mesmo a falta de vacinas, uma vez que a capacidade instalada está assegurada. Em jeito de conclusão, se tivermos em conta o investimento realizado e as receitas que deixamos de auferir, já investimos cerca de um milhão de euros no combate a esta pandemia. Contudo, quero deixar o meu agradecimento público pelo trabalho desenvolvido a todas as equipas ligadas ao setor da saúde, bombeiros, autoridades locais e a todos aqueles que estão na linha da frente”.

O autarca reitera não ter dúvidas de que quem mais deu confiança às pessoas nesta luta foram as Autarquias e explica que as várias equipas que laboram num município foram as primeiras a entrar na luta, “até mesmo quando a informação sobre esta doença era praticamente ine-

xistente. As câmaras municipais foram as primeiras a tomar decisões e a levar a cabo ações de luta e de mitigação das consequências desta pandemia. Fomos muitas vezes para o terreno sem quaisquer indicações sobre o que poderíamos ou não fazer, mas mantivemo-nos sempre a trabalhar em prol do bem-estar dos nossos municípios. Os 308 municípios foram os primeiros a conferir confiança aos portugueses e mostrar que era possível vencer esta guerra”.

CONCELHO DO SÉCULO XXI

Contudo, Nuno Gonçalves advoga que a pandemia também trouxe algumas oportunidades e que uma delas é mesmo a grande marca deste Executivo neste mandato: o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, concedido pela Nova Geração de Políticas de Habitação, e que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. “Fomos o 13º município a ter assinada e homologada a nossa Estratégia Local de Habitação, onde se encontram especificadas as carências existentes no acesso à habitação e onde foram definidos os objetivos a atingir, etapa obrigatória para o acesso ao Programa 1º Direito. Queremos acabar com todas as habitações indignas existentes no concelho”. Esta medida vai abranger 106 famílias e tem uma estimativa de investimento superior a sete milhões de euros. O Executivo implementou ainda um programa camarário que permite aos municípios mais carenciados recorrer à Autarquia para a realização de pequenas reparações nas suas habitações, num investimento de 70 mil euros. “Iremos disponibilizar ainda mais 20 mil euros para a cobertura de arrendamentos sempre que os próprios inquilinos não tenham a possibilidade de cumprir com essa obrigação”, sublinha o autarca.

Nuno Gonçalves assegura que o concelho também é agora atrativo para o investimento, até porque está localizada em Torre de Moncorvo uma das maiores estações fotovoltaicas da Europa. “A expectativa é que, no final do último trimestre deste ano, 700 toneladas de materiais densos por dia saiam das nossas minas em direção ao Porto de Leixões, para exportação. Também já estamos a implementar uma nova área empresarial, numa localização primordial entre o IC5 e o IP2. Na

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Queremos que sejam felizes e que sintam que a Autarquia está ao seu lado sempre. Queremos que sintam confiança, que sejam resilientes e que acreditem no futuro. Este é um concelho orgulhoso do seu passado, do seu presente e sabe o que quer para o seu futuro. Acredito piamente em todos os moncorvenses”.

mesma semana em que lançámos este projeto, recebemos intenções de ocupação dos primeiros lotes. Apostamos em industrialização de qualidade para o concelho, ou seja, com recurso a energias limpas, promovendo tudo o que de melhor este concelho tem para oferecer. Queremos dar uma resposta célere e eficaz a todos os problemas, ao mesmo tempo que conferimos ao Município uma imagem de modernidade para um concelho do século XXI”.

O autarca garante ainda que, apesar de todas as vicissitudes, o Município aplicou todos os fundos comunitários disponíveis, tendo ainda reforçado a dotação em algumas áreas. “Somos o 14º município, a nível nacional, na execução de fundos comunitários, o 6º na região Norte. Neste último mandato realizámos obras no valor de quase dez milhões de euros”.

Nuno Gonçalves enaltece ainda que uma das grandes apostas do Executivo foi a valorização da escola secundária Dr. Ramiro Salgado, num investimento superior a três milhões de euros. O Município conseguiu ainda fundos no âmbito do PAMUS – Plano de Ação e Mobilidade Urbana e Sustentável para a melhoria das acessibilidades, “com especial enfoque para as pessoas com mobilidade reduzida”. A Autarquia obteve ainda fundos através do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, “o que nos permitiu intervir nas zonas mais antigas da Vila e que, por isso, precisavam de ser reabilitadas. Por fim, no âmbito do PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, conseguimos reabilitar uma cultura que estava esquecida por alguns e que é essencial para a nossa identidade: o judaísmo. A história do judaísmo neste concelho é extremamente importante. Assim, recuperamos a antiga sinagoga e criámos uma rota onde as pessoas podem seguir aquele que era o percurso da antiga judiaria local”. Por fim, o autarca anuncia ainda a recu-

peração de todo o centro histórico que foi realizada e concretização de um projeto que estava pendente desde 1981: o Museu do Castelo. Com esta obra, além da conservação e valorização dos vestígios arqueológicos do castelo, imóvel classificado com Interesse Público, “conseguimos reforçar o papel do centro urbano como polo aglutinador, criar um conjunto de fatores atrativos em termos turísticos e culturais, incentivar a utilização da zona medieval e promover e divulgar estes achados arqueológicos. Este é um instrumento de qualidade para conhecermos a história de Moncorvo, saber o que somos no presente, para projetarmos o futuro. Fomos ainda mais além e resgatámos o maior acervo fotográfico do Douro Superior que era privado e que agora estará ao dispor de todos aqueles que nos visitem, da comunidade, uma vez que passou a ser detido pelo Município”.

A criação de uma rede de percursos pedestres pelo concelho, foi outra das preocupações deste executivo, assim como fazer parte da Grande Travessia do Douro Internacional e Vinhateiro em BTT, projeto implementado pela Associação de Município do Douro Superior.

Nuno Gonçalves, contudo, não esquece que, apesar de toda a obra realizada, o Executivo ainda conseguiu reduzir o deficit da Autarquia que atualmente está nos seis milhões de euros. “Quando assumi os destinos do Município, em 2013, estava fixado nos 16 milhões de euros. Hoje, cumprimos com as nossas obrigações com todos os fornecedores e não temos qualquer dívida pendente nesta área. Este esforço financeiro, porém, não nos impediu de realizar obras estruturantes como ter condições para um cais de navios de grande porte na foz, criar a fluvina desportiva e social na foz do Rio Sabor, a reativação das minas, para além de importantes projetos no âmbito do turismo rural e de investimento nos nossos produtos endógenos, como a famosa amêndoa coberta de Torre de Moncorvo que foi considerada como uma das sete maravilhas dos doces de Portugal”.

ACREDITAR NO FUTURO

Quanto ao futuro, o autarca confessa que gostava de ver ainda concretizados alguns projetos, nomeadamente a construção de um pavilhão da Escola Visconde Maior já que, neste momento, “as crianças têm que se deslocar um quilómetro para o uso do pavilhão municipal, porque a escola não está dotada deste



equipamento, o que não faz sentido no século XXI”.

Para Nuno Gonçalves a continuidade do apoio total e gratuito a todos os tratamentos aos doentes oncológicos não é negociável. “Não há nada pior para uma pessoa que sofre desta doença do que estar dependente do resultado de um concurso para um transportador que pode passar em Torre de Moncorvo às cinco da manhã, para estar no Porto às nove e chegar a casa de madrugada porque teve que esperar pelo tratamento do último doente. Esta é uma realidade que não podemos aceitar pelo que iremos continuar a promover este apoio fundamental”.

O autarca destacou ainda as potencialidades e importância futura dos Lagos do Sabor. “Através do Fundo Hidroelétrico do Baixo Sabor vimos aprovados dois projetos, um que contempla a criação dois cais ancoradouros, no Lago de Cilhades, e um para a elaboração dos projetos de arquitetura, paisagismo e especialidade do Núcleo Turístico do Lago de Cilhades, que possibilitará a futura criação de Sabor Lake Resort”, explicou Nuno Gonçalves.

Por fim, o autarca destaca duas grandes apostas intermunicipais. Por um lado, a Linha do Douro que, “essencial para a nossa economia, nomeadamente para o escoamento do ferro que aqui produzimos, mas também porque funciona como elemento potenciador do turismo na região. Por outro, o projeto Douro’s Inland Waterway que tem como principal objetivo melhorar as condições de navegabilidade no rio, melhorando as condições de segurança, os sistemas de comunicação e de informação, corrigir os estrangimentos no canal e nas eclusas de navegação, criando condições para que mais empresas possam usar o Douro como meio de transporte, nomeadamente as empresas de transporte de mercadorias, o que seria uma importante mais-valia para o escoamento do minério local, até porque falamos de 0,2% do PIB nacional”, conclui. 

MUNICÍPIO DE PINHEL

CONCELHO FALCÃO: UMA REFERÊNCIA NA REGIÃO

A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Pinhel, Rui Ventura afirma que o seu principal objetivo é tornar o concelho falcão em uma referência na região. Com a aposta numa parceria estreita com todos os empresários locais, apesar da pandemia, o autarca está confiante de que o futuro será promissor, uma vez que “seremos capazes de ultrapassar todos os obstáculos. Só conseguiremos manter as pessoas no concelho se tivermos emprego e, para isso, precisamos de empresas fortes, resistentes e combativas. A nossa história mostra que somos um povo resiliente, que consegue ultrapassar todos os desafios e estou confiante de que esta será mais uma batalha ganha”.



põe a elaboração de um programa anual de ações culturais, de formação e de sensibilização ligadas ao vinho, com visibilidade nacional. Este ano, mediante o estado da pandemia, não teria sido possível levar a cabo todas as iniciativas que tínhamos previstas, expectativa que temos para 2022. Quando apresentámos a nossa candidatura delineámos mais de uma centena de atividades, pelo que será nelas que nos iremos concentrar para que todas estejam no terreno no próximo ano. Assim, seremos a única cidade a ostentar durante três anos consecutivos este título”.

Para além disso, e a nível pouco significativo, Rui Ventura assevera que a pandemia também afetou a realização de algumas obras, “até porque a nossa prioridade passou a ser o combate a esta pandemia e o auxílio às populações, empresas e instituições locais. Luta que continuaremos a travar enquanto for necessário, uma vez que não sabemos ainda quando é que esta pandemia irá terminar”.

A LUTA CONTRA A PANDEMIA

No combate à pandemia, o autarca advoga que o Executivo tentámos ajudar os municípios de todas as formas possíveis e que estavam ao seu alcance. Apesar disso, em muitos setores, “apenas mantivemos aquela que sempre foi a nossa políti-



► Rui Ventura, presidente da Câmara Municipal de Pinhel, admite que a atual pandemia interferiu naqueles que eram os projetos do Executivo para o atual mandato. “Tínhamos uma expectativa muito grande em relação a 2020 porque seríamos Capital do Vinho. Para além disso, comemorávamos os 250 anos da nossa elevação a cidade e de sede de diocese também em 2020, o que teria sido um momento alto de comemoração para nós. Claro que, perante este quadro pandémico, infelizmente, não conseguimos concretizar as comemorações delineadas”. O autarca revela que, no que concerne ao título de Cidade do Vinho, iniciativa promovida pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AM-PV), a atribuição transitou para o presente ano de 2021, tendo já sido transferida para 2022, “até porque o projeto pressu-

ca desde 2013: todos os impostos continuam em valores mínimos e não existe a aplicação da taxa de derrama às empresas localizadas no concelho. Para além disso, não aumentámos o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), nem o custo da água. Todos os impostos que são responsabilidade da Autarquia estão nos níveis mais baixos possíveis. Esta foi uma forma que encontramos, já em 2013, de ajudar todas as famílias e as empresas, até porque acreditamos que se as famílias tiverem mais dinheiro as empresas locais também irão beneficiar e toda a economia local irá funcionar”.

Contudo, apesar de todos estes apoios já atribuídos, Rui Ventura assegura que o Município esteve, desde o primeiro momento, na linha da frente no combate a esta pandemia ajudando, por exemplo, as famílias isoladas em casa, no apoio

com a alimentação. A Autarquia realizou ainda diversas campanhas de informação e sensibilização em estreita articulação com as juntas de freguesia, sendo que também procedeu à distribuição de equipamentos de proteção individual e manteve sempre uma relação muito próxima de colaboração com todos as IPSS concelhias. “As nossas IPSS sempre tiveram ao seu dispor as condições necessárias para a realização de um trabalho de qualidade, mesmo quando os equipamentos de proteção individual eram escassos, equipamento que também foram distribuídos pelo Centro de Saúde local, bombeiros e demais forças de segurança. Sempre apostámos muito na prevenção e sempre estivemos preparados para todos os cenários, uma vez que o futuro era uma incógnita. Mesmo agora, na campanha de vacinação, a logísti-

ca é toda assegurada pela Autarquia, através da presença de diversas equipas de apoio aos médicos e enfermeiros presentes, sendo que também garantimos o transporte a todo aqueles que não têm meios próprios para o fazer, medida que já estava em vigor aquando da deslocação dos munícipes para a realização de testes. Temos uma articulação perfeita com o Centro de Saúde de Pinhel, razão pela qual este processo está a decorrer de forma muito positiva em todo o concelho”, sublinha o autarca.

No que diz respeito ao apoio concedido às empresas, Rui Ventura esclarece que está em vigor um Programa Extraordinário de Apoio à Economia Local, aprovado por unanimidade pela Autarquia e pela Assembleia Municipal, e que prevê a atribuição de uma verba de 500 euros por empresa para reforço de tesouraria. Este programa tem uma dotação total de 80 mil euros, ainda que esteja previsto o seu aumento, caso se verifique essa necessidade.

OBRAS ESTRUTURANTES REALIZADAS

Apesar de todos os constrangimentos, o autarca advoga que o Município de Pinhel apresenta uma taxa de execução de 98 por cento dos fundos comunitários que foram atribuídos ao concelho. “Mais houvesse e mais teríamos gasto no desenvolvimento da região, razão pela qual já estamos a realizar novas candidaturas para obras importantes que pretendemos levar a cabo. A verdade é que estamos sempre muito atentos a todos os fundos comunitários disponíveis, ainda que saibamos que, neste momento e infelizmente, estes estejam apenas vocacionados para as sedes de concelho. Espero que o novo quadro comunitário que irá entrar em vigor altere essa realidade e nos permita realizar investimento também nas nossas aldeias”.

Apesar disso e com recurso a estes fundos, Rui Ventura revela que, no decorrer dos últimos quatro anos, o Município conseguiu revitalizar uma zona da cida-



“QUEREMOS CONTINUAR A DOTAR ESTE ESPAÇO [PARQUE MUNICIPAL DA TRINCHEIRA] COM MELHORES ACESSIBILIDADES, PELO QUE IREMOS APOSTAR NA LIGAÇÃO PRINCIPAL AO DENOMINADO PORTÃO NORTE.”

de, através da construção de um novo Parque Urbano. Este equipamento foi construído no local onde durante algumas décadas funcionou o Campo de Futebol Astolfo da Costa, e representou uma aposta “na qualidade de vida dos moradores da cidade e do concelho, oferecendo-lhes um espaço de lazer pensado para ser usufruído por toda a família”. A obra, que representa um investimento na ordem dos 630 mil euros, foi comparticipada por fundos europeus, no âmbito do Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Eixo Prioritário - Afirmar a sustentabilidade dos territórios.

O autarca destaca ainda a reabilitação do Parque Municipal da Trincheira, num investimento de 600 mil euros, sendo que, neste momento, o Município vai já avançar com a segunda fase deste projeto, o que significará um investimento de mais 300 mil euros. “Queremos continuar a dotar este espaço com melhores

acessibilidades, pelo que iremos apostar na ligação principal ao denominado Portão Norte. Para além disso, está ainda prevista a construção de um circuito de manutenção que, por um lado, terá equipamentos desportivos a pensar nos adultos e, por outro, equipamentos mais lúdicos a pensar nas crianças. Este é um espaço convidativo, procurado pelos pinhelenses e por muitos visitantes que ali podem desfrutar de ar puro, com excelentes vistas para a cidade, mas também de espaços emblemáticos, como a Fonte dos Amores, a Pérgula e o famoso «Canhão», peça de artilharia datada do século XV que ganhou agora uma nova casa e proteção perante as intempéries climáticas. A Trincheira é um equipamento para todos e para cada um, sendo queremos que seja um espaço onde as famílias se sintam bem e onde possam divertir-se juntas”, completa.

Rui Ventura assevera ainda que a Autarquia criou o Caminho de Ronda das Mu-



ralhas, projeto que também foi financiado por fundos comunitários, para além de alguns parques de estacionamento que melhoraram a mobilidade na cidade. “No fundo, realizámos todas as obras possíveis, sendo que temos, ainda na atualidade, já em concurso ou até mesmo adjudicadas, mais obras no valor de quatro milhões de euros”. Neste âmbito, o autarca destaca a Biblioteca Municipal que irá nascer da recuperação de um edifício no centro histórico da cidade, a Casa dos Bandarras, nome da família que era proprietária da habitação. Atualmente, a Biblioteca está situada no segundo piso do Mercado Municipal, “o que implica grande dificuldade de acesso de mobilidade às pessoas”. Esta obra significa um investimento de 400 mil euros e será uma infraestrutura cultural “imprescindível num desenvolvimento integrado, onde a informação, a cultura e o lazer contribuem para a melhoria da qualidade de vida de todo os munícipes”.

Por fim, Rui Ventura enaltece ainda um projeto que tem como principal objetivo a potenciação da descarbonização da cidade: a construção de um Centro Intermodal, ponto de interface entre um Parque TIR, uma área de circulação pedonal e uma nova avenida de acesso à cidade. “Saliento também o novo Parque de Caravanismo, equipamento essencial para o desenvolvimento turístico do Município e que significada um investimento de 237 mil euros. Este espaço vai nascer numa área de dez mil metros quadrados





e vai criar 20 lugares para caravanas ou autocaravanas. O projeto prevê também a construção de um edifício de apoio ao parque, assim como a reabilitação de um outro existente no terreno, onde vão ficar as instalações sanitárias do novo parque, além de áreas verdes. De referir ainda que também já está adjudicado o projeto «Ver e Sentir o Falcão», que integra a construção de uma falcoaria e de um conjunto de quatro miradouros ao longo do rio Côa. Em suma, são muitos os projetos ambiciosos que temos a decorrer neste momento até porque temos que aproveitar ao máximo o final do atual quadro comunitário de apoio que ainda está em vigor”.

APAIXONADO E DEFENSOR DE PINHEL

O autarca confessa-se um apaixonado e um acérrimo defensor de Pinhel, da região e da sua cultura, “pelo que procuro sempre mais e melhor em prol do meu concelho. Assim, hoje em dia, Pinhel tem um conjunto de empresários muito importante na dinâmica do próprio concelho, pelo que é importante que estes reconheçam que a Autarquia está e estará presente para os ajudar em tudo aquilo que precisem, sendo que estaremos sempre ao seu lado. Se o setor do turismo é uma grande aposta para nós, sobretudo na região do Côa, enquanto autarca tenho que estar atento e ser atuante em várias frentes pelo que, para além do turismo, no futuro, o apoio a todos os nossos empresários, independentemente do setor de atividade, será sempre uma garantia, assim como o apoio social que prestámos a todos os nossos munícipes”.

Rui Ventura é perentório: “Queremos que Pinhel seja uma referência na região até porque o futuro será cada vez mais de cooperação em áreas estruturantes como a saúde ou a educação. Na atualidade já recebemos diariamente



“HOJE EM DIA, PINHEL TEM UM CONJUNTO DE EMPRESÁRIOS MUITO IMPORTANTE NA DINÂMICA DO PRÓPRIO CONCELHO, PELO QUE É IMPORTANTE QUE ESTES RECONHEÇAM QUE A AUTARQUIA ESTÁ E ESTARÁ PRESENTE PARA OS AJUDAR EM TUDO AQUILO QUE PRECISEM”

cerca de 70 alunos provenientes de concelhos vizinhos nas nossas escolas, o que é significativo. Esta é uma estratégia de continuidade que iniciámos em 2013 e que espero terminar com um novo mandato em 2021, uma vez que uma recandidatura para além desse espaço temporal não será possível por imposição da lei. Apesar disso, mesmo que assim não fosse, em 2025, estarei na vida política há 24 anos. Considero que já fiz o meu papel em prol do futuro de Pinhel. Quem vier depois de mim certamente irá fazer melhor”.

Questionado sobre a pertinência da limitação de mandatos, Rui Ventura considera que 12 anos são suficientes para um autarca deixar obra realizada e uma marca no seu concelho. Apesar disso, defende que seria mais benéfica a realização de dois mandatos de cinco anos, num total de dez anos. Seja como for, e independentemente do limite temporal, o au-

tarca assevera que a limitação de mandatos não devia estar restrita ao Presidente da República, presidentes de câmara e presidentes de juntas, e que deveria ser transversal a todos os cargos políticos, sem exceção. “Esta é a hipocrisia que temos no nosso País. Porque é que um deputado pode estar na Assembleia da República uma vida inteira e um autarca que é eleito, com muito mais proximidade pelos seus concidadãos, não pode estar à frente dos destinos de uma autarquia mais de 12 anos?”, questiona Rui Ventura que vai ainda mais longe: “A Revolução do 25 de Abril deu-nos a liberdade de voto. As pessoas podem votar em quem quiserem. Assim, se um autarca quer estar na presidência de uma autarquia mais do que 12 anos e os munícipes também querem que ele continue a ser o presidente, porque é que não pode continuar a sê-lo? Por uma imposição de uma lei, que não faz mais do que cor-

tar e condicionar a liberdade que as pessoas adquiriram com a Revolução. De-fendo que, em última instância, quem deve limitar os mandatos são as pessoas através do poder que lhes é conferido, o do voto até porque nenhum cargo é mais escrutinado que o de um autarca que, todos os dias, está olhos nos olhos com os seus eleitos e aos quais tem que prestar contas diariamente, enquanto que, no caso da Assembleia da República, as pessoas votam num partido, não votam na pessoa”.

Rui Ventura termina com uma mensagem a todos os seus munícipes: “Quero deixar, sobretudo, uma mensagem de esperança em relação ao futuro. Em momentos como este temos que ser otimistas e acreditar que tudo vai melhorar, ainda que saibamos que existem já indicadores preocupantes do ponto de vista económico. Certo é que estaremos sempre ao lado dos empresários para que sejamos capazes de juntos ultrapassarmos todos os obstáculos, uma vez que só conseguiremos manter as pessoas no concelho se tivermos emprego e, para isso, precisamos de empresas fortes, resistentes e combativas. A nossa história mostra que somos um povo resiliente, que consegue ultrapassar todos os desafios e estou confiante de que esta será mais uma batalha ganha”, conclui. ✚

MUNICÍPIO DE ALMEIDA

CONCELHO DE POTENCIALIDADES A EXPLORAR

António Machado tomou posse como presidente da Câmara Municipal de Almeida em 2017. Olhando para trás, o autarca reconhece que este foi um primeiro mandato repleto de desafios, até porque durante metade do tempo teve que combater a atual pandemia. Apesar disso, António Machado mostra-se confiante em relação ao futuro até porque preside um concelho repleto de potencialidades a explorar.



► Olhando em retrospectiva para estes quatro anos e para a forma como a atual pandemia condicionou este mandato, António Machado, presidente da Câmara Municipal de Almeida, revela que os projetos delineados sofreram atrasos. “A covid tornou mais difícil o nosso relacionamento com as instituições, com o Estado Central, o que fez com que a aprovação dos projetos tenha sido protelada. Além disso, a sua operacionalização também ficou dificultada com a atual pandemia. Paralelamente, toda a burocracia que ainda existe no setor público também não permitiu que os projetos pudessem avançar de imediato”. Ainda assim, o autarca grande que o objetivo principal do Executivo foi sempre o

da melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes, ao mesmo tempo que tenta combater a difícil problemática da despovoação e do êxodo que se tem verificado em relação ao Interior do País. “As medidas tardam em chegar por parte do Governo Central. Ainda que alguns programas estejam já desenvolvidos, a verdade é que estes ainda não estão implementados no terreno. Urge acelerar as várias políticas de coesão e de intervenção nos territórios do Interior, sendo que o conceito de Interior também tem que ser devidamente definido: Este não pode ser considerado como o território logo à saída de Lisboa, Porto e Braga. Têm que ser tidos em conta os índices de crescimento e de desenvolvimento e de crescimento da população. A intervenção do Estado tem que ser muito mais efetiva para se conseguir inverter esta tendência que é grave para o País”.

PROJETOS DE PARCERIA

António Machado assevera que todos os projetos aos quais o Município se candidatou e para os quais obteve acesso a fundos comunitários foram todos já executados ou estão em curso. A exceção, segundo o autarca, prende-se com uma obra “importante”: a requalificação do Parque TIR em Vilar Formoso e a

ligação à autoestrada, empreitada que ainda está em projeto e em fase de negociações com a Tutela para definição do valor efetivo do apoio que será concedido à obra. Esta intervenção enquadra-se no âmbito do Projeto Integrado de Intervenção, Reabilitação e Revitalização da Zona de Fronteira de Vilar Formoso, devido à construção do troço final da autoestrada A25. “Estamos confiantes de que essa definição poderá acontecer no decorrer dos próximos meses. Este é um projeto vital para o concelho e para a região e acredito que o Estado está sensibilizado para esta questão até porque o Poder Central tem a obrigação de investir nesta obra”, adverte o presidente que esclarece que a Autarquia, por sua vez, já demonstrou disponibilidade e interesse em realizar a futura gestão do espaço, garantindo a qualidade e a segurança de todo o espaço e da sua utilização. “Este investimento é essencial para que os transitários e operadores logísticos continuem a apostar economicamente na região, até porque este é um ponto fronteiriço de referência a nível nacional. Este investimento pode potenciar, no futuro, a instalação em Vilar Formoso de soluções logísticas para a rede de transportes. Aguardamos com expectativa pela



António Machado

decisão e temos esperança que o projeto avance ainda este ano”, completa. De acordo com António Machado, o Município está ainda envolvido, juntamente com o município de Ciudad Rodrigo, na criação de uma eurocidade, que possibilitará a realização de projetos comuns que promovam o desenvolvimento do território dos dois lados da fronteira. O projeto da Eurocidade “Porta da Europa” abrange as vilas de Almeida e de Vilar Formoso e as localidades espanholas de Fuentes de Oñoro e Ciudad Rodrigo. “Este é um passo importante para a definição de uma estratégia de desenvolvimento económico deste território, sendo este mais um contributo em prol da cooperação transfronteiriça, pois permitirá a realização de um trabalho conjunto para a dinamização empresarial, a planificação e gestão conjunta



FOTOGRAFIA Armando Rui



de recursos humanos em determinadas áreas e o desenvolvimento de um plano “Almeida – Ciudad Rodrigo, Plano Estratégico de Fortificações” e, de realização de eventos. Este projeto tem ainda como objetivo estabelecer mecanismos de gestão e revalorização do território, com capacidade de fixar e atrair população, de criar e consolidar dinâmicas de emprego, bem como garantir a fixação de investimento de base produtiva e implementar medidas que eliminem ou minimizem os custos de contexto que tanto penalizam as empresas e os cidadãos locais”, esclarece o autarca.

Por sua vez, os investimentos já concretizados, segundo o presidente, estão ligados ao incremento da qualidade de vida de todos os munícipes e à potenciação do turismo natureza, “vetor muito importante da nossa economia, sobretudo quando conjugado com o turismo de património e turismo cultural até porque a nossa candidatura a Património da Humanidade da UNESCO decorre a bom ritmo, sendo que a comissão portuguesa de candidaturas considera o projeto de Almeida muito interessante e com qualidades para que possa ser proposto para apreciação pelo Estado Português. Esperamos que a Tutela tenha esta visão e apoie esta candidatura que até pode ultrapassar fronteiras e incluir a vizinha Espanha, uma vez que as cidades de Ciudad Rodrigo e Olivença já demonstraram esse interesse, o que irá transformar esta candidatura nacional em transnacional. Esta é uma candidatura da raia portuguesa que também contempla também os municípios de Valença e Marvão”. António Machado lembra que esta não será a primeira vez em que existe esta cooperação entre os dois países e que esta parceira já obteve sucesso anteriormente quando Foz Côa (Portugal) e Siega Verde (Espanha) receberam esta distinção. “A nossa expectativa é que a can-

“TENHO QUE ENALTECER O TRABALHO QUE O CENTRO DE SAÚDE DE ALMEIDA E A EXTENSÃO DE SAÚDE DE VILAR FORMOSO TÊM LEVADO A CABO, ASSIM COMO SUBLINHAR A FLEXIBILIDADE QUE TÊM DEMONSTRADO PERANTE A DISPONIBILIDADE DE VACINAS PARA INOCULAR NA POPULAÇÃO”

didatura possa ser submetida para aprovação em 2022. Consideramos ter hipóteses legítimas do nosso objetivo ser alcançado terminando, assim, da melhor forma um trabalho que iniciámos já há alguns anos”, acrescenta o autarca.

A PANDEMIA PENALIZOU A FRONTEIRA

“A pandemia foi sentida em Almeida de forma muito diferente daquela que foi

sentida em grande parte do País, uma vez que as suas consequências foram muito mais prementes nas regiões transfronteiriças. As condições sanitárias e a evolução epidemiológica tiveram no concelho proporções muito maiores. Na primeira vaga, o encerramento das fronteiras levou à completa estagnação da economia local. Economicamente, Almeida depende muito dos visitantes e da dinâmica que é cria-

da na fronteira. Em junho de 2020, quando reabriram as fronteiras passou a haver vida novamente no concelho. Contudo, quando todo o País voltou a confinar em janeiro, nós já estávamos fechados desde outubro, devido a restrições impostas por Espanha que tentava também controlar a pandemia. Assim, as consequências do encerramento do País em janeiro começaram a ser sentidas em Almeida três meses antes. Se os nossos munícipes que trabalham na agricultura continuaram a laborar, ainda que com muito mais dificuldades, uma vez que os preços caíram, o nosso setor da restauração e dos serviços enfrentou um encerramento total, o que foi muito penalizador”, reconhece António Machado.

O autarca sublinha que, perante este cenário, o Município teve que avançar com apoios à economia local que serão concedidos até setembro deste ano através do Programa de Apoio ao Comércio, Restauração e Hotelaria “Manter Aberto”. Este programa prevê apoios para o comércio tradicional e comércio a retalho, para a hotelaria e para o setor da restauração. A estimativa de António Machado é de que, até à conclusão deste programa, sejam concedidos apoios no valor de 200 mil euros que se direcionam sobretudo para o apoio ao pagamento de rendas e de gastos com a eletricidade, até ao valor máximo de 200 euros por mês, sendo que também está prevista a isenção do pagamento de água, saneamento e resíduos sólidos.

Quanto à campanha de vacinação, o autarca garante que esta está a decorrer de forma muito positiva no concelho, até porque o trabalho efetuado por todos os intervenientes tem sido de grande valia. “Tenho que enaltecer o trabalho que o Centro de Saúde de Almeida e a Extensão de Saúde de Vilar Formoso têm levado a cabo, assim como sublinhar a flexibilidade que têm demonstrado perante a disponibilidade de vacinas para inocular na população. Esta disponibilidade foi um fator determinante para o êxito que esta campanha está a ter”, enaltece António Machado.

CONCELHO COM ELEVADO POTENCIAL

Quanto ao futuro, o autarca revela que a aposta passará pela consolidação dos projetos já apresentados e que estão atualmente em curso. Para além disso, o

“LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVIDA SER TRANSVERSAL”

Apesar de mostrar concordância com a limitação de mandatos, uma vez que deve existir alternância no poder, António Machado advoga que essa devia ser transversal a todos os cargos públicos e não ficar apenas circunscrita aos presidentes de câmara e das juntas de freguesia. “Esta decisão ainda faz menos sentido quando falamos dos cargos em que os eleitos são mais próximos dos eleitores. As pessoas conhecem-nos, interpelam-nos e vêm ter connosco, algo que não acontece com outros órgãos eleitos, onde os eleitores votam mais num partido do que propriamente numa pessoa”.

O autarca também considera que quatro anos é pouco tempo para um mandato, tendo em conta o tempo que é necessário para, num primeiro mandato, conhecer a Autarquia, a sua realidade financeira, definir e apresentar projetos, abrir concursos e esperar a aprovação do Tribunal de Contas, antes que uma obra se inicie. “Quando o projeto pode finalmente avançar o mandato está a terminar, o que não faz sentido. Existe uma burocracia muito grande associada aos projetos, o que impede a sua celeridade. Assim, mantendo-se a limitação dos 12 anos, julgo que seriam muito mais benéficos para as populações o cumprimento de dois mandatos de seis anos em detrimento de três mandatos de quatro anos”.

Executivo pretende dar ênfase e apostar no incremento da qualidade de vida na saúde e na terceira idade. “O nosso território está envelhecido, pelo que necessita de um cuidado muito mais próximo do que aquele que temos conseguido dar. Queremos estar ainda mais próximos das populações. Acredito que os projetos que estamos a levar a cabo e as mudanças que pretendemos implementar podem mudar a nossa economia, criando mais emprego. Prevejo um futuro mais risonho para todos aqueles que escolhem o Interior para viver e, eventualmente, para aqueles que queiram regressar”. Neste sentido, António Machado considera que será de vital importância o já mencionado projeto de logística a implementar em Vilar Formoso. “Temos recebido contatos de diversos empresários que pretendem instalar-se no concelho, investindo no território e tirando partido da localização estratégica que possuímos no contexto da Península Ibérica. Estamos no Eixo Atlântico e a nossa posição é fulcral para todas as empresas que pensam em exportação”.



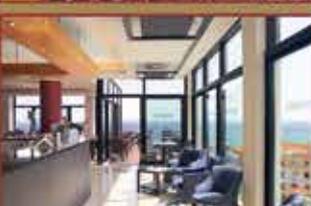
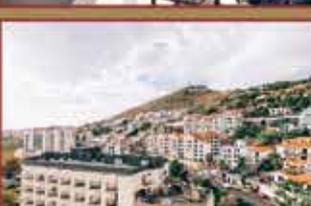
O autarca garante que, para além disso, o concelho tem um elevado potencial ao nível do turismo natureza que ainda não está a ser devidamente explorado e que deve ser conjugado com todo o património histórico que Almei-

da também encerra, pelo que este será um setor em que o Executivo também pretende investir a curto prazo. “Vivemos num território com muito potencial que ainda não conseguimos consolidar de forma a conseguirmos,



de alguma forma, travar o despovoamento. Esta é a principal batalha que temos que continuar a travar. Já asseguramos as condições necessárias de garante da qualidade de vida: educação, saúde, meios de comunicação e transportes, ação social e meio ambiente, contudo, ainda precisamos de investir na criação de emprego para que os nossos jovens optem por ficar em Almeida e aqui construírem o seu projeto de vida”, conclui. 







Já estamos abertos!

Reserve as suas férias com tranquilidade!

Muthu Raga Madeira Hotel ****
Estrada Monumental, Funchal,
Região Autónoma da Madeira

For Booking: +351 289 249 928
Email: reservations@muthuhotelsmgm.com
www.muthuhotelsmgm.com

MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

FUTURO: CAPTAR INVESTIMENTO E APOIAR A AGRICULTURA

Manuel Fonseca dirige os destinos do Município de Fornos de Algodres desde 2013. Olhando para trás, o autarca reconhece que estes foram oito anos difíceis, repletos de desafios e de batalhas ganhas. Com uma gestão rigorosa e criteriosa, Manuel Fonseca está confiante em relação ao futuro e acredita que, resolvida a problemática da dívida que a Autarquia tinha, será agora possível apostar na captação de investimento que potencie a criação de emprego, e na atribuição de maiores e melhores apoios ao setor da agricultura, nomeadamente, através da valorização do Queijo Serra da Estrela.



► Manuel Fonseca tomou posse como presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres em 2013. “Quando isso aconteceu esta era considerada a Autarquia mais endividada do País, em termos de rácio de dívida. O valor da dívida contabilizada estava perto dos 34 milhões de euros. Para além disso, a Autarquia estava completamente desequilibrada do ponto de vista financeiro, tanto que não éramos sequer capazes de pagar os custos fixos existentes”, recorda o autarca.

Perante este cenário, Manuel Fonseca explica que a única solução possível teve que passar pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), “programa ao qual tivemos que aderir e cujo acordo assinámos em 2016, estando a cumprir desde então. Este foi um processo deveras complicado ao nível das negociações, no que concerne ao tempo que teríamos para pagar este valor. Apesar do exigente desafio conseguimos enquadrar esta medida, ao mesmo tempo que resolvíamos outras situações que nem sequer estavam enquadradas nos valores em dívida pela Autar-

quia, que estavam já entregues ao tribunal e que perfaziam o valor de mais três milhões de euros que urgia desfazer”. Olhando para trás, o autarca reconhece que o primeiro mandato foi desafiante e muito complexo devido à renegociação da dívida, “tarefa árdua que tivemos que levar a cargo ou seríamos incapazes de realizar qualquer tipo de trabalho sério e satisfazer as necessidades básicas das populações, missão que, no fundo, era a mais importante de todas. Foram oito anos complicados, de gestão rigorosa e criteriosa, contudo estamos confiantes de que, num próximo mandato seremos capazes de fazer mais e melhor”.

COVID: MAIS UM DESAFIO

Manuel Fonseca lamenta que, quando se preparava para iniciar obras importantes para o concelho, tenha surgido a atual pandemia que fez com que todos os projetos tivessem que ser adiados. “A luta à pandemia foi a nossa principal prioridade. Vivemos momentos complicados, sobretudo no decurso da segunda vaga, onde o nosso número de infetados ativos chegou a ser bastante elevado tendo em conta o número de total de habitantes em todo o concelho”. De acordo com o autarca, no âmbito geral das várias medidas levadas a cabo, o Município já investiu cerca de 700 mil euros no apoio a IPSS e outras instituições, população em geral e empresas. “Tivemos que apoiar as empresas, uma vez que essa foi a única forma que encontramos para que estas continuassem a laborar, tal a perda de rendimentos que foi registada. De outra forma, corríamos o risco de que algumas destas empresas fechassem portas,



“FORAM OITO ANOS COMPLICADOS, DE GESTÃO RIGOROSA E CRITERIOSA, CONTUDO ESTAMOS CONFIANTES DE QUE, NUM PRÓXIMO MANDATO SEREMOS CAPAZES DE FAZER MAIS E MELHOR”

o que seria um flagelo para esta população. Em Lisboa ou no Porto é mais fácil o renascimento. Existem muitas empresas e as oportunidades de negócio proliferam. Essa não é a realidade de Fornos de Algodres, pelo que temos que preservar todos aqueles que investem no concelho e que aqui criam riqueza”.

Neste contexto, Manuel Fonseca revela que o Município concebeu um programa, devidamente aprovado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), intitulado “Fornos – Por Todos Nós” e que representou um investimento aproximado de 250 mil euros. De acordo com o autarca, este programa definiu um conjunto de medidas extraordinárias cujo objetivo passou por contribuir para a proteção dos munícipes, das famílias com alunos no Agrupamento de Escolas e das empresas com sede fiscal no concelho. “No fundo, o programa contribuiu para assegurar os rendimentos das famílias, os postos de trabalho e promover a igualdade nas condições de

acesso ao ensino. Assim, desde logo, decidimos simplificar, alargar e reforçar, do ponto de vista orçamental, o Plano Municipal de Emergência Social. Também criámos o programa «Uma Escola para Todos» onde, a título de empréstimo, entregámos um portátil e um acesso à Internet aos alunos do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, que apresentavam essa necessidade”. Ainda no âmbito escolar, o Município criou o Programa de Apoio Alimentar aos alunos do mesmo Agrupamento a quem foi atribuído um apoio financeiro, por forma a que as famílias fossem capazes de suportar as despesas com a alimentação dos alunos do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão do abono de família. As famílias residentes em habitações sociais do Município também ficaram isentas do pagamento de renda durante alguns meses e, para além disso, a Autarquia disponibilizou um serviço de entrega ao domicílio de alimentação e medicamentos, uma vez que, “se queria-

mos que as pessoas ficassem em casa, tínhamos que criar as condições necessárias para que isso pudesse acontecer”, completa.

Já para as empresas e IPSS, segundo Manuel Fonseca, o Município promoveu a isenção total das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos durante alguns meses. Ainda neste âmbito, atribuiu um desconto de 50% nas tarifas da água e do saneamento às Juntas de Freguesia e às famílias, também durante alguns meses. “Importa referir que também suspendemos os cortes de fornecimento de água e autorizamos o pagamento do valor em dívida em prestações até seis meses”. No que concerne às IPSS, a Autarquia distribuiu centenas de equipamentos de proteção individual e também atribuiu apoios financeiros diretos, “para que pudessem fazer face às despesas acrescidas. Para além disso, apoiamos logisticamente a vinda de trabalhadores externos para estas instituições, numa parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, uma vez que, perante um surto, algumas instituições ficaram com as suas equipas reduzidas e tivemos que assegurar o seu normal funcionamento”, acrescenta.

Diretamente para apoio às empresas, o autarca afirma que estas ficaram completamente isentas do pagamento das taxas municipais respeitantes à publicidade, esplanadas e similares, feiras e mercados. “Também promovemos a comercialização de Queijo de Ovelha Curado e Queijo Serra da Estrela, através da plataforma “O Bom Sabor da Serra” – www.obomsabordaserra.pt., num apoio direto aos ovinocultores a quem também atribuímos um subsídio direto em função das cabeças de gado que cada um possuía. Por fim, atribuímos um apoio financeiro a todas as empresas com sede fiscal no concelho que estavam em lay-off ou que tinham quebras superiores a 30% no volume de negócios. Estas empresas também ficaram isentas do pagamento de rendas comerciais dos estabelecimentos municipais”.

No que diz respeito à campanha de vacinação no concelho, Manuel Fonseca advoga que esta está a decorrer de forma muito positiva, embora reconheça que, numa primeira fase, a falta de vacinas disponíveis causou alguns constrangimentos. “Atualmente, grande parte da nossa população já está vacinada, nomeadamente as pessoas mais idosas, os agentes educativos, bombeiros, forças



MENSAGEM AOS MUNICÍPES

“Os fornenses conhecem-me muito bem e sabem qual é a minha forma de estar na vida, o compromisso absoluto que tenho com Fornos de Algodres. Esta sempre foi a minha postura em todas as fases da minha vida e nos vários cargos que desempenhei. Tudo o que faço tem o objetivo de tornar Fornos de Algodres num concelho onde as pessoas gostem de viver e para onde os mais jovens queiram voltar, uma vez terminados os seus percursos académicos. Trabalhamos para que as pessoas se fixem no concelho, criem riqueza e que aqui desenvolvam o seu projeto de vida”.

de segurança e trabalhadores do setor social. Estamos agora no bom caminho”.

PRINCIPAIS OBRAS A DECORRER

“Foi por causa de todas estas medidas que não pudemos avançar, desde logo, com os vários projetos programados e obras que queríamos desenvolver. Assim, alguns desses projetos acabaram por sofrer atrasos, como foi o caso do projeto de requalificação do mercado municipal, obra orçada em mais de um milhão de euros, comparticipados por fundos europeus no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Neste momento, esta importante obra já foi adjudicada, sendo previsível que no final do mês de julho as obras possam arrancar”, esclarece o autarca.

Manuel Fonseca destaca que o Município também já avançou com a requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja, obra orçada em cerca de 350 mil euros e que tem como principal objetivo dotar o edifício de uma sala para o ensino pré-primário, uma sala para o ensino primário e uma sala polivalente. “Esta obra permite a remodelação de um edifício com um valor patrimonial único, não só pela sua história, mas também pelos laços que o edifício estabeleceu ao longo do tempo com a população local”, completa.

Para além disso, o presidente realça que também já foi adjudicada a construção da nova Área Empresarial de Juncais, “projeto estruturante para o futuro económico do concelho. Neste momento, Fornos de Algodres não tem um espaço onde os empresários possam investir e

implantar as suas empresas, criando emprego”.

Em termos de reabilitação e regeneração urbana, o Município criou um novo jardim, num investimento superior a 100 mil euros, “valor de pequena monta para uma grande cidade do Litoral, mas que implica um grande esforço para uma pequena Autarquia do Interior como a nossa. No que diz respeito à mobilidade urbana também vamos intervir no principal eixo da vila, melhorando todos os acessos”, salienta Manuel Fonseca.

Por fim, o autarca garante que, num investimento claro no turismo na região, o Município tem apoiado as diversas unidades de alojamento que têm surgido na região, favorecendo acessos, potenciando a extensão da rede elétrica, “entre outros pormenores que podem não parecer importantes, mas que fazem toda a diferença num concelho como o nosso. Penso que só quando forem conhecidos os resultados do Censos 2021, é que os decisores políticos nacionais vão perceber que nenhuma das alegadas medidas de apoio ao Interior teve impacto, até porque não tenho quaisquer dúvidas de que a população decresceu drasticamente. Pode ser que esse facto faça as pessoas perceberem que ou tomam medidas efetivas e direcionadas ou, daqui a dez anos, o País estará ainda mais assimétrico. Já temos aldeias com apenas meia dúzia de pessoas. É por isso que o nosso trabalho é diário, no sentido de apoiarmos todos aqueles que resistem a viverem no Interior. Queremos proporcionar-lhes a qualidade de vida necessária para que se sintam satisfeitos com a sua escolha. Algu-



mas das nossas aldeias ainda não têm serviço de internet com qualidade aceitável, o que não faz sentido na atualidade”.

FUTURO PROMISSOR

No que concerne ao futuro, Manuel Fonseca afiança que, agora que a problemática da dívida está ultrapassada, espera que as obras iniciadas e projetadas possam ser concluídas, “o que nos permitirá a captação de investimento seletivo, nomeadamente que preserve o excelente meio ambiente que possuímos. Não podemos ter tudo a todo o custo. Temos que definir prioridades e realizar escolhas em consonância com essas prioridades. Queremos estabelecer parcerias com empresas que representem valor acrescentado para o Município”.

Para além disso, de acordo com o autarca, será de vital importância que o Município continue a apoiar a agricultura, especialmente o setor do Queijo Serra da Estrela, “marca de vital importância para a região e para o concelho e que, por isso, deve ser preservada e devidamente apoiada. Neste momento, já existem cinco queijarias certificadas em Fornos de Algodres, tudo porque valorizamos este produto de excelência e reconhecemos o seu valor enquanto produto gourmet, o que implica a sua comercialização a um preço mais elevado. Apesar disso, esse facto funciona também como um certificado de garantia de qualidade. Os produtores têm que cobrar um preço razoável, tendo em conta os seus custos de produção e a sustentabilidade do negócio. Se queremos que os mais jovens apostem neste setor e se fixem no concelho, temos que lhes provar que este é um negócio rentável e sustentável para que possam viver da agricultura. As pessoas não podem trabalhar 365 dias num ano para chegarem ao final do mês sem qualquer lucro, não é exequível”, conclui. 



Terra de cores e contrastes
onde o castanho do sobreiro
se espraia por entre o
verde-escuro das giestas, dos
pinheiros, dos carvalhos.
Terra de granito, fragas
imponentes que a natureza
esculpiu, de uma beleza
ímpar, desafiando escultores.
Terra de tons e sabores, de
cheiros que o vento arrasta.

www.cm-vilaflor.pt



Iho, durante a pandemia. “Sabemos que algumas famílias perderam os seus rendimentos, pelo que o acesso à alimentação tornou-se em alguns casos problemático. Antes da crise pandémica, o concelho de Vila do Bispo detinha uma taxa de desemprego das mais baixas do nosso País, realidade entretanto afetada pelo impacto da atual conjuntura no setor do turismo, em particular na hotelaria, restauração e outros operadores. Assim, adquirimos cabazes que distribuímos pelos mais necessitados. Numa segunda fase, através da parceria com a Segurança Social e com a ajuda do Banco Alimentar, conseguimos reforçar o apoio que prestámos a estas pessoas e famílias. Porém, fruto da frágil situação económica em que se encontra o País, o próprio Banco Alimentar demonstrou algumas dificuldades no abastecimento completo destes cabazes, daí que tenhamos avançado com a aquisição de produtos alimentícios para garantir as entregas. Complementarmente, reforçámos a nossa oferta ao nível da cantina social, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Bispo, decisão que se demonstrou acertada pelo seu efeito positivo”.

De acordo com a autarca, na primeira fase da Pandemia, o Município também procedeu à desinfeção de alguns edifícios e espaços públicos, incluindo o exterior de estabelecimentos comerciais como supermercados, postos de combustível, quiosques e similares, entre outros, sendo também reforçadas as medidas de higienização, através da lavagem de espaços e equipamentos públicos. “Temos vindo a apostar numa estratégia de prevenção pela informação e sensibilização, transmitindo à comunidade que o sucesso do combate a este vírus depende de todos e de cada um de nós. Trata-se de um combate coletivo, mas sobretudo individual, expresso nos nossos comportamentos individuais e na relação com as pessoas com quem diretamente convivemos no quotidiano familiar, profissional e comunitário”. Por fim, no que concerne às escolas, a Autarquia cumpriu escrupulosamente todas as normas recomendadas e impostas pela DGS – Direção Geral da Saúde, sendo que o Executivo reforçou o apoio possível para que as crianças e jovens mantivessem o acesso a um ensino de qualidade, mesmo na modalidade de ensino à distância.

No que diz respeito à campanha de vacinação, Rute Silva garante que esta tem decorrido de forma muito positiva e des-



taca que o Município tem vindo a trabalhar em parceria com a ARS – Administração Regional de Saúde do Barlavento, no sentido de prestar apoio no contacto e agendamento da inoculação da vacina. “Também aqui apoiamos os nossos munícipes no seu transporte para o centro de vacinação, sempre que necessário. Prestamos esse auxílio às pessoas de mobilidade mais reduzida, mas também a muitas outras, uma vez que reconhecemos que os horários dos transportes públicos nem sempre se coadunam com as necessidades da comunidade”.

Segundo a autarca, o facto de Vila do Bispo ser um território extremo e de baixa densidade populacional ajuda bastante nesta luta. “A nossa realidade geográfica e demográfica é muito específica, com dinâmicas sociais completamente diferentes dos centros urbanos e da litoralidade algarvia e nacional. Somos cerca de 5.000 habitantes, dispersos em

quatro freguesias, duas vilas e nove aldeias, agregados populacionais sem qualquer contiguidade urbana. Mesmo considerando a população flutuante e os fluxos turísticos, existem poucos focos de concentração demográfica que nos preocupam. Todavia, a matriz de risco nacional não beneficia estes territórios de baixa densidade, sendo que facilmente se ultrapassa a fasquia que obriga ao profilático confinamento e ao encerramento de atividades económicas associadas à indústria turística. Esse é um dos nossos maiores receios, pois, num território eminentemente dependente do turismo, encontrando-se este setor bastante afetado, as empresas locais anseiam pela retoma da estabilidade nas suas atividades. Estamos atentos à evolução da situação e preparados para atuar, apoiando o tecido empresarial naquilo que se encontra ao alcance e na esfera de atribuições da Autarquia”.



UMA REFERÊNCIA NACIONAL

Rute Silva assegura que, em tempos de pandemia, nem tudo foi mau no setor do turismo local. O potencial das nossas paisagens, a riqueza do nosso património natural e cultural, a qualidade e a diferenciação da oferta, a resiliência e a capacidade de adaptação aos novos desafios demonstradas pelos empresários locais e respetivos *staffs* constituem fatores determinantes para a mitigação dos efeitos desta crise inédita e de escala global. Por exemplo, a autarca sublinha que Vila do Bispo é um dos mais importantes pontos de passagem nas rotas migratórias de várias espécies de aves que anualmente, no final do verão, abandonam o continente europeu a caminho de África. “Este incrível fenómeno, único em Portugal, permite a observação, em quantidade e variedade, de espécies como rapinas e planadoras de grande porte, onde se destaca o grifo, o abutre-do-Egito e a cegonha-preta, entre muitas outras, mais pequenas e discretas, mas de grande beleza. Assim, no primeiro fim de semana de outubro, todos os anos, o nosso já famoso Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza recebe milhares de aficionados e curiosos da ornitologia, oriundos de todo o Mundo, tal como amantes da Natureza e das caminhadas que são convidados a participar num vasto programa de atividades que vão desde ateliers de educação ambiental, passeios de barco para observação de golfinhos ou de aves, passeios de burro ou a cavalo, caminhadas pedestres, minicursos de fotografia, visitas guiadas sobre a História, a Arqueologia e a Geologia de Vila do Bispo e de Sagres, sessões de anilhagem, entre muitas outras. A complementar as atividades de natureza e para proporcionar momentos de descontração, o evento contempla, também, sessões de yoga, atividades para crianças e diversas sugestões gastronó-



Município
Vila do Bispo

micas e hoteleiras proporcionadas pela rede de parceiros locais. Este não é um evento apenas para *experts*, mas para toda a família!”.

Desta forma, ainda que com as necessárias adaptações no âmbito da pandemia, a autarca advoga que a 11.ª edição do Festival de Observação de Aves, que decorreu num modelo misto entre atividades presenciais e *online*, foi um sucesso e que o número de participantes ultrapassou o de anos transatos, “o que muito nos surpreendeu. Foram diversas as famílias que nos visitaram. As pessoas estavam desejosas de saírem de suas casas e de estarem em contacto com a Natureza. Como as iniciativas decorrem ao ar livre, as pessoas sentiram-se seguras e descontraídas. De forma exemplarmente responsável, os participantes praticamente se esqueceram da difícil realidade pandémica”, assegura a presidente.

Rute Silva enaltece que o êxito desta iniciativa deve-se, em primeira mão, “às aves que frequentam o nosso território, mas também aos participantes, à rede de parceiros locais, às entidades que apoiam e patrocinam o evento, aos voluntários e a todos os envolvidos na organização, destacando-se as equipas da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, da Almagem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve e, claro, da Câmara Municipal de Vila do Bispo”. A autarca aproveitou ainda para convidar à participação na 12.ª edição do Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza, evento que decorrerá em Sagres, de 1 a 5 de outubro.

EM PRIMEIRO LUGAR AS PESSOAS

Quanto ao futuro, a autarca não tem dúvidas: o foco estará sempre nas pessoas, no bem-estar e na satisfação da comunidade. “A nossa prioridade passará por



MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Neste momento particularmente difícil das nossas vidas, nunca será bastante apelar ao bom senso, à tolerância e ao respeito pelo próximo, à serenidade e à compreensão da população e ao individual, responsável e rigoroso cumprimento de todas as orientações transmitidas pelas autoridades de Saúde. Nesta batalha os inimigos são muitos e invisíveis, todos somos fundamentais e ninguém pode ficar para trás. Apesar das adversidades, quero deixar uma convicta mensagem de otimismo e muita esperança nas Pessoas e no Futuro. Vivemos inéditos tempos de mudança que exigem união, perseverança, altruísmo e solidariedade. Acredito que juntos faremos desta nossa terra um lugar ainda melhor para viver e ser vivido. Viva o concelho de Vila do Bispo!”.

áreas de maior sensibilidade no que respeita à população. Refiro-me, por exemplo, ao transversal problema da habitação, contrapondo e concretizando soluções locais que potenciem a fixação de pessoas. Em consequência do mercado-livre, da especulação imobiliária e da excessiva dependência relativamente à indústria turística, a disponibilidade de habitação e os valores das rendas praticados impede muitas pessoas e famílias de se fixarem no concelho de Vila do Bispo, sobretudo os mais jovens e os menos capacitados financeiramente. Este problema repercute-se, por exemplo, na dificuldade em estabelecer quadros qualificados para o desempenho de funções específicas, o que inviabiliza a fixação destas pessoas ou obriga a que estas se desloquem para ou optem por concelhos vizinhos. Queremos desenvolver mecanis-

mos que contribuam para a atração e fixação de população, sobretudo de jovens que queiram constituir família neste território, pessoas que cumpram lacunas em determinadas áreas profissionais e, muito em especial, todos aqueles que queiram aqui viver e que ainda não conseguiram reunir as condições necessárias à realização desse sonho, e que são muitos, sabemos!”. Nesse sentido, Rute Silva revela que a Autarquia já adquiriu terrenos onde em breve poderá avançar com a construção de bairros habitacionais a custos controlados e rendas apoiadas. “Neste momento estamos a definir o Plano Habitacional Concelhio, documento estratégico que nos permitirá concorrer a fundos comunitários por forma a que este investimento seja realizado de forma mais célere e sustentável do ponto de vista financeiro”, acrescenta.

Paralelamente, a presidente reitera que quer apostar na sustentabilidade. “Queremos que Vila do Bispo se afirme, a nível nacional e internacional, enquanto referência nas boas práticas e na sustentabilidade ambiental, energética e económica, contribuindo para as metas globais do Acordo de Paris e para o derradeiro combate às alterações climáticas, no sentido da conservação do nosso Planeta e dos seus habitats para as gerações do Futuro. Sabemos que Vila do Bispo integra um Parque Natural com diversas áreas protegidas. Também sabemos que são os proprietários e as próprias autarquias que realizam o esforço na conservação do Património Natural do nosso País, pelo que deveriam ser de alguma forma compensados. Ainda assim, será hoje consensual admitir que é este nosso património, paisagístico, ambiental e cultural, que alimenta a economia local, pois é responsável pela atração de milhões de visitantes que, por ano, procuram o cabo do fim-do-mundo, o último pôr do sol continental, a Fortaleza e a Vila do Infante, as nossas praias, as nossas tradicionais aldeias piscatórias, como Burgau e a Salema, a qualidade da nossa gastronomia, os percebes e o pescado, no todo um conjunto de excecionais recursos patrimoniais que se traduzem em mais-valia económica. Porém, falamos de recursos não renováveis que exigem responsabilidade e uma exploração sustentável, sob o risco de perda irreparável destes nossos preciosos trunfos diferenciadores, de elevada riqueza patrimonial e que queremos conservar para as gerações vindouras”. A este propósito, a autarca adianta que “estamos na fase final do projeto de implementação de uma ecovia e de uma ciclovia que irá percorrer todo o concelho. Para além disso, estamos em fase adiantada na obra de criação do Museu Municipal de Vila do Bispo, o Celeiro da História, investimento que se afirmará como um ex-líbris regional e uma referência nacional. Trata-se de um projeto museológico participativo e inclusivo, que operacionaliza o conceito de “Museu da Paisagem”, convidado a comunidade e todos os visitantes a explorar os contextos patrimoniais in loco, no terreno e nas paisagens do concelho. Esta será uma nova e diferenciada oferta a somar a outras tantas que Vila do Bispo já proporciona, como a Rota Vicentina, a Via Algarviana, as nossas praias, a nossa gastronomia, os nossos alojamentos, uma série de produtos com imenso potencial”. 



ATUALIDADE TEM CONDICIONADO A ATUAÇÃO DA EMPRESA?

Encaramos o mercado com algumas expectativas, mas de uma forma prudente e atenta. É evidente que é um fator de preocupação acrescida os aumentos permanentes de alguns materiais. Por exemplo, em empreitadas públicas, em muitos casos, o prazo que intermeia entre a elaboração da proposta e a sua execução é muito dilatado. As revisões de preços dificilmente conseguem compensar estas subidas repentinas e exageradas dos preços. Estas situações comprometem os resultados expectáveis e resultam em prejuízos que, na melhor das hipóteses, poderão criar entropias no desenvolvimento dos contratos e hipotecar o investimento e crescimento das empresas.

A VIEROMINHO É UMA EMPRESA CERTIFICADA PELA NORMA NP EN ISO 9001: 2015. CONSIDERA ESTA UMA MAIS-VALIA IMPRESCINDÍVEL NO MERCADO NA ATUALIDADE? CONSIDERA QUE OS CLIENTES VALORIZAM DEVIDAMENTE ESTE FACTO?

A Vierominho é certificada no sistema de gestão da qualidade, ISO 9001:2015, em conceção e construção civil, obras públicas e reabilitação de edifícios. O nosso sistema de gestão da qualidade define o modus operandi de toda a or-

ganização. Ciclicamente definimos objetivos. Delineamos ações para alcançar os objetivos. Criamos indicadores com métricas que nos permitem aferir o grau de concretização das ações. Avaliamos o resultado. Percebemos os riscos associados e redefinimos políticas. É a melhoria contínua que nos faz crescer e evoluir. Para nós, é importante que as pessoas sintam orgulho em participar na nossa organização.

Relativamente aos nossos clientes, eles são a razão da existência da empresa. O nosso objetivo é o cliente ficar satisfeito com o serviço prestado. Assim, a certificação é um ótimo cartão de visita, mas por si só não garante uma escolha preferencial. Creio que os resultados se constroem a montante, ao evidenciar aspetos que concorrem para que a Vierominho seja uma marca distintiva nos procedimentos em que se envolve.

PARA A VIEROMINHO É, POR ISSO, IMPORTANTE A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES?

É, sem dúvida, fundamental para nós a satisfação do cliente. Diria que toda a nossa atuação está direcionada para a obtenção desse objetivo. Só desta forma podemos fidelizar os clientes e garantir que uma boa parte irá continuar a sê-lo em futuros procedimentos. Podemos afirmar que o nosso foco é o cliente.

TÊM TIDO ALGUMAS DIFICULDADES NAS VOSSAS RELAÇÕES CONTRATUAIS?

Temos tido uma postura sempre colaborante com os nossos clientes. Os nossos princípios baseiam-se na cooperação, boa-fé, transparência e responsabilidade. Temos uma taxa de fidelização bastante satisfatória. Em cada empreitada constituímos uma equipa que faz o acompanhamento da obra, desde os serviços de engenharia, higiene e segurança no trabalho até ao departamento de qualidade. Estamos, portanto, preparados para dar uma resposta competente. Curiosamente, das dezenas de obras e entidades com que temos trabalhado nos últimos anos, apenas tivemos problemas com um único cliente, precisamente porque sempre mantivemos a nossa atitude proactiva e focada em resolver os problemas.

PODEMOS SABER DE QUE CLIENTE SE TRATA?

Não temos por princípio falar dos nossos clientes. A nossa postura é discreta e não expomos a sua atividade. No entanto, neste caso, é o próprio cliente que fala na comunicação social sobre a obra em causa, usando-a para divulgar a mensagem que quer veicular à opinião pública. Por isso, podemos abrir uma exceção. A obra em causa é a empreitada de remodelação e ampliação da Escola EB 2/3 Dr. Flávio Gonçalves.

PODE-NOS ADIANTAR ALGUMA INFORMAÇÃO SOBRE ESSE PROCESSO?

Bom, nesta empreitada as coisas des-carrilaram porque o município não quis assumir a totalidade dos graves erros e omissões do projeto. Recusou-se a pagar trabalhos complementares executados por nós, que ascendem a milhares de euros, e teve uma gestão da obra bastante prejudicial para todos e francamente prepotente, fazendo com que os prazos derrapassem muito significativamente. Apesar disso, resolveu o contrato para contratar outro empreiteiro, ao qual entregou um projeto melhorado em diversos aspetos – o que sempre nos recusou – com um prazo muito superior àquele que tínhamos pedido para acabar a obra, e valores significativamente mais elevados. Está a decorrer um processo judicial.

JÁ EXISTE ALGUMA DECISÃO JUDICIAL?

Preferia não tecer comentários sobre as decisões judiciais já proferidas pelo Tribunal Administrativo do Porto, mas posso adiantar que a providência cautelar pedida pela Vierominho contra o município foi decretada pelo Tribunal e que o recurso também nos foi favorável. Neste momento, já existem decisões que obrigam o município a rever as decisões erradas que tomou, o que ainda não aconteceu e tem obviamente graves repercussões para o erário público. Por exemplo, aguardamos pacientemente que o município nos pague os trabalhos executados, o que ainda não aconteceu e só está a contribuir para aumentar a fatura da autarquia.

Uma das coisas que nos causa maior repúdio são as campanhas de propaganda pública lançadas contra a nossa empresa e que subvertem a realidade dos factos. Podemos observar, por exemplo, no site da Câmara, a divulgação de vídeos a denegrir a imagem da Vierominho, bem como declarações públicas em meios de comunicação social, de projeção local e nacional, gravíssimas e falsas, que têm o mesmo resultado. O objetivo é sempre o mesmo, ou seja, esconder o papel do município, do projetista e da fiscalização nos atrasos da obra e atirar para o empreiteiro a responsabilidade por tudo, sem exceção. Mas acreditamos na Justiça e estamos certos que a seu tempo a verdade será do conhecimento de todos. Estamos tranquilos.

DE QUE FORMA ENCARA A CONCORRÊNCIA EXISTENTE NO SETOR?

Como em tudo, a concorrência é necessária. Diria que a concorrência também nos compele a uma política de melhoria contínua e de diferenciação.

TAL COMO ACONTECE COM MUITAS EMPRESAS QUE LABORAM NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, A VIEROMINHO TAMBÉM SE DEBATE COM A PROBLEMÁTICA DA FALTA DE MÃO DE OBRA? DE QUE FORMA A EMPRESA MINIMIZA AS CONSEQUÊNCIAS DESTA PROBLEMA? A EMPRESA APOSTA NA FORMAÇÃO CONSTANTE DOS SEUS QUADROS?

Há de facto uma grande escassez de recursos humanos qualificados, que se traduz em aumentos significativos no custo da mão de obra, incapacidade de resposta às solicitações de mercado e preocupação acrescida no cumprimento de compromissos. Estas circunstâncias obrigam-nos, em primeiro lugar, a olhar para os recursos internos e perceber de que forma os podemos preservar e potenciar a sua produtividade. Em segundo lugar, temos que, sem dúvida, apostar na formação dos trabalhadores, no sentido de lhes dar competências e oportunidades. Por fim, a captação de novos elementos passa pelo estabelecimento de parcerias e criação de um conjunto de fatores de atratividade, que tornem a empresa interessante na perspetiva laboral.

No fundo, é necessária uma política de recursos humanos eficaz, atenta, proactiva e competente, que envolva, não só o responsável pelo departamento, mas também toda a estrutura hierárquica.

No que diz respeito à formação, no início de cada ano é efetuada uma consulta a todos os responsáveis da empresa, onde é pedido que apontem as suas necessidades de formação e dos seus colaboradores. A administração decide as formações que são necessárias a aprova um plano de formação, que se quer dinâmico e em permanente atualização. Note-se que não é só ao nível das especificidades técnicas que há evolução, também a nível regulamentar e legislativo há muitas exigências e constantes alterações.

NÃO SERIA PERTINENTE UMA MELHOR ARTICULAÇÃO ENTRE O ENSINO PROFISSIONAL E AS



EMPRESAS, POR FORMA A SUPRIR NECESSIDADES REAIS QUE EXISTEM NO MERCADO? A EMPRESA TEM ALGUMA PARCERIA NESTE SETOR?

É, com certeza, muito pertinente o estreitamento de relações com as entidades responsáveis pela formação dos nossos profissionais. Temos, por essa via, efetivamente recrutado muitos dos nossos quadros, fruto de contactos estabelecidos com universidades e instituições de formação profissional. Apesar de tudo, parece-nos que ainda há um caminho longo a percorrer para que as sinergias funcionem a contento das partes. Creio que não existe uma cultura enraizada de proximidade das instituições de ensino com as empresas, o que infelizmente não beneficia nem as empresas, nem os jovens recém-formados. Os estágios integrados são um exemplo de que programas de cursos, devidamente pensados para as saídas profissionais, podem ajudar à colocação dos jovens. Considero que também não existe em muitos cursos um programa direcionado para as saídas profissionais existentes, tornando-se muito herméticos e teóricos, que reflete o afastamento de quem leciona

face ao tecido empresarial. Felizmente vamos sempre a tempo de melhorar!

DE QUE FORMA A ATUAL PANDEMIA CONDICIONOU A ATIVIDADE DA VIEROMINHO? A EMPRESA TEVE QUE RECORRER, POR EXEMPLO, AO LAY-OFF? O QUE MUDOU COM ESTA NOVA REALIDADE?

A pandemia veio expor algumas fragilidades na organização dos intervenientes nas empreitadas, quer se tratem de empresas de construção, quer se tratem de fiscalizações ou donos de obra. No nosso caso foram tomadas um conjunto de iniciativas, de carácter imediato, com vista a mitigar o impacto. A verdade é que nunca parámos, embora houvesse um abrandamento, pois toda a logística de produção, fornecimento e transportes de materiais foi bastante afetada. Apesar das circunstâncias não houve a necessidade de tomada de iniciativas que comprometessem a atividade dos trabalhadores, pois a mão de obra tem uma incorporação significativa nas nossas empreitadas e havia muito trabalho para ser executado. Verdadeiramente ninguém estava preparado, mas todos



aprendemos depressa a viver com a nova realidade. Por exemplo, ao nível da gestão de necessidades, uma preparação mais aturada tornou-se obrigatória.

SENDO A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE UMA TEMÁTICA CADA VEZ MAIS NA ORDEM DO DIA, QUE CUIDADOS A EMPRESA TEM A ESTE NÍVEL?

A empresa cumpre com os requisitos legalmente exigidos. Há um particular cuidado na separação de resíduos logo em obra. Sempre que possível promovemos e reciclagem e reintrodução em obra de resíduos transformados. Por exemplo, se efetuamos a demolição de uma estrutura de betão armado, alertamos o cliente para a possibilidade de britar o betão demolido e incorporar a brita na nova empreitada. Poupa-se nos custos de transporte, vazadouro e o cliente na aquisição de novos inertes. Em suma, ganham todos e o ambiente também. Não obstante, de forma indireta, a nossa atividade está intrinsecamente ligada com a proteção do meio ambiente. Ao introduzirmos sistemas de melhorias de eficiência energética, quer por métodos passivos, como os sistemas de isolamento térmico, quer por métodos ativos como às instalações mecânicas de elevado desempenho energético, iluminação “led” e sistemas de produção de energia através de painéis solares, entre outros, estamos a colaborar no sentido de tornar as nossas cidades mais verdes e reduzir a dependência energética.

QUAIS AS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO? QUAIS OS PRINCIPAIS PROJETOS?

Felizmente, para um futuro próximo temos uma carteira de obras razoável, o que nessa perspetiva nos deixa mais tranquilos, ainda que vivamos um período de alguma instabilidade e incerteza. Quanto a projetos, temos vários na forja. Alguns de grande dimensão, quer pública, quer privada, mas como dependem de fatores externos, prefiro deixar em aberto...

DEIXE UMA MENSAGEM FINAL A TODOS OS CLIENTES.

Gostaria apenas de acrescentar que a Vierominho é uma empresa idónea e que direciona os seus esforços para materializar os projetos dos seus clientes. É sempre da vontade do cliente que surge a obra. Contem connosco para concretizá-los! 

“O QUE ACONTECEU É QUE A COVID-19 OBRIGOU-NOS A REPENSAR DETERMINADAS ESTRATÉGIAS E MANEIRAS DE ESTAR PERANTE O MERCADO. TIVEMOS QUE NOS ADAPTAR A ESTA NOVA REALIDADE E TIVEMOS QUE NOS REINVENTAR, TUDO EM PROL DOS NOSSOS CLIENTES”

nos adaptar a esta nova realidade e tivemos que nos reinventar, tudo em prol dos nossos clientes”.

De acordo com o empresário, a pandemia trouxe ainda uma grave problemática ao setor do mobiliário: o exponencial aumento do preço das matérias-primas que é registado na atualidade. “Neste momento, este é um problema com o qual nos temos debatido. As matérias-primas têm os seus preços inflacionados, uma vez que a procura supera, em muito, a oferta. Além disso, o setor dos transportes também está condicionado pela pandemia, o que faz com que o preço também fique condicionado. Perante este cenário, vimo-nos obrigados a redefinir novos passos e a criar produtos mais económicos e sustentáveis, por forma a satisfazer, da



melhor maneira, os nossos clientes”. Já no que concerne à concorrência que existe neste setor, Leonel Rocha, reitera que esta é encarada de forma saudável, até porque a CORE aposta no design e na produção à medida de cada cliente, “sob forma de nos posicionarmos estrategicamente no mercado, conseguindo, desta forma, uma resposta diferenciada da dos nossos concorrentes. Apresentámos soluções por medida, únicas e diferenciadas, o que

nos distingue dos nossos concorrentes, no mercado, daí que considere que a concorrência é salutar, na medida em que, de alguma forma, nos obriga a não estagnar e a estar numa evolução constante”.

A FALTA DE MÃO-DE-OBRA E O AMBIENTE

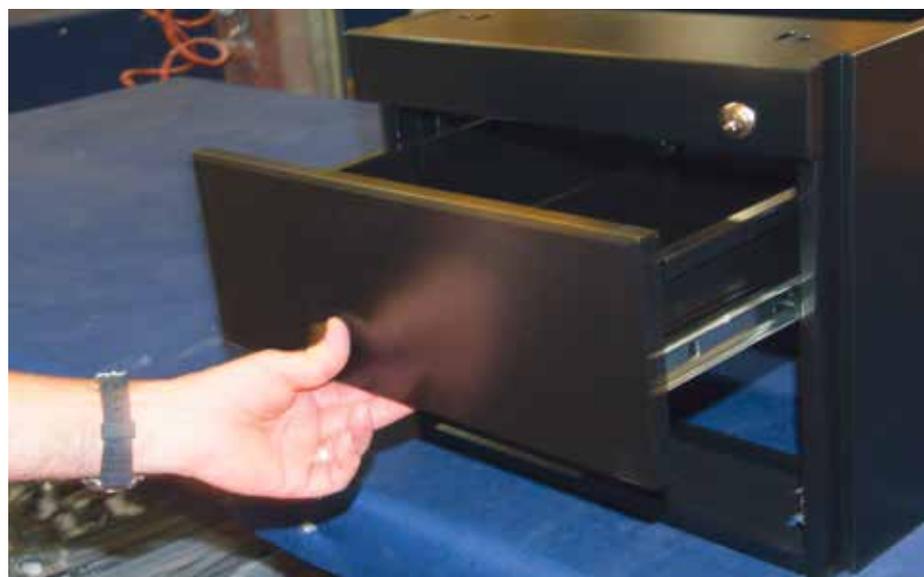
O empresário reconhece que, na atualidade, a CORE, tal como acontece com muitas outras empresas que laboram

neste setor de atividade, debate-se com a problemática da falta de mão-de-obra, sobretudo numa área mais técnica, onde os profissionais têm que ser especializados. Para contornar essa problemática, Leonel Rocha, assevera que, inequivocamente, a CORE aposta numa equipa profissional e coesa, que se apoia na tecnologia, sob a forma de dar resposta a um mercado nacional e internacional cada vez mais exigente e em constante mutação. “Claro que, no





“EVITAMOS, AO MÁXIMO, O DESPERDÍCIO, QUER DE MATÉRIAS-PRIMAS, QUER DE ENERGIA. PARA ALÉM DISSO, POSSUÍMOS UMA CAPACIDADE INSTALADA DE 400 PAINÉIS SOLARES, O QUE FAZ COM QUE TODA A UNIDADE FABRIL LABORE RECORRENDO, QUASE NA SUA TOTALIDADE, A ENERGIA PRODUZIDA PELA PRÓPRIA EMPRESA, O QUE FAZ TODA A DIFERENÇA”



mercado competitivo em que estamos presentes, a formação de todos os nossos quadros torna-se fundamental, uma vez que temos que responder de forma eficaz às exigências e à constante mutação que o mercado exige. É por isso que apostamos na formação constante de todos os nossos quadros”.

Leonel Rocha sublinha ainda que a CORE está atenta e aposta na preservação do meio ambiente, recorrendo, ao máximo, a produtos ecológicos, ao mesmo tempo que minimiza recursos, “até porque a proteção do meio ambiente é uma temática cada vez mais na ordem do dia, sobre a qual temos

que estar vigilantes e adotar uma postura proactiva e preventiva. Assim, através de um bom planeamento, evitamos, ao máximo, o desperdício, quer de matérias-primas, quer de energia. Para além disso, possuímos uma capacidade instalada de 400 painéis solares, o que faz com que toda a unidade fabril labore recorrendo, quase na sua totalidade, a energia produzida pela própria empresa, o que faz toda a diferença”.

Quanto ao futuro, o empresário mostra-se otimista e confiante e garante que, apesar de todas as dificuldades, o objetivo da CORE para os próximos anos é claro: “Continuar na linha da frente, garantindo inovação e qualidade em tudo o que fazemos e produzimos. Olhamos sempre para o futuro com otimismo, pelo que pretendemos continuar a atuar de acordo com os elevados padrões de conduta e de responsabilidade social que sempre guiou a nossa atuação, postura e presença no mercado”. 



ALFA

ALFA é um sistema integrado projetado para os sentidos, que inspira dia a dia.

Um projeto que privilegia a ergonomia e o conforto para intensificar a sensação, resolvendo as diferentes necessidades de espaço e trabalho.

O sistema ALFA assume-se sem compromissos estéticos ou limitações, graças a uma gama completa de acessórios e mobiliário.

A característica de assinatura ALFA é a perna metálica (reta ou em curva). A perna suporta tampos retangulares ou arredondados.

As divisórias estão disponíveis em diferentes materiais: melamina, vidro, acrílico ou tecido.



www.core-lda.pt

Rua Antonino Batista, 435
3750-041 Aguada de Cima
(+351) 234 660 530
geral@core-lda.pt



O CONQUISTADOR

Processo delicado de confeção mais longa, com uma durabilidade de cinco a 18 meses na prateleira. Não tenho aditivos e conservantes e posso ser usado como entrada, em massas, pizzas, pasteleria e aos cubos em azeite com especiarias. Ideal a acompanhar o seu vinho preferido. Sou um conquistador de palatos.



O IMAGINATIVO

Sabor mais intenso e ácido, uma orquestra de sabores no palato sem aditivos ou conservantes. Sou muito versátil sozinho, em sobremesas, sopas, saladas, com uma utilização mais gourmet ou a acompanhar um bom vinho. Tenho, também, um efeito probiótico. Tenho uma duração de 15 dias na prateleira.



O SONHADOR

Sabor intenso e amanteigado, sem aditivos ou conservantes. O processo de fermentação adiciona o efeito probiótico do bem-estar. Sou muito versátil na culinária, como aperitivo, nas saladas, servido com vinho, na confeção de pratos vegetarianos e sobremesas. Tenho uma duração de 15 dias na prateleira.



O ÉPICO

Queijo de repetição com um carisma de sabor mais intenso e visual amarelado, confeccionado sem aditivos ou conservantes. Sou muito apreciado pela minha textura que se modifica consoante a época do ano. Tenho uma duração de cinco dias na prateleira.



O CONSERVADOR

Típico queijo fresco e nutricional, devido ao valor mínimo de lactose. Com uma forma mais simples e modesta, pouco é necessário para sua confeção e apresentação. Sou um queijo sem aditivos e conservantes e tenho uma duração de prateleira de cinco dias.



Marisa Sousa e Jorge Furtado

Queijaria



À ESPERA DE VOO PARA O CONTINENTE!
(procuramos distribuidores para Portugal Continental)



O REBELDE

Pode ser seco ou amanteigado, tudo depende da época do ano. Mesmo sem aditivos ou conservantes tem uma durabilidade de seis a 24 meses. Sou muito competitivo, pela minha intensidade e textura e ou o verdadeiro queijo da adega. Ideal para entradas, pratos de carne, molhos com especiarias e caça ou com vinho.

Vila Franca do Campo

Desfrute da beleza natural que temos para oferecer. Prove as nossas queijadas e relaxe no pequeno paraíso que é o nosso ilhéu.

VENHA VISITAR!



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

www.cmvfc.pt



Hotel Talisman

★★★★

FAÇA JÁ A SUA RESERVA

351 296 308 500
reservas@hoteltalisman.com



Rua Marquês da Praia e Monforte, 40
9500-089 - Ponta Delgada - São Miguel - Açores



O Hotel Talisman está localizado no centro histórico de Ponta Delgada, numa propriedade do século XVIII. Encontra-se próximo de Igrejas, Museus, Portas da Cidade e Portas do Mar. A sua localização permite ao hóspede o rápido acesso a restaurantes, bares, lojas e principais pontos turísticos da ilha. Nesta unidade o objectivo principal é prestar aos seus clientes um serviço cordial, descontraído e eficiente.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

4 estrelas · Edifício Art Déco do século XVIII · Remodelado em 2008 · 5 pisos · 57 quartos (incluindo 4 suites) · Centro de Ponta Delgada · Hotel Boutique, Executivo e Familiar · Ideal para viagens de Trabalho, Família ou Lazer

SERVIÇOS

Receção 24 horas · Ar Condicionado · Wifi Gratuito · Business Center · Pequeno-Almoço Buffet
Restaurante com Esplanada · Bar e Pub · Room Service · Sala de Bagagens · Lavandaria · Ginásio
Piscina · Sala de Massagens · Despertar · Assistência Turística





ZCUDO

Escudo contra água

www.PAVIMENTOS.ONLINE

clientes@pavimentos.online

Laminados
Vinílicos
Bamboo



Pavimento Laminado



Flutuante de Madeira



Deck Bamboo



DassoXTR



Pavimentos Interiores

MUNICÍPIO DA SERTÃ

DE VILA A CIDADE NUM FUTURO PRÓXIMO

José Farinha Nunes, presidente da Câmara Municipal da Sertã, cumpre o seu terceiro e último mandato à frente dos destinos desta Autarquia do distrito de Castelo Branco. Apesar de abandonar o cargo nas próximas eleições, em resultado da lei da limitação de mandatos, o edil sai com o sentimento de dever cumprido e garante que, num futuro próximo, a vila da Sertã será elevada a cidade “porque já criámos as condições para que esse sonho seja uma realidade”.



Paulo Farinha Luís e José Farinha Nunes



► Olhando para trás, José Farinha Nunes, presidente da Câmara Municipal da Sertã, lembra que, quando tomou posse, pela primeira vez, em 2009, a Autarquia tinha uma dívida a fornecedores bastante acentuada, o que fez com que a sua

resolução se tenha tornado na sua primeira preocupação. “Queríamos resolver esta questão de imediato, até porque falamos de uma dívida superior a oito milhões de euros, valor muito elevado para um Município como o nosso. Assim, em apenas dois anos, conseguimos resolver esta questão até porque queríamos realizar um mandato tranquilo. O segundo e terceiro mandatos também decorreram de forma muito equilibrada do ponto de vista financeiro”.

Apesar deste esforço financeiro, o autarca garante que, durante estes 12 anos, o Executivo não esqueceu o investimento, pelo que foram diversos os projetos aos quais a Edilidade se candidatou para a obtenção de fundos comunitários. “Para isso, tivemos que estabelecer prioridades e definir as obras mais prementes. Assim, desde logo, realizámos um gran-

de investimento no turismo, um dos setores mais importantes da economia local. Começámos por certificar um produto vital para o concelho, o nosso ex libris gastronómico, o Maranho da Sertã, aposta que conferiu a este produto um valor acrescentado. Para divulgar e enaltecer esta verdadeira iguaria também realizámos, todos os anos, o Festival de Gastronomia do Maranho”.

De acordo com José Farinha Nunes, outra das mais-valias concelhias é a floresta, mais concretamente a produção de madeira. Assim, neste setor, o autarca assevera que o Executivo também conseguiu incrementar valor a este produto através da criação do SerQ – Centro de Inovação e Competências da Floresta, associação científica, tecnológica e de formação, resultante de uma parceria que o Município estabeleceu com a Uni-

“MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIES”

“Acima de tudo, quero agradecer a todos os munícipes a compreensão que tiveram sempre comigo e com as decisões que o Executivo tomou, congratulando ainda a confiança que sempre depositaram no nosso trabalho. Uma certeza eu deixo: demos sempre o nosso melhor, até porque os sertaginenses são fantásticos e não mereciam de nós nada menos do que isso, o melhor”.

versidade de Coimbra e com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa. “Esta resposta tem como objetivo a investigação e desenvolvimento experimental, formação, transferência de tecnologia, consultoria, certificação e validação de produtos e soluções no setor

agroflorestal, onde o SerQ pretende ser um polo dinamizador da inovação e diferenciação, investimento e criação de emprego. Este equipamento tem ainda o objetivo estratégico de promover a competitividade deste setor, através da melhoria da qualidade das matérias-primas, desenvolvimento de novos produtos e soluções, contribuindo, desta forma, para o aumento da competitividade externa das empresas que laboram nesta área. A atuação do SerQ abrange toda a cadeia de valor desde a produção até à colocação do produto de base florestal no mercado. Temos que ser capazes de aproveitar a floresta na sua totalidade”.

O presidente advoga que os fundos comunitários também foram aproveitados para a realização de investimento nas mais variadas áreas e destaca a reabilitação urbana que foi realizada na vila da Sertã onde, neste momento, ainda decorrem diversas obras. “Apesar das muitas intervenções efetuadas nas várias freguesias, houve também uma aposta clara na recuperação da vila, até porque ambicionamos que esta seja elevada a cidade. Neste momento, estão já criadas as condições para que esse sonho seja uma realidade. Sabemos que esta nunca será uma cidade de milhões de pessoas, onde não existe qualidade de vida, mas sim uma cidade de milhares de pessoas que valorizam a natureza, o Interior e a vida em comunidade com toda a qualidade. Estamos confiantes de que os nossos intentos serão considerados quando submetermos esta questão para apreciação. Esta sempre foi uma estratégia e uma prioridade para este Executivo”.



“APESAR DAS MUITAS INTERVENÇÕES EFETUADAS NAS VÁRIAS FREGUESIAS, HOUVE TAMBÉM UMA APOSTA CLARA NA RECUPERAÇÃO DA VILA, ATÉ PORQUE AMBICIONAMOS QUE ESTA SEJA ELEVADA A CIDADE”

Logo que este objetivo seja alcançado, José Farinha Nunes considera que o investimento maior deverá ser redirecionado para as outras vilas que existem no concelho: Cernache do Bonjardim e Pedrógão Pequeno. “Foi em Cernache do Bonjardim que nasceu Nuno Álvares Pereira, famoso nobre e general português do século XIV. Por sua vez, Pedrógão Pequeno até já foi sede de concelho. Acreditamos que, com mais algum investimento, estas vilas também poderão crescer, até porque têm enormes potencialidades a vários níveis, designadamente no turismo”. O autarca, contudo, também não esque-

ce as restantes sete sedes de freguesia, mais concretamente Cabeçudo, Castelo, Várzea dos Cavaleiros, Troviscal, Cumeada, Carvalhal e a União de Freguesias da Ermida e Figueiredo. “Foi feito muito trabalho nestas freguesias, contudo há ainda muito a fazer e muitos desafios para enfrentar. Sei que estes desafios já não serão operacionalizados por mim, porém tenho a certeza de que todos partilham desta visão de desenvolvimento e crescimento para as nossas freguesias. Acredito que o Executivo que me suceda também comungará desta visão e desta estratégia de desenvolvimento, tudo para que continuemos a elevar o concelho a



um patamar superior, até porque temos condições para isso”.

José Farinha Nunes revela ainda que, ao longo destes três mandatos, o Executivo apostou ainda de forma incisiva nos setores da saúde e da educação, uma vez que considera estas duas áreas como fundamentais para o garante da qualidade de vida de qualquer população. Apesar disso, o autarca esclarece que reconhece que estas áreas, apesar da sua importância, são geridas, sobretudo, pela Tutela, “o que dificulta o nosso trabalho. Ainda assim, optámos sempre pela oferta de serviços de qualidade às nossas populações, o que faz toda a diferença. Por exemplo, no setor da educação existem alunos de outros concelhos que optam por estudar na Sertã, porque as famílias reconhecem a qualidade das nossas escolas. Este sucesso só é possível porque trabalhamos de forma muito próxima dos agrupamentos escolares e dos vários estabelecimentos de ensino, prestando todo o apoio”.





DESAFIOS DEBELADOS

Ao longo destes 12 anos, José Farinha Nunes reconhece que também teve que ultrapassar alguns momentos mais complicados, como os fogos florestais e a atual pandemia que causou dificuldades um pouco por todo o mundo. Quanto aos fogos, “se a floresta é uma das nossas maiores riquezas, a sua destruição é altamente penalizadora para todo o concelho. É por isso que trabalhamos diariamente na preservação e conservação das nossas florestas, ainda que nos debatamos com inúmeros constrangimentos. Grande parte da floresta é de privados que não realizam a devida limpeza dos terrenos, porque não têm essa capacidade financeira. Perante este cenário, um elevado investimento tem que ser realizado pela Autarquia. Urge que se encontrem outras soluções e que o combate aos incêndios rurais seja realizado de forma concertada por todos”.

Já no que concerne à pandemia, o autarca sublinha que é inegável que esta interferiu em todas as áreas da vida de uma população e trouxe consequências muito negativas ao concelho da Sertã, sobretudo do ponto de vista económico em resultado da falta de turistas. “O País esteve parado durante muito tempo. Não pudemos realizar o nosso festival gastronómico, certame que, em média, traz à Sertã cerca de 30 mil pessoas. Para além disso, muitas obras contratadas sofreram atrasos porque as empresas a quem essas empreitadas tinham sido adjudicadas não tinham recursos humanos disponíveis para esse efeito por causa da pandemia. Sem recursos humanos, o cumprimento de prazos foi impossível. Ainda hoje temos empresas que nos solicitam a prorrogação dos prazos para que consigam concluir as obras. Paralelamente,



“GRANDE PARTE DA FLORESTA É DE PRIVADOS QUE NÃO REALIZAM A DEVIDA LIMPEZA DOS TERRENOS, PORQUE NÃO TÊM ESSA CAPACIDADE FINANCEIRA. PERANTE ESTE CENÁRIO, UM ELEVADO INVESTIMENTO TEM QUE SER REALIZADO PELA AUTARQUIA. URGE QUE SE ENCONTREM OUTRAS SOLUÇÕES E QUE O COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS SEJA REALIZADO DE FORMA CONCERTADA POR TODOS”

vários concursos lançados terminaram sem qualquer candidatura, uma vez que não existem empresas disponíveis para a concretização da obra. Está a acontecer isso, na atualidade, com o concurso que abrimos para a reabilitação do centro da vila. Este é já o terceiro concurso que abrimos para a obra. Este facto fez

com que o desenvolvimento do concelho tenha sido penalizado ao longo deste ano e meio e que os prejuízos se tenham acumulado. As pessoas muitas vezes não percebem que determinado projeto não é levado a cabo por culpa do governante. Frequentemente, várias obras não são realizadas porque não

existem empresas disponíveis para o fazer”, garante o presidente.

O COMBATE À PANDEMIA

José Farinha Nunes garante que o Executivo esteve sempre muito atento durante a pandemia, pelo que, já por duas vezes, concedeu a todos os munícipes e empresas uma redução de 50% na sua fatura da água, saneamento e resíduos sólidos. “Às famílias propusemos ainda ajudas, enquanto que, no caso das empresas, reduzimos ou isentámos de pagamento aquelas que ocupam espaços concelhios. Isentámos ainda as empresas do pagamento de várias taxas como esplanadas e publicidade. Claro que também distribuímos equipamentos de proteção individual por todas as juntas de freguesia”.

O autarca explica ainda que sempre que as pessoas não podiam sair de casa porque estavam infetadas, o Município realizava a entrega de bens alimentares e de medicamentos, sobretudo no caso de pessoas sem qualquer tipo de rede de apoio. “Através do nosso Gabinete de Ação Social também ajudámos muitas famílias que estavam a passar dificuldades porque perderam rendimentos com esta pandemia. Infelizmente existe ainda muita pobreza envergonha, pelo que temos que estar atentos e vigilantes. Também criámos um piquete social que se destina a ajudar as famílias idosas ou de pessoas com dificuldades em pequenas reparações nas suas habitações, seja na substituição de uma lâmpada, na reparação de uma torneira ou substituição de algo que se estrague”.

Paralelamente, no contexto do segundo confinamento obrigatório, decretado pelo estado de emergência, que determinou o regresso ao ensino à distância, o Município voltou a disponibilizar diversos tipos de apoios aos alunos do concelho, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, Internet, refeições e transporte. Por fim, “não podíamos esquecer as nossas IPSS com quem trabalhamos sempre de forma muito próxima e atenta, disponibilizando toda a ajuda possível para que pudessem continuar a prestar um serviço de qualidade a todos os seus utentes”, assevera José Farinha Nunes. Entre as várias medidas, o concelho já realizou um investimento no combate a esta pandemia no valor de cerca de um milhão de euros. 

“EXEMPLO TEM QUE VIR DE CIMA”

“Sempre defendi que o exemplo tem que vir de cima. Assim, se a limitação de mandatos existe, esta deve começar pelo Governo, passar pela Assembleia da República e só depois chegar às autarquias locais. A lei, como está criada na atualidade, é muito desigual, o que não se compreende. A limitação de mandatos deveria estender-se a todos os órgãos públicos”, lamenta José Farinha Nunes. Apesar disso, o presidente concorda que 12 anos são suficientes para que um autarca deixe a sua marca num concelho.

Por outro lado, José Farinha Nunes considera que um mandato de quatro anos é pouco tempo para que um autarca consiga fazer obra, sobretudo num primeiro mandato, uma vez que “vivemos num País onde ainda existe muita burocracia. Para além disso, para quem chega pela primeira vez a uma autarquia, o eleito tem que conhecer o seu modo de funcionamento, a sua situação financeira, definir projetos mediante essa disponibilidade, abrir os respetivos concursos, esperar que estes tenham empresas interessadas e esperar que depois a obra seja aprovada pelo Tribunal de Contas. Quando a empreitada finalmente começa, o mandato está a terminar. Assim, julgo que seria mais profícuo o cumprimento de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três de quatro anos cada. Desta forma, garantir-se-ia também uma maior continuidade uma vez que, a cada eleição, a equipa pode mudar por completo, o que dificulta ainda mais a realização de qualquer obra”, conclui.

MUNICÍPIO DE GAVIÃO

“A MINHA PREOCUPAÇÃO SEMPRE FORAM AS PESSOAS”

A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Gavião, José Pio é perentório: “Desde a primeira hora, a minha grande preocupação sempre foram as pessoas, pelo que sempre tentei pugnar por projetos que realmente fossem uma mais-valia para as populações de todas as freguesias e não apenas da sede de concelho. Com a maioria das obras estruturantes já em curso, o nosso foco será agora a criação de emprego e a fixação de população”.



► Olhando para trás, José Pio, presidente da Câmara Municipal de Gavião, reconhece que a atual pandemia interferiu com o normal desenrolar deste mandato a vários níveis. Desde logo porque “sou uma pessoa muito afetiva, gosto de estar com as pessoas todos os dias, de visitar as freguesias, o que deixou de ser possível. Depois, quanto àquele que era o nosso plano de ação em termos de evolução de obras, atual-

mente o concelho de Gavião tem muitas obras em desenvolvimento, projetos esses que já deveriam estar concluídos, mas que atrasaram, em média, seis ou sete meses. Registaram-se atrasos nas entregas de materiais, por causa da pandemia, o que provocou o atraso na sua conclusão. Para além disso, noutros casos, as empresas responsáveis pela obra registaram casos de Covid-19, o que obrigou ao confinamento das equipas, o que também provocou atrasos”.

Assim, e de acordo com o autarca, todas as candidaturas aprovadas aos fundos comunitários estão já em fase de execução, sendo uma das mais importantes a obra em curso da construção do Museu dos Carros de Atrelar, que irá nascer no antigo Seminário e que deverá ser inaugurado no próximo ano sob o nome Museu Pequito Rebelo. “Este espaço será uma espécie de viagem ao passado, mostrando uma coleção única em memória e História, não só do Alentejo, mas do País. Esta cole-

ção pertencia a um particular que estabeleceu uma parceria com a Autarquia permitindo dar a este espólio um espaço expositivo condigno e de maior dignidade”, explica José Pio. A coleção tem um total de 38 exemplares e vai desde a ambulância militar, um modelo de 1907, recuperada da sucata depois de ter sido utilizada como galera de carga até ao Landó (em Portugal) ou Landau (em França), um modelo originário da Alemanha do final do século XVIII, que sucedeu ao coche como viatura de aparato, utilizado em dias de desfiles reais ou de chefes de Estado e que atualmente ainda é usado pela monarquia. Esta é uma obra que representa um investimento de 1.3 milhões de euros.

“Desde a primeira hora que sentimos que o Gavião tem condições para fazer uma aposta firme nas suas paisagens, espaços culturais e monumentos. Assim, este museu é um complemento a tudo o que já existe desde o Castelo de Biver, ao Museu do Sabão até ao Museu das Mantas. Queremos mostrar ao



José Pio

País a imagem de um Alentejo diferente, com uma memória coletiva muito vincada que, infelizmente, durante muitos anos, esteve escondida. Agora chegou o momento de abrir essa memória ao mundo”, constata o autarca.

No antigo Seminário, além do museu, José Pio revela que também funcionará um ninho de empresas. “Vamos tentar dinamizar este espaço com estes dois edifícios. Queremos que a comunidade perceba que vai passar a ter dois espaços de excelência: um a chamar gente do exterior e outro a chamar gente que se possa instalar para criar emprego, condição essencial e determinante para o futuro deste concelho”. Este investimento resulta de uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no valor de um milhão e 400 mil euros, que mereceu 85% de financiamento. A ideia é “instalar profissionais que possam também escolher Gavião para viver. Não será um *call center*, mas um espaço agradável que possa criar postos de trabalho”.

De acordo com José Pio, outra obra importante que já está a decorrer é a da construção da nova piscina municipal



Praia Fluvial do Alamal



Ribeira da Venda - Comenda



descoberta, num investimento de cerca de 1.2 milhões de euros. A piscina está localizada junto ao Agrupamento de Escolas de Gavião, na antiga casa de João Ascensão, o que implica um projeto de requalificação. “Existe uma casa que vai ser adaptada a Posto de Turismo, vai ter uma loja de produtos tradicionais e, na parte superior, vamos criar uma sala polivalente onde vamos divulgar a nossa Banda Juvenil, tudo o que é o seu espólio e o maestro Sílvio Pleno, que foi o fundador da Banda Juvenil do Gavião, a par com o antigo presidente da Câmara, Jaime Estorninho”, esclareceu o presidente.

Simultaneamente, o autarca esclarece que o Município apostou no Auto-Caravanismo, através da criação de uma área de serviço, “como forma de dinamização do setor do turismo”. Esta nova infraestrutura, num investimento de 150 mil euros, foi conseguida através do financiamento da Linha de Apoio à Valorização do Turismo Interior, do Turismo de Portugal e integra a rede de Auto-Caravanismo do Alentejo e Ribatejo juntamente com os municípios de Alandroal, Almeirim, Almodôvar, Alter do Chão, Alvito, Avis, Beja, Borba, Cartaxo, Castelo de Vide, Coruche, Crato, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Monforte, Moura, Mourão, Odemira, Ponte de Sôr, Portalegre, Rio Maior, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa. Também o prolongamento do passadiço do Alamal por mais cinco quilómetros à beira Tejo é uma obra que merece especial referência, “Estes são apenas alguns exemplos das diversas obras que atualmente estão em curso e que serão terminadas em breve”, completa.

A LUTA CONTRA A COVID

“Desde o primeiro momento que a nossa aposta na luta contra a Covid foi a



“DESDE A PRIMEIRA HORA QUE SENTIMOS QUE O GAVIÃO TEM CONDIÇÕES PARA FAZER UMA APOSTA FIRME NAS SUAS PAISAGENS, ESPAÇOS CULTURAIS E MONUMENTOS. ASSIM, ESTE MUSEU É UM COMPLEMENTO A TUDO O QUE JÁ EXISTE DESDE O CASTELO DE BELVER, AO MUSEU DO SABÃO ATÉ AO MUSEU DAS MANTAS”

prevenção, pelo que costumo afirmar que o dinheiro no combate a esta pandemia não foi gasto, mas sim investido. A vontade de vencer fez de nós um pilar de força e a nossa determinação irá permitir que voltemos, quanto antes, à nossa prezada rotina”, assevera José Pio, que afirma que o Município distribuiu centenas de equipamentos de proteção individual à população e às instituições, nomeadamente IPSS, bombei-

ros, forças de segurança, sendo que também disponibilizou testes rápidos às IPSS concelhias, “por forma a prevenir eventuais surtos, desafio que conseguimos superar. Neste contexto, devo enaltecer o trabalho de todas as IPSS do concelho, em particular as suas direções e funcionários, que com esforço, empenho e dedicação tornaram possível vencer esta batalha junto da população mais fragilizada e na faixa

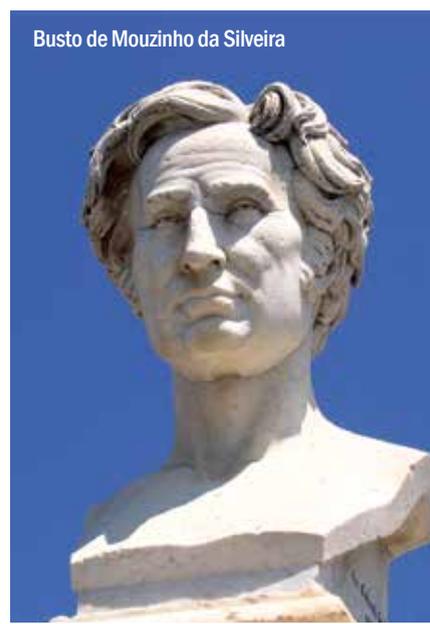
etária que representava maior perigo. Além disso, os utentes são pessoas que não saem daquele espaço, pelo que teríamos que ser nós a carregar o vírus lá para dentro e foi indispensável o cumprimento de todas as normas implementadas para conseguir sair vencedor desta luta”.

Para além disso, foram diversos os apoios que o Município concedeu a empresas, instituições e população em geral. Para citar apenas alguns exemplos, o autarca salienta as diversas campanhas de informação e sensibilização realizadas, sendo que a Autarquia também procedeu à higienização de todos os locais mais frequentados do concelho, nomeadamente: ruas principais, lares, centro de saúde, farmácias, supermercados, entre outros. José Pio acrescenta que o Município também disponibilizou uma linha de apoio gratuita para entrega de medicamentos e alimentos, recolha de resíduos sólidos a pessoas doentes com covid-19, solicitação de apoio social e psicológico. Às famílias e empresas, a Autarquia possibilitou o pagamento faseado das faturas da água, saneamento e resíduos sólidos. No que concerne às empresas, “adotamos um conjunto de medidas de caráter excepcional, com vista a salvaguardar a saúde pública e a dar resposta aos impactos sociais e económicos provocados pela pandemia. Assim, tivemos o cuidado de, internamente, reduzir o prazo médio de pagamento a todos os fornecedores. Também isentamos as empresas do pagamento de taxas referentes a esplanadas, toldos e publicidade, ao mesmo tempo que não cobramos o valor da renda dos espaços municipais arrendados ou concessionados, tal como aconteceu com o pagamento de rendas de lojas e bancas dos mercados municipais. Por fim, iremos implementar campanhas de marketing de forma a promover e estimular a atividade económica cujos os setores de atividade foram mais afetados [hoteleria / restauração / comércio tradicional e local, entre outros]”.

O autarca realça que o Município já tem o Regulamento de Apoio às Empresas devidamente aprovado e pronto para as candidaturas dos empresários. Estes são apoios que vão desde a atribuição de subsídios, alguns deles a fundo perdido e outros que serão restituídos de forma faseada à Autarquia, apoios para modernização e apoios pa-



Jardim do Cruzeiro



Busto de Mouzinho da Silveira



Castelo de Belver



“MANDATOS DE SEIS ANOS SERIAM MAIS VANTAJOSOS”

“Em primeiro lugar, 12 anos é tempo suficiente para um autarca estar na vida pública e realizar obra, sob o risco de que nos sintamos acomodados neste papel e não sejamos mais inovadores e visionários. Apesar disso, compreendo que dois mandatos de seis anos cada, em detrimento de três mandatos de quatro anos seriam mais vantajosos”.

José Pio explica que, em primeiro lugar, administrativamente era dinheiro que se poupava ao erário público, com menos um ato eleitoral.

Além disso, “um primeiro mandato de quatro anos, para quem está fora da política é sempre pouco tempo para realizar obra. O autarca primeiro tem que conhecer a Autarquia, o seu modo de funcionamento e a sua condição financeira, para só depois avançar com o seu projeto. O autarca defende ainda que a limitação de mandatos não devia estar restrita apenas às câmaras municipais e juntas de freguesia, mas que devia ser transversal a todos os cargos públicos. “Acho incongruente que um presidente tenha que sair de determinada autarquia ao fim de 12 anos e um deputado poder-se eternizar no cargo.

“O TURISMO FOI UM DOS SETORES MAIS AFETADOS POR ESTA NOVA REALIDADE, POR ISSO AS EMPRESAS DO SETOR TÊM QUE SER APOIADAS, POR FORMA A QUE POSSAM CONTINUAR A LABORAR E PARA QUE, ASSIM, POSSAMOS CONTINUAR A RECEBER COM TODA A QUALIDADE TODOS AQUELES QUE NOS QUEREM VISITAR”

ra o pagamento de rendas entre outros. “O turismo foi um dos setores mais afetados por esta nova realidade, por isso as empresas do setor têm que ser apoiadas, por forma a que possam continuar a laborar e para que, assim, possamos continuar a receber com toda a qualidade todos aqueles que nos querem visitar”.

Quanto à campanha de vacinação no concelho, José Pio garante que esta tem corrido “extraordinariamente bem” sendo que, para isso, foi de vital importância a estrutura concelhia para vacinação que o Município criou no Pavilhão Municipal e Escolar de Gavião, em estreita colaboração com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, entidade responsável por este processo no distrito de Portalegre. “As equipas do centro de saúde local têm trabalhado de forma extraordinária e abnegada pe-

lo que uma grande percentagem da nossa população já está vacinada neste momento, o que é uma importante mais-valia”. Neste contexto, o Município também assumiu a manutenção, higienização e limpeza da estrutura, os contactos telefónicos, o acompanhamento dos vacinados e realiza os transportes necessários para a vacinação de todas as pessoas que não tenham os meios necessários para o fazer em segurança.

GOVERNAR PELAS PESSOAS

“Desde a primeira hora que a minha grande preocupação sempre foram as pessoas, daí o slogan de campanha que tenho utilizado “Um Presidente Perto de Si” pelo que sempre tentei pugnar por projetos que realmente fossem uma mais-valia para as populações de todas as freguesias do conce-

lho e não apenas da vila. Assim, com a maioria das obras estruturantes já em curso, o nosso foco será agora a criação de emprego e a fixação de população”, assegura o autarca que confessa que, por vezes, os empresários querem criar riqueza no concelho, contudo não têm a mão de obra especializada disponível para que isso aconteça enquanto que, em outras, o Município tem pessoas desempregadas sem qualquer tipo de colocação, uma vez que “o mercado de trabalho está estagnado no concelho”.

De acordo com José Pio, o Executivo também pretende continuar a apostar firmemente no setor do turismo e na promoção de Gavião como destino de férias de eleição tanto para os portugueses, como para os estrangeiros e revela que, ainda este ano, “em contraciclo e em plena pandemia, foram realizados importantes investimento neste setor no concelho, com a abertura de um empreendimento turístico eco glamping, o “Gavião Nature Village”, que tem capacidade para receber 150 pessoas nos seus *bungalows* e tendas”.

Por fim, José Pio reconhece que estamos a viver tempos muito difíceis até porque “a pandemia fez-nos refletir sobre a nossa forma de estar na vida. De qualquer forma, a melhor mensagem que posso deixar aos habitantes de Gavião é que podem continuar a confiar numa equipa que iniciou funções a pensar no bem-estar das pessoas. Queremos continuar a governar para as pessoas e com as pessoas. Acreditamos que estão assim criadas as condições que permitem olhar o futuro com esperança, queremos ser uma imagem de rigor, transparência, proximidade e apostar na melhoria da qualidade de vida das nossas populações”. ✦

MUNICÍPIO DE TRANCOSO

UM CONCELHO DE EXCELÊNCIA E UMA REFERÊNCIA

Com uma aposta clara numa política de proximidade focada nas pessoas e na resolução dos seus problemas Amílcar Salvador, presidente da Câmara Municipal de Trancoso, está focado em fazer deste um concelho de excelência e uma referência na região e no País. Com inúmeros projetos em carteira, mas sempre com os pés bem assentes no chão, o autarca continua disponível para ouvir e servir a todos de igual forma, “procurando unir, congregar e respeitar todos os trancosenses, do mais novo ao mais velho, do mais rico ao mais pobre, construindo uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária. Vamos todos continuar a acreditar no futuro”.



► Em entrevista ao Empresas+®, Amílcar Salvador, presidente da Câmara Municipal de Trancoso, admite que, a atual pandemia condicionou, em muito, este segundo mandato. Perante aquele que foi o programa eleitoral apresentado aos trancosenses “tivemos que, naturalmente, reajustar as nossas atenções,

orçamento e meios financeiros que estavam alocados a algumas obras que iriam iniciar e que foram transferidos para o combate a esta pandemia e à mitigação das suas consequências. A Covid 18 mudou por completo as nossas vidas e trouxe dificuldades acrescidas às famílias, às empresas e às instituições. A Autarquia não podia ser insensível a esta nova realidade. Assim, tivemos que nos concentrar, por completo, nas pessoas e ajudar quem efetivamente precisava dessa ajuda”.

Contudo, e apesar de todas as vicissitudes, o autarca garante que, “através de um grande esforço”, o Município conseguiu concretizar nestes quatro anos todas as obras que estavam previstas e que estavam dependentes de financiamento comunitário, uma vez que “a pandemia não podia colocar em causa estes investimentos. Assim, muitas

obras já foram concluídas em 2020, como a Área de Acolhimento Empresarial, mais-valia enorme para o concelho de Trancoso”. De acordo com o presidente, esta nova zona industrial fica no lugar do Crujeiro e ocupa 4,5 hectares. O projeto resulta de um investimento de 845 mil euros, comparticipados em 710 mil euros pelo Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020. “Importa referir que, dos 15 lotes disponíveis, 12 foram já entregues, o que significa a criação direta de 25 novos postos de trabalho e o investimento de vários milhões de euros por parte dos privados, o que mostra que investir em Trancoso é uma decisão sustentada e de futuro”, completa.

Amílcar Salvador advoga que a Autarquia também avançou com a remodelação do Estádio Municipal - Dr. Fernando Lopes, no âmbito do Programa BEM – Beneficia-



Presidente Amílcar Salvador

ção de Equipamentos Municipais. Esta intervenção possibilitou dotar o espaço de melhores condições de comodidade e segurança, sendo que as obras incluíram a substituição da cobertura, revestimento com capoto na zona das bancadas/balneários, bem como a construção de uma pista de atletismo homologada pela Federação de Atletismo, pista de salto em altura, em comprimento e em vara. Esta obra teve o custo de quase 300 mil euros e foi comparticipada em mais de 179 mil euros.

O autarca sublinha que o Município requalificou ainda o posto de turismo local



Pista de atletismo - Estádio Municipal Dr. Fernando Lopes



Sardinhas doces de Trancoso

até porque “este é um espaço que desempenha um papel muito importante na promoção e divulgação turística do concelho e da região”. A requalificação deste espaço foi possível através de uma candidatura da Autarquia ao Programa de Ação da estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal 2020. O custo das obras ultrapassou os 53 mil euros.

O presidente também destaca o novo centro de recolha de animais que serve o Município e que, desta forma, dá resposta a uma carência existente, uma vez que o concelho usava o canil municipal da Mêda no âmbito de um protocolo de 2014, “resposta que já se revelava insuficiente para as necessidades locais”. As novas instalações ficam junto ao mercado do gado e o espaço resultou de um investimento da ordem dos 160 mil euros, comparticipados com 50 mil euros pelo programa BEM do Governo.

“Já o Centro de Inovação e Desenvolvimento Social, obra que resulta da requalificação das antigas escolas primárias do centro da cidade, irá dar resposta à população sénior da cidade uma vez que promove o envelhecimento ativo”, explica Amílcar Salvador. O equipamento funcionará como centro de dia – uma lacuna na cidade – e permitirá que os idosos passem o dia num espaço devidamente equipado a custos simbólicos. “Infelizmente, este equipamento ainda não foi aberto devido à pandemia, situação que será alterada logo que estejam reunidas todas as condições de segurança. Entretanto este espaço está a ser utilizado pela nossa força especial de Proteção Civil”, sublinha o autarca. A concretização do projeto representou um investimento de 200 mil euros.

O presidente realça ainda a nova Incubadora de Empresas – Espaço de Inovação e Acolhimento Empresarial, espaço que resulta da requalificação do antigo edifício do quartel da GNR e que será inaugurado brevemente. “Tendo em conta a sua presença e enquadramento no centro histórico, a reabilitação deste edifício vai contribuir para a promoção da imagem urbana do concelho e servir de incentivo para uma política mais vasta de desenvolvimento económico, social e de atração de pessoas ao centro histórico”. Amílcar Salvador explica que o Espaço de Inovação e Acolhimento Empresarial de Trancoso – Centro de Ideias e Negócios pretende apoiar o empreendedorismo, captar novos investimentos, incenti-



Estátua de Gonçalo Anes Bandarra - Paços do concelho

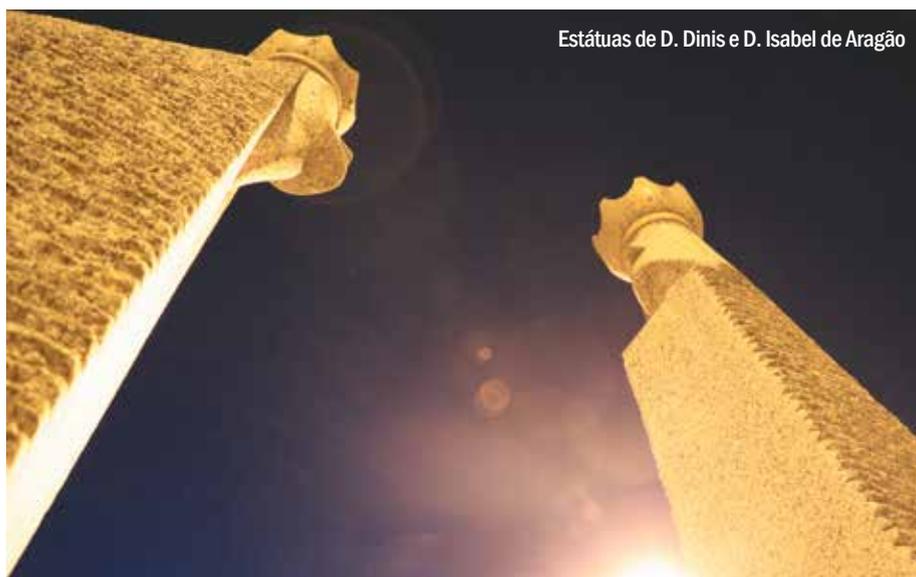
“O CENTRO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, OBRA QUE RESULTA DA REQUALIFICAÇÃO DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CENTRO DA CIDADE, IRÁ DAR RESPOSTA À POPULAÇÃO SÉNIOR DA CIDADE UMA VEZ QUE PROMOVE O ENVELHECIMENTO ATIVO”

var a criação de empresas, apoiar as empresas instaladas nas zonas industriais do concelho e prestar apoio a todo o tecido empresarial.

O rés do chão do edifício contempla uma sala de exposição e de degustação de produtos locais, uma cozinha empresarial – onde os produtos endógenos como a castanha, o azeite e o mel podem ser potenciados –, um miniauditório com 40 lugares e gabinetes de apoio ao agricultor e ao emigrante. O piso superior possui vários gabinetes para em-

preendedores locais, bem como salas de formação que servirão de apoio os alunos formados na Escola Profissional de Trancoso. O valor total da obra atinge os 550 mil euros.

Ainda durante este mandato, com verbas exclusivamente camarárias, a Autarquia também realizou a requalificação de algumas artérias importantes da cidade, como o troço urbano da EN226 “que estava bastante degradado”. A empreitada consistiu na colocação de um novo tapete entre a Rotunda da Batalha



Estátuas de D. Dinis e D. Isabel de Aragão



de Trancoso e a Lactovil, na melhoria da rede de águas pluviais, dos lancis e passeios. Foram ainda realizados arranjos urbanísticos junto aos dois postos de combustíveis, colocadas passadeiras e melhorada a sinalética. Os trabalhos custaram cerca de 500 mil euros.

“Para além de todas as obras, ao longo dos anos fomos ainda capazes de reduzir a dívida da Autarquia em 8.5 milhões de euros, mantendo sempre rigor nas contas municipais. Quando tomámos posse, pela primeira vez, em 2013, a situação económico-financeira da Autarquia era asfixiante, realidade alterada com uma gestão criteriosa e de rigor. Apesar da situação ainda não ser a ideal, o reequilíbrio financeiro foi conseguido e temos sido capazes de investir e melhorar a qualidade de vida de todos aqueles que escolheram o concelho de Trancoso como casa”, assegura o presidente.

ESCOLHER AS PESSOAS

Apesar de tudo, Amílcar Salvador reconhece que foi obrigado a fazer escolhas e que não pode avançar, por exemplo, com a remodelação dos Paços do concelho, projeto que ainda espera concretizar. “Tivemos que escolher as pessoas, a sua proteção, saúde e bem-estar. Implementámos, por isso, um elevado conjunto de medidas de apoio às famílias, empresas e instituições, por forma a mitigarmos as consequências desta pandemia. Entre as várias medidas colocadas no terreno, começo por destacar as isenções que conferimos tanto a empresas, como instituições e população, nomeadamente do pagamento de resíduos sólidos urbanos e das rendas comerciais, onde incluímos os feirantes do mercado semanal, o que significou um decréscimo acentuado nas receitas do Município”, sublinha.

Para além disso, num apoio direto às empresas, o Município implementou um



programa de apoio à economia local, com uma dotação financeira de 350 mil euros. “Já ajudámos mais de 120 empresas no concelho que, em 2020, obtiveram quebras de faturação iguais ou superiores a 15% relativamente ao ano transato, não discriminando o setor de atividade. O apoio monetário atribuído teve como referência o ordenado mínimo nacional [665 euros] e foi concedido em função do número de postos de trabalho das empresas, num valor máximo de 2.000 euros”.

A devolução de 5% da participação variável do IRS, a atribuição de apoios financeiros significativos às instituições particulares de solidariedade social e às associações de bombeiros voluntários, a aquisição de equipamento informático para alunos do Agrupamento de Escolas de Trancoso e da Escola Profissional foram outras das ações desenvolvidas pela Autarquia. “Distribuímos dezenas de computadores e acessos à Internet. Neste concelho nenhum aluno ficou prejudicado devido à falta de meios quando a escola passou para a modalidade do ensino à distância”, assegura o autarca que esclarece que o Município também distribuiu todo o tipo de equipamentos de proteção individual (EPI) “até porque nos mantivemos sempre muito atentos e vigilantes e fizemos sempre tudo aquilo que estava ao nosso alcance no sentido de conseguirmos controlar qualquer foco de infeção ou surto que aparecesse no concelho. A nossa vontade, determinação e firmeza em vencer esta crise e acreditar no futuro do concelho e do País mantêm-se e vão continuar durante quanto tempo por necessário”.

COM OS PÉS NO CHÃO RUMO AO FUTURO

“Só anda na política quem efetivamente gosta, uma vez que este é um cargo muito desgastante sobretudo quando levado

Requalificação da Estrada N.226



MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIES

“Uma mensagem de esperança e de confiança porque Trancoso tem todas as condições para continuar a crescer. Enquanto presidente continuo disponível para ouvir e servir a todos de igual forma, procurando unir, congregar e respeitar todos os trancosenses, do mais novo ao mais velho, do mais rico ao mais pobre, construindo uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária. Vamos todos continuar a acreditar no futuro”.

a sério e com verdade. Admito ainda que 12 anos sejam suficientes para fazer obra e para o autarca deixar uma marca no seu concelho. Contudo, isso é possível quando este chega a um município com uma situação económico-financeira controlada. Quando um autarca toma conta dos destinos de um município que se encontra numa situação complicada, é muito mais difícil implementar os projetos pensados e realizar as obras necessárias nos mesmos 12 anos”, reconhece Amílcar Salvador que acrescenta: “No nosso caso, ainda não conseguimos resolver a situação de uma parceria público-privada que foi firmada em 2008/2009 e que hipotecou por completo o futuro deste Município”.

Ainda assim, o presidente está confiante de que irá deixar uma marca de proximidade no concelho. “Estamos sempre disponíveis para resolver os problemas do dia a dia das pessoas. Orgulhamo-nos de ouvir as pessoas, uma vez que estamos aqui por elas e para elas. Existimos para as servir ainda que, muitas vezes, não façamos aquilo que queremos, apenas aquilo que podemos. Apesar disso, gostamos do trabalho que fazemos e gostamos de ajudar as pessoas. Os autarcas têm que se preocupar com o outro e têm que trabalhar em prol da melhoria das condições de vida das pessoas, num trabalho difícil e árduo que é realizado dia a dia. Já realizámos muitas obras, mas sabemos que nunca conseguimos fazer tudo aquilo que é necessário, até porque as prioridades e as necessidades mudam”.

Quanto ao futuro, de acordo com o autarca, no decorrer dos últimos anos prepararam-se vários “projetos que farão de Trancoso um concelho de excelência e uma referência no contexto regional e nacional como a promoção da necrópole de Moreira de Rei, a zona industrial de Vila Franca das Naves e a requalificação da ETAR, entre outros como o aproveitamento turístico da Barragem da Teja, nomeadamente através da construção de um parque de lazer naquele local. Queremos ainda continuar a apostar na requalificação das es-

colas quer no Agrupamento de Escolas de Trancoso, quer em Vila Franca das Naves, sendo que também não iremos esquecer a Escola Profissional de Trancoso que é, hoje, uma referência no concelho e na região. Atualmente, Trancoso recebe alunos de 26 concelhos diferentes, o que é notável”.

O presidente também não esquece o centro histórico “invejável com o castelo, as muralhas e o pelourinho, espaços que fazem parte da nossa identidade e da nossa história. É preciso dar continuidade a estes projetos, dar continuidade a políticas de verdade, isenção e rigor. Por fim, um dos projetos mais importantes: o Museu da Cidade, projeto âncora para este concelho. Este novo espaço de cultura vai ocupar o antigo Palácio Ducal - Solar dos Costas, Lopes e Tavares”, revela o autarca. Este projeto, elaborado pela Universidade da Beira Interior, significará um investimento de 2.7 milhões de euros.

“Ainda que projetos não nos falem, temos que ter os pés sempre muito bem assentes na terra, porque não basta falar de estratégia e visão. Não podemos cometer loucuras, até porque o caminho faz-se caminhando. Para isso teremos que continuar a manter esta gestão cuidadosa e criteriosa em prol do reequilíbrio financeiro”, conclui Amílcar Salvador. 

MUNICÍPIO DE PENELA

A VISÃO E O SONHO DE UM TERRITÓRIO

Depois de oito anos como presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Matias, optou por não se recandidatar nas próximas eleições autárquicas. O autarca encara o exercício de funções políticas como uma missão, pelo que considera “que não nos devemos perpetuar em cargos públicos até porque isso leva ao empobrecimento moral das instituições e prejudica a democracia. Quem assumir funções, no futuro, se tiver motivação, seriedade, deve continuar a visão e o sonho de um território que se quer afirmar mais competitivo, gerador de maior número de oportunidades, e atrativo para os que escolhem Penela para viver, trabalhar ou investir”.



► “Encaro o exercício de funções políticas como uma missão, pelo que considero que não nos devemos perpetuar em cargos públicos até porque isso leva ao empobrecimento moral das instituições e prejudica a democracia. Assim, defendo que não deve existir uma lei de limitação de mandatos para que percebamos que quem está em representação dos outros deve fazê-lo de forma transitória e sem qualquer outra agenda ou interesse enquanto cumpre essa missão. Ser presidente de uma autarquia não deve ser um meio ou uma oportunidade para qualquer outro desafio. No âmbito do cumprimento das diversas funções políticas, este é o cargo mais nobre que podemos desempenhar! Nas autarquias lidamos diariamente com as angústias e os problemas das pessoas, que devemos procurar resolver. Por outro lado, acredito que apenas com as autarquias e com a territorialização das políticas públicas podemos fazer a diferença na afirmação e no desenvolvimento dos territórios. Assim, entendo que um ciclo de oito

anos como presidente e quatro como vereador são suficientes, daí que tenha optado por não me recandidatar, cumprindo aquela que é a minha vontade, evitando a saída por um preceito legislativo”, confessa Luís Matias, presidente da Câmara Municipal de Penela, que completa: “A renovação dos quadros e das lideranças traz uma ambição renovada e uma perspectiva diferenciada. É por isso que considero que os cargos de representação pública devem ser exercidos em regime de exclusividade, de curta duração, mas de intensa atividade, daí que defenda a limitação de mandatos em todas as áreas em que exista um pressuposto de representação, incluindo todos os cargos de representação política mas também os representantes dos movimentos sindicais e corporativos, das associações profissionais ou das associa-

ções empresariais. A lei permitir-me-ia concorrer a um terceiro mandato, mas a consciência não. Eu conseguiria viver sem lei, mas não sem consciência! Na minha opinião existe espaço e necessidade para melhorarmos os mecanismos democráticos reforçando a confiança dos portugueses nas instituições democráticas, melhorando os mecanismos de representação política, alterando as regras do sistema eleitoral e responsabilizando os agentes políticos.

OITO ANOS REPLETOS DE DESAFIOS

Olhando para trás, o autarca é perentório: “É indiscutível que estes foram os oito anos mais difíceis na governação de qualquer autarquia. Os primeiros anos ficaram marcados por um período de enormes dificuldades e sacrifícios dos portugueses. A agenda política foi mar-



Luís Matias



cada pela asfixiante dívida pública, os défices, as cativações e um país que de bancarota em coma financeiro foi empurrando com a barriga a resolução dos problemas estruturais de organização do Estado, da Economia e da Sociedade. O programa da assistência financeira internacional condicionou a gestão do condómínio autárquico e obrigou as autarquias a reorganizarem-se e alterar o paradigma de gestão.

É evidente que as organizações tiveram as suas próprias dificuldades e as câmaras municipais também para se ajustarem a esta nova realidade. O País estava à beira da bancarota, o que criou dificuldades acrescidas ao desenvolvimento de um vasto conjunto de políticas de afirmação dos territórios”.

O presidente lembra que estes oito anos terminaram com a luta contra uma pandemia mundial que trouxe um conjunto de dificuldades e problemas que os municípios tiveram que enfrentar e aos quais tiveram que dar resposta. O autarca sublinha ainda que, entre estes dois momentos, o concelho de Penela ainda teve que enfrentar, em 2017, os grandes incêndios que fustigaram a zona Centro, “outro desafio que tivemos que enfrentar. Apesar disso, esta problemática tam-



bém demonstrou, inequivocamente, as vulnerabilidades que estes territórios do Interior e com baixa densidade apresentam, nomeadamente, grande vulnerabilidade do ponto de vista demográfico, social e económico. A catástrofe que se abateu sobre esta região chamou a atenção das entidades competentes para a emergência da necessidade de um plano para o desenvolvimento deste território e para a sua afirmação, ao mesmo tempo que potenciou a resolução de problemáticas estruturais que se tem vindo a agudizar ao longo dos últimos 40 ou 50 anos”. Inquieta-me que a coesão territorial não seja uma prioridade da Nação e de todos os portugueses. Esta só se alcançará se, e quando, formos capazes de consolidar os equilíbrios entre as várias regiões e, isso apenas será possível com uma mudança dos modelos de desenvolvimento, com o reforço e descentralização das competências e do poder de decisão, com uma estratégia de ordenamento territorial equilibrado, com políticas e medidas orientadas para a inclusão e não para a desigualdade. Apesar de todo o trabalho realizado, Luís Matias defende que, mesmo que um autarca estivesse 20 anos no cargo, se este chegasse ao último dia de missão e dissesse que implementou todos os projetos que gostaria, “isso significaria que teve pouca ambição. Assim, apesar de oito anos de trabalho desafiante, o concelho ainda tem muitas obras para realizar. Apesar disso, deixo a Autarquia com boas condições do ponto de vista económico e financeiro, assim como organizacional. Ao contrário do que acontece com os municípios desta dimensão, não estamos submersos nas despesas correntes e temos um equilíbrio orçamental que nos permite gerar poupança e o consequente investimento. Esta é uma Autarquia com uma visão, uma agenda e um plano estratégico definido para a próxi-



ma década. Infelizmente, o País tem sido muito prejudicado pela política da terra queimada, ou seja, daqueles que consideram que antes deles nada foi bem feito e que, depois deles, tudo será pior. Não tenho esta visão e até a considero dificilmente compreensível. Quem assume funções públicas deve ter a preocupação de criar condições para os que lhe sucedam tenham melhores condições que as encontradas! Em Penela o futuro está salvaguardado com uma visão, uma estratégia e uma carteira de projectos transformadores para a próxima década!

MUNICÍPIO DE FUTURO

O autarca assevera que uma pandemia altera, indubitavelmente, qualquer compromisso eleitoral, “na medida em que a prioridade da governação passa a estar centrada na defesa das pessoas, do seu bem-estar e segurança, e em políticas de saúde pública. A partir desse momento, não se trata apenas de uma questão de alocar os recursos financeiros necessários para combater a pandemia, mas pela alteração das prioridades ao nível das políticas públicas”.

Apesar de todas as vicissitudes, o presidente lembra que, como a Autarquia tinha realizado um planeamento cuidado e atento todos os investimentos projetados foram já concluídos ou estão contratualizados. Luís Matias lembra que, em alguns casos, os investimentos só não estão mais adiantados porque se registam “atrasos injustificados” nos diversos programas operacionais na aprovação das candidaturas que são submetidas, assim como na execução do quadro comunitário. “Isto acontece porque os órgãos decisórios demoram mais tempo do que

aquele que seria desejado. Não podemos estar dois anos à espera da aprovação de uma candidatura quando temos apenas um mês para elaborar o projeto e submetê-lo. Além de termos que aguardar pela aprovação, temos todo o processo administrativo e jurídico até que as obras possam ser lançadas. Por exemplo, as verbas para dois dos mais importantes projetos deste mandato chegaram recentemente. Uma dessas obras é a reabilitação e requalificação das piscinas municipais de Penela e significa um investimento de 700 mil euros. A outra está ligada à mobilidade urbana e ao estacionamento na vila e representa um investimento orçado em quase dois milhões de euros”, completa o autarca.

O presidente lembra que, apesar de todos estes constrangimentos, o Município não só executou todas as obras previstas, como está a aguardar a atribuição de verbas adicionais do *overbooking*, ou seja, “Neste momento, o Município tem já uma série de projetos prontos para submissão, até porque dispomos dessa disponibilidade do ponto de vista financeiro”.

O COMBATE À PANDEMIA

No que concerne aos apoios que a Autarquia atribuiu a empresas, instituições e famílias, Luís Matias destaca a distribuição de kits de proteção pelo comércio e serviços, com o objetivo de proteger todos os cidadãos, lojistas e clientes, iniciativa levada a cabo em parceria com o NEP – Núcleo Empresarial de Penela. Neste âmbito foram entregues diversos equipamentos de proteção individual (EPI) como viseiras, máscaras, fatos descartáveis e guias de normas a adaptar

em cada setor. Para além disso, o Município associou-se ao projeto de solidariedade WeSew - Costuramos para proteger, em parceria com a ihCare - Innovation Hospital Care e a Penelarte e distribuiu máscaras, viseiras e cogulas pelas diversas instituições de Penela, “uma vez que estes profissionais, pela natureza das suas funções, estavam mais expostos aos riscos de propagação do novo coronavírus”. A produção destes materiais resultou de uma parceria que envolveu dezenas de voluntários que, de forma totalmente gratuita, se ofereceram para produzir EPI. A iniciativa contou com a oferta de material doado por diversas empresas do concelho e o Município assegurou os custos da matéria-prima e apoio logístico. “Tivemos sempre uma postura muito proactiva e preventiva por isso apostámos ainda na realização de testes para rastreio, sobretudo junto dos profissionais de todas as estruturas residenciais para idosos e forças de proteção civil do concelho”, refere Luís Matias.

Quando o País entrou na fase de mitigação da doença, o Município, em parceria com a CerciPenela, avançou com a desinfeção do espaço público, dando particular atenção às zonas com maior concentração de pessoas e zonas próximas de locais que apresentavam maior vulnerabilidade (IPSS, centro saúde, entre outros). De acordo com o presidente, numa ajuda direta às famílias e às empresas, a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior reduziu a fatura do consumo de água aos consumidores domésticos e não-domésticos, ao mesmo tempo que flexibilizou o pagamento das faturas e suspendeu o corte de água. Assim, o tarifário social foi aplicado a todos os consumidores domésticos, enquanto os não-domésticos, nomeadamente o comércio, serviços e indústria, viram a sua fatura reduzida em 80%.

“Para além disso, como a Covid-19 trouxe uma grande mudança na rotina das nossas crianças, com o encerramento das escolas, implementámos, numa primeira fase, o projeto «Isolad@s mas próxim@s», iniciativa da equipa multidisciplinar da Autarquia, que apresentou orientações e desafios destinados às crianças e jovens do agrupamento de escolas que estavam em casa, no sentido de os alegrar/distrair no seu dia a dia”, explica o autarca. Paralelamente, não querendo privar os leitores do prazer de ler, segundo o presidente, a Biblioteca Municipal de Penela criou no-

vas regras para o empréstimo domiciliário, permitindo agora o empréstimo de seis livros pelo prazo de 30 dias.

“Como o confinamento e encerramento temporário da atividade económica aumentou substancialmente o risco de pobreza, precariedade e endividamento”, o Município lançou um segundo Fundo Municipal de Emergência, com o objetivo de apoiar famílias, empresas e associações, “minimizando o impacto da crise económica provocada”. Neste âmbito, a Autarquia apoiou diversas famílias, através de um subsídio não reembolsável, permitindo aos agregados familiares fazer face a pagamentos de necessidades básicas, como rendas habitacionais, medicação, água, eletricidade, entre outros. No caso das empresas situadas no concelho que se viram forçadas a encerrar ou a suspender a atividade em virtude da declaração do estado de emergência e que, por isso, sofreram uma redução no volume de faturação, Luís Matias esclarece que puderam recorrer a um apoio financeiro único entre os mil e os mil e qui-

nhentos euros, sendo que as associações também foram abrangidas por este apoio.

“O que quisemos foi garantir a manutenção do emprego e valorizar a atividade das empresas do Município. Esta medida não pretendeu substituir as medidas lançadas pela Segurança Social e pelo Governo Central, contudo sabemos que muito micro e pequenos empresários têm grandes dificuldades em reunir as condições para concorrer a estes apoios, pelo que nos sentimos compelidos a ajudá-los”. Entre março e maio do ano passado, a Autarquia decretou ainda a isenção do pagamento das rendas para todos os espaços concessionados pelo Município, incluindo os espaços das incubadoras.

“Só iremos perceber a verdadeira dimensão económica desta pandemia quando as medidas de apoio terminarem, assim como as moratórias. As empresas poderão perceber nessa altura que o regresso à normalidade e à dinâmica que tinham pode não ser necessária para manter sustentáveis alguns projetos”, assegura o presidente.

“NÃO HÁ TERRITÓRIOS CONDENADOS AO FRACASSO”

“Penela quer continuar a ser um dos municípios do País com um maior índice de investimento per capita, no que concerne ao investimento público. Quer continuar a ser um dos concelhos que melhor aproveitamento faz dos diferentes quadros comunitários e que mais tem evoluído nos indicadores socioeconómicos. Quer continuar a ser um concelho que contribui para o desenvolvimento do País. Não há territórios condenados ao fracasso. Aquilo que somos e que alcançamos deve-se ao trabalho de muitos e ao esforço de toda uma comunidade. Penela tem procurado afirmar-se no contexto nacional e regional como um território inovador, criativo e gerador de oportunidades. É agora importante que o País também olhe para a especificidade de alguns territórios. No nosso caso precisamos de ter um conjunto de políticas públicas orientadas para aquelas que são as oportunidades e o potencial deste terri-



tório. Uma política de proximidade também se faz com maior autonomia e independência e com uma grande territorialização das políticas públicas, mais-valia que tem faltado ao País no decurso dos últimos anos. Temos ainda que combater a problemática da demografia, na medida em que não há território sem pessoas. Assim, urge a tomada de medidas que impeçam ou atenuem o despovoamento”, conclui o presidente.

PRAIA DO PEDRÓGÃO LEIRIA

VERÃO QUE VALE A PENA

Venha visitar-nos com toda a segurança

 [visitpraiapedrogao](https://www.facebook.com/visitpraiapedrogao)



MUNICÍPIO DE ARRONCHES

CONCELHO QUE VALE A PENA DESCOBRIR

O Município de Arronches, localizado no distrito de Portalegre, na região do Alentejo, é um concelho com um passado riquíssimo, um presente de luta e perseverança e um futuro promissor. Esta é uma terra de planícies, de serras de encantar e do sol dourado, onde a agricultura é história e onde, em cada recanto e reentrância podemos encontrar uma história por contar, uma viagem onde vale a pena embarcar. Assim, parta connosco nesta viagem por este concelho e deixe-se encantar pela história das pinturas rupestres, pela solenidade da Igreja Matriz, a imponência da Fonte Vassalo, a história do Museu de (A) Brincar, a beleza do Açude dos Mosteiros e a tranquilidade da zona ribeirinha. Perca-se pela Rua do Arco e experimente a gastronomia de excelência que Arronches tem.



duas - Esperança e Mosteiros, integram a área protegida pelo Parque Natural da Serra de São Mamede, num Alentejo onde a planura seca dá lugar a surpreendentes serrados e verdejantes vales por onde deslizam exuberantes ribeiras. Um verdadeiro oásis a Sul. A terceira freguesia é Assunção. No total, o Município tem uma área de 314,8 km².

Dizem que deve ter sido uma antiga povoação romana edificada junto à ribeira de Caia, fundada no tempo de Caio Calígula, no ano I da era de Cristã. Arronches foi conquistada, em 1166, aos mouros, por D. Afonso Henriques que a perdeu, tendo sido reconquistada por D. Sancho II, em 1235. Tornou depois a cair em poder dos mouros, sendo reconquistada

► Situado no alto Alentejo, o concelho raiano de Arronches integra o distrito de Portalegre, em pleno Alentejo. Das três freguesias pertencentes ao concelho,





Museu de (A) Brincar



Museu de (A) Brincar



Museu de (A) Brincar



Açude de Mosteiros



Açude de Mosteiros



Zona Ribeirinha

CURIOSIDADE

Arronches é vulgarmente conhecida como "Terra dos Porcos" porque, segundo a lenda, as pessoas, de manhã, abriam as pocilgas para que os seus porcos fossem para o campo. Ao entardecer, os animais regressavam para comerem e dormirem. Não havendo família que não tivesse pelo menos o seu reco, para sustento da casa, já que dele tudo se aproveita, facilmente se percebe porque é que a vila, ainda hoje, é assim conhecida!

definitivamente em 1242, por D. Paio Peres Correia. Hoje, esta bonita vila Alentejana, sede de município, situada bem próxima da fronteira com Espanha, caracteriza-se pelo seu alvo casario alegrado por faixas coloridas que rodeiam rodapés, janelas e portas.

Banhada pelo rio Caia, a água desempenha um papel fundamental na região, sobretudo na agricultura, setor com maior expressividade no concelho. As principais culturas são os cereais para grão, os prados temporários e as culturas for-

rageiras, as culturas industriais, o pousio, o olival, os prados e as pastagens permanentes. Na pecuária, criam-se aves, ovinos e bovinos.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, classificada como Monumento Nacional, construção do século XVI que veio substituir um antigo templo gótico datado de 1236, é um dos principais monumentos da Vila e fica situada em frente do bonito edifício dos Paços do concelho (século XVI). Destaque ainda para a Igreja da Misericórdia (século

XVI), o Convento e Igreja de Nossa Senhora da Luz do século XVI. Também merece uma paragem obrigatória a Fonte Vassalo, datada do séc. XVIII e que fica nos subúrbios da vila. É ladeada por dois painéis de azulejos representando atividades agrícolas e de lazer e por cima tem o escudo de Portugal. É representativa do gosto clássico da época. Merece ainda uma paragem obrigatória o Museu de (A) Brincar, onde miúdos e graúdos se divertem com brinquedos deste e de outro tempo e onde o brincar é levado muito a sério.

Numa gastronomia tipicamente alentejana destacam-se os enchidos, as sopas de tomate e cação, as açordas, as migas de batata com entrecosto, ensopado de borrego, presinha do alguidar, entre outras iguarias sobejamente apreciadas e que fazem as delícias de todos aqueles que anualmente visitam o concelho. Já no artesanato salientam-se os trabalhos de cortiça e madeira, os objetos trabalhados em chifre, as cadeiras típicas em madeira e bunho, as albardas e arreios de cabedal e os bordados tradicionais do Alentejo. ✚



Pinturas Rupestres



Pinturas Rupestres

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

CONCELHO ONDE O DESEMPREGO NÃO EXISTE

Silvério Regalado cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Vagos. O autarca admite que estes foram oito anos de trabalho árduo, mas altamente compensadores até porque, hoje em dia, em Vagos, o desemprego é praticamente inexistente. Com uma aposta clara no crescimento económico do concelho, o edil está confiante de que o futuro será ainda mais promissor.



► Silvério Regalado, presidente da Câmara Municipal de Vagos, assegura que o atual mandato não foi condicionado apenas pela Covid-19 e lembra que os constrangimentos começaram com os incêndios em 2017 que condicionaram, desde logo, a ação do Executivo, “não só pela tragédia ocorrida, mas também porque estivemos com uma equipa a trabalhar nesta calamidade durante cerca de um ano. Tivemos que realizar inúmeras candidaturas, no sentido de recuperarmos aquilo que o fogo consumiu. Tomámos posse poucos dias depois do ocorrido e tivemos que nos adaptar a uma nova realidade”.

O autarca também não esquece as várias intempéries que afligiram o nosso País e que afetaram o concelho, “ainda que numa menor escala”. Por fim, desde março do ano passado, “tal como todos os portugueses, os vaguenses têm aprendido a conviver com esta nova realidade. Perante este cenário, claro que as nossas prioridades mudaram e qualquer mandato autárquico foi condicionado por uma adversidade como esta”. Contudo, apesar das contrariedades, o edil assegura que não gosta de olhar muito para os problemas e que prefere concentrar-se nas soluções. “Foi assim que conseguimos prosseguir com a estratégia que tínhamos delineado para o

Município, estratégia essa que nos acompanha desde 2013, ano em que fomos eleitos pela primeira vez”.

UM DESAFIO CHAMADO COVID

Silvério Regalado esclarece que, desde o primeiro momento, a primeira preocupação da Autarquia foi apoiar as instituições que apoiam diretamente os municípios, nomeadamente os Bombeiros, a GNR local, o centro de saúde e todas as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) que existem e desenvolvem a sua atividade no concelho e que “foram fundamentais nesta luta. Este foi um esforço conjunto de todos os intervenientes e as decisões foram tomadas em equipa, ouvindo os vários parceiros, até porque as suas sensibilidades eram diferentes. Nunca tivemos a preocupação de saber quanto é que determinada medida nos iria custar. O mais importante era ajudar as pessoas a combater este vírus, assegurando a sua saúde e o seu bem-estar e foi isso que fizemos. No fundo, realizámos aquela que era a nossa obrigação e cumprimos a missão que nos foi confiada aquando da nossa eleição”.

O autarca revela que o esforço do Município foi reconhecido, na medida em que, recentemente, venceu o Prémio Autarquia do Ano, na categoria de “Economia”, subcategoria “Medidas COVID 19”, com o Programa de Revitalização da Economia Local “Vagos +Comércio”. Esta foi a segunda edição deste prémio promovido pela Lisbon Awards Group & ECO que tem como principal objetivo realçar as boas e inovadoras práticas que se fazem pelas freguesias e câmaras municipais



Silvério Regalado

“NÃO PODEMOS ESQUECER A CAMPANHA DE VOUCHERS REALIZADA, ONDE MOTIVAMOS OS CIDADÃOS A COMPRAR NO COMÉRCIO TRADICIONAL, CONTRIBUINDO, DE FORMA EFETIVA, PARA O AUMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DOS COMERCIANTES ADERENTES”

do País. A iniciativa contou com um total de 50 municípios inscritos.

O edil explica que este programa nasceu da necessidade de apoiar e dinamizar a economia local durante a pandemia. “Este programa contemplava diversas vertentes. Desde a motivação para adquirir o que é localmente produzido com o projeto «Compre (n) o que é nosso, Vagos somos todos nós», até à implementação da plataforma digital «Vagos +Comércio», destinada a produtores e comerciantes que, desta forma, puderam criar potenciais oportunidades de negócio. Também, não podemos esquecer a campanha de vouchers realizada, onde motivamos os cidadãos a comprar no comércio tradicional, contribuindo, de forma efetiva, para o aumento do volume de negócios dos comerciantes aderentes”.

No que concerne à campanha de vacinação atualmente em vigor, Silvério Regalado é perentório: “Graças à competência dos nossos serviços de saúde e ao apoio da Autarquia, a ação decorre de forma muito positiva, estamos apenas dependentes do número de vacinas disponíveis”. O edil revela que, neste âmbito, a Autarquia disponibilizou funcionários para a realização de contactos, “sendo a este nível fundamental a ação dos nossos presidentes de junta que, melhor do que ninguém, conhecem os seus fregueses e facilmente os conseguem localizar quando não o conseguimos fazer de forma tradicional”. O Município disponibilizou ainda assistentes operacionais que acompanham os vaguenses no processo de vacinação, para além de todos os equipamentos de proteção individual necessários para este efeito.

A APOSTA NO CRESCIMENTO ECONÓMICO

O edil revela que a principal aposta do Executivo passa pela promoção do crescimento económico do concelho, usando-o como alavanca para o desenvolvimento de setores como a cultura, o desporto, a saúde, a educação e a área social, entre outros. “Durante muito tempo, Vagos foi o concelho mais pobre do distrito de Aveiro e nós quisemos mudar esse fado. Assim, continuamos a trabalhar no crescimento das nossas áreas industriais, atraindo novo investimento, ajudando as empresas a criarem novos postos de trabalho. Já avançámos com a requalificação da Zona Industrial de Vagos, obra adjudicada por um valor superior a um milhão de euros. A empreitada destina-se à melhoria de acessos e outras infraestruturas. Para além disso, aumentamos o Parque Empresarial de Soza, obra orçada em 2,1 milhões de euros”.

De acordo com o autarca, o Município também está a terminar a infraestruturização de 35 hectares de terreno para a instalação de novas empresas, sendo que algumas já avançaram com esse processo, apesar da obra ainda não estar concluída. Para além disso, “como sabemos da importância das acessibilidades para qualquer empresa, também realizamos investimentos nesta área, nomeadamente, através da construção de um novo eixo rodoviário, com cerca de nove quilómetros de extensão, que irá servir uma das nossas novas zonas industriais, neste caso o da Ponte de Vagos, e à zona sul do concelho, até porque estamos a criar dois novos espaços em Covão do Lobo e em Santa Catarina, especialmente vocacionados para pequenos estabelecimentos e indústrias”. O edil revela ainda que a Autarquia também está na fase de aquisição de terrenos para a construção da ligação da Zona Industrial de Vagos à A17, “obra muito importante para o desenvolvimento da competitividade das nossas empresas e que deverá ser levada a cabo independentemente do autarca que vença as próximas eleições”, completa.

Silvério Regalado assevera que, em resultado de todo o esforço pelo Executivo, neste momento, o concelho de Vagos está próximo de atingir o pleno emprego, “apesar de todos os constrangimentos sentidos por muitas empresas em virtude da atual pandemia. A verdade



de é que, apesar de todas as contrariedades, as empresas continuam com uma dinâmica muito forte, a crescer e a recrutar mais colaboradores, ainda que se queixem de que já começa a ser um problema encontrar mão de obra disponível em número suficiente para fazer face às suas necessidades”.

Questionado sobre as restantes obras a decorrer no concelho, o autarca explica que existem dois tipos de investimento públicos passíveis de serem realizados: por um lado os que resultam de fundos da Autarquia e comparticipados por fundos comunitários e, por outro, aqueles que são realizados em parceria com entidades como as Águas da Região de Aveiro (AdRA) ou o Polis Litoral da Ria de Aveiro. “No que concerne aos primeiros, estes sofreram grandes atrasos em virtude de toda esta situação de pandemia, neste que é já o quadro comunitário que regista o maior atraso desde que a medida existe. A verdade é

que se as equipas estão concentradas na realização de outras tarefas mais prementes não conseguem realizar aquelas nas quais deveriam estar concentradas”. Apesar desse facto, o edil decidiu avançar com uma das obras ex-libris do seu mandato: a requalificação e ampliação do Palacete Visconde de Valdemouro, antigos Paços do concelho, obra com um valor base de 4,5 milhões de euros. De acordo com o autarca, o grande objetivo da empreitada é tornar o Palacete num espaço cultural “único e de referência no concelho, ao mesmo tempo que é preservado o património edificado”.

No que concerne ao segundo tipo de investimentos, Silvério Regalado advoga que decorrem importantes projetos no concelho, sobretudo na área ambiental e explica que, com a AdRA, a Autarquia está a realizar melhorias na rede de saneamento, enquanto que, com a Polis Litoral da Ria de Aveiro o Município está



a trabalhar em setores como a proteção costeira, a dragagem no Canal de Mira e do Rio Boco, obras que estão em execução e que “são de suma importância para o concelho e para o seu equilíbrio ambiental”. O autarca garante que o Executivo detém ainda outros projetos previstos, nomeadamente para a área turística, como a requalificação da Marina da Praia da Vagueira e a construção de diversas ciclovias, área para a qual já tem aprovado financiamento no valor de dois milhões de euros.

AMAR A TERRA

Silvério Regalado considera que os próximos quatro anos serão muito importantes para o concelho porque serão de preparação para o novo quadro comunitário de apoio, “numa ótica de potenciação do dinamismo económico e de criação de riqueza. O concelho de Vagos não pode estar dependente dos valores provenientes do Orçamento de Estado. Temos que ser engenhosos, até porque os fundos comunitários têm regras apertadas e o concelho ainda apresenta necessidades ao nível de equipamentos e serviços básicos, como o saneamento que ainda não cobre 60 por cento do território. A rede viária também precisa de várias intervenções. Somos um dos maiores concelhos do Litoral do País, pelo que temos que ser criativos e muito objetivos e aproveitar todas as oportunidades que possam surgir”.

Olhando para trás, o edil garante que, o crescimento de um concelho não é possível apenas com a vontade e o trabalho de um autarca. “O desenvolvimento de um concelho deve ser um esforço conjunto do Executivo, de todos os munícipes, empresas e instituições concelhias. Todos devem estar envolvidos, contribuir e trabalhar em prol do bem comum. Além disso, hoje em dia, só é autarca quem ama a sua terra e quer trabalhar em prol do seu desenvolvimento. Desengane-se quem pensa que temos ADSE, acesso à reforma antecipada ou a outro tipo de benefícios fiscais, uma vez que isso não acontece. Realizamos os descontos como qualquer outro trabalhador”, conclui. 

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

“A NOSSA PRIORIDADE SÃO AS PESSOAS”

No Município de Vila de Conde a prioridade são as pessoas.

Quem o garante é Elisa Ferraz, presidente da Câmara Municipal de Vila de Conde que cumpre o segundo mandato à frente dos destinos do concelho. A Autarca garante que a aposta em ações que potenciem o bem-estar da população continuará a ser a prioridade no futuro, e áreas como a ação social, a educação, a habitação, a melhoria da rede viária concelhia e o ambiente, merecerão sempre máxima dedicação e esforço por parte da Autarquia.



Elisa Ferraz



► Elisa Ferraz, presidente da Câmara Municipal de Vila de Conde, recorda que quando tomou posse como presidente da Autarquia, em 2013, conhecia a dimensão da enorme responsabilidade do cargo que ia desempenhar. A autarca refere que um dos grandes desafios do seu primeiro mandato foi, sem dúvida, todo o trabalho de definição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do concelho, mecanismo que avançou nessa altura “e que exigiu a toda a equipa um esforço e trabalho redobrados. Definir grandes prioridades de investimento e garantir a sua aplicação em todo o concelho é, para qualquer autarca, sinónimo de grande estímulo e incentivo. A par com esta missão, cumprida com sucesso, dedicámo-nos às questões vitais para a potenciação da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento concelhio”. A autarca assevera que a transição para o segundo mandato foi mais calma por-

que, por um lado detinha a experiência da função, e por outro, havia um forte objetivo de desenvolver um trabalho de continuidade. “Também no papel e na responsabilidade que um presidente de câmara tem, a experiência se revela como uma enorme mais-valia, a par com a consciência da importância do trabalho a desenvolver e da determinação de cumprir os objetivos definidos”. Assim, e apesar de todas as vicissitudes sentidas ao longo deste mandato, nomeadamente a atual pandemia, Elisa Ferraz assegura que o Município conseguiu, genericamente, operacionalizar todos os projetos que tinha definidos, nomeadamente aqueles que tinham participação de fundos europeus. “Para além de todas as ações desenvolvidas no âmbito da pandemia, procedemos, por exemplo, à reabilitação dos grandes largos centrais das freguesias. Realizámos também inúmeras intervenções nas nossas escolas e operacionalizámos a retirada do amianto dos edifícios escolares, uma vez que apostamos num ensino de qualidade no concelho. Para além disso, devo destacar as intervenções ao nível da rede viária e da melhoria da mobilidade no concelho, nomeadamente do ponto de vista das acessibilidades pedonais, onde a Autarquia realizou diversos investimentos. “A este nível temos, em fase de abertura de concurso, a empreitada de construção da ponte pedonal sobre o Rio Ave, que possibilitará o percurso em modo suave de toda a faixa litoral do concelho”.

PROGRAMA “ESTAMOS AQUI”: COM UM INVESTIMENTO DE CERCA DE UM MILHÃO E MEIO DE EUROS

Questionada sobre o peso que a atual pandemia teve neste segundo mandato, a autarca advoga que esta foi uma calamidade que ninguém sabia como enfrentar. “Independentemente da imprevisibilidade, tivemos a consciência que tínhamos que ser céleres nas decisões e na tomada de posição para enfrentar o desconhecido, perante o qual dissemos presente!”, assegura Elisa Ferraz. Para realizar esse combate, o Município criou o programa “Estamos Aqui”, que representa um elevado investimento por parte da Autarquia que, ascendendo já a cerca de 1,5 M€, tem como principal objetivo a disponibilização de todo o género de apoios aos vilacandenses: desde a atribuição de apoio financeiro, à prestação de serviços a nível psicológico, à disponibilização de bens essenciais, alimentares e de saúde, para além da criação de uma plataforma específica de uma rede de voluntários no concelho. “Esta é uma resposta abrangente nas mais variadas áreas, como setor social e apoio direto a IPSS, educação, saúde, articulação e apoio às juntas de freguesia, entre outros. De-

mos respostas pela positiva às necessidades que a população e as instituições do concelho sentiam e os munícipes reconhecem que estivemos e estamos presentes e sempre disponíveis para os ajudar quando mais necessitam”. Entre as várias medidas adotadas no âmbito deste programa, Elisa Ferraz destaca o aumento do valor do fundo de emergência social; a distribuição de refeições e cabazes por todo o concelho, com a constituição de um banco de retaguarda para reforço das respostas sociais, numa articulação direta com os parceiros da rede social: IPSS’s e Conferências Vicentinas; a disponibilização de apoio, através da Loja Social, de equipamentos, mobiliário, têxtil-lar, vestuário e calçado; o apoio no consumo de água e medicamentos gratuitos, para doenças crónicas; a redução de 50% no pagamento da renda para todos os espaços comerciais propriedade do Município e isenção do pagamento de todas as taxas de ocupação de feiras, mercados e esplanadas; o fornecimento de cem mil embalagens de take-away aos restaurantes locais; e a afetação de verbas do Orçamento Municipal para fazer face a medidas de âmbito social com as famílias, Juntas e Uniões de Freguesias e IPSS pa-

ra a aquisição de bens, equipamentos e serviços relacionados com a situação pandémica, entre outras. “Ao invés de comprarmos os equipamentos de proteção individual e fazermos a sua distribuição por todo o concelho, contamos com a colaboração das juntas de freguesia, às quais, para o efeito, foi concedido um subsídio extraordinário. Melhor do que ninguém, as juntas conhecem a população e as suas reais necessidades, estando habilitadas, devido à proximidade, a darem uma resposta muito mais profícua e efetiva”, explica a autarca que sublinha ainda todo o apoio que o Município prestou à comunidade piscatória “tão importante em Vila do Conde e que teve que ser devidamente ajudada num período difícil como este”.

Por fim, e mais recentemente, Elisa Ferraz assevera que a Autarquia criou um centro de vacinação de referência com capacidade instalada para vacinar 840 pessoas por dia. “O processo está a decorrer de forma muito positiva, mas estamos sempre dependentes do número disponível de vacinas. Acredito que to-

“A NOSSA PRIORIDADE SÃO E SERÃO SEMPRE AS PESSOAS, PELO QUE AS AÇÕES QUE CONTEMPLAM O SEU BEM-ESTAR SERÃO PRIORITÁRIAS. FOI ASSIM QUANDO TOMEI POSSE PELA PRIMEIRA VEZ EM 2013 E CONTINUA A SER ASSIM AGORA”

dos gostaríamos que a campanha estivesse a decorrer de forma ainda mais célere, contudo, têm sido os números possíveis”, lamenta a autarca. Nesta resposta, a logística e todos os recursos humanos de acolhimento, encaminhamento e atendimento no recobro também são responsabilidade da autarquia. De res-

salvar ainda que, numa parceria estabelecida com os taxistas locais, o Município garante ainda o transporte de todos aqueles que não têm meios para o fazer. Apesar de reconhecer que os valores da pandemia estão controlados, a presidente garante: “Temos de continuar a minimizar os problemas sociais da nossa comunidade, redobrando a atenção às consequências desta nova realidade”.

FUTURO

Quanto ao futuro, Elisa Ferraz é perentória: “A nossa prioridade são e serão sempre as pessoas, pelo que as ações que contemplam o seu bem-estar serão prioritárias. Foi assim quando tomei posse pela primeira vez em 2013 e continua a ser assim agora. Perante este facto, os setores da ação social, educação, habitação, onde estamos a trabalhar na definição do Plano Estratégico, e melhoria das redes viárias que impactam no quotidiano dos munícipes serão uma aposta nossa. Neste contexto, estamos a trabalhar no *masterplan* da rede viária, sendo que estão já a ser inter-

vencionados dois troços de um total de doze, onde pretendemos realizar obras. Este projeto fará com que a rede municipal viária apresente melhorias significativas em Vila do Conde”. A autarca acrescenta que também pretenderá continuar a trabalhar em estreita colaboração com todas as juntas de freguesia, “parceiros fundamentais em todo o trabalho que desenvolvemos”.

Por fim, a presidente não esquece o ambiente. “Cada vez mais sentimos a pressão para que a preservação da natureza e salvaguarda ambiental, a reciclagem e a economia circular sejam uma prática comum e uma realidade para todos. Assim, espero que, em conjunto com todos os munícipes possamos construir um concelho onde viver seja uma experiência, cada vez mais agradável e de excelência máxima. Preocupamo-nos com o ambiente, com o bem-estar das pessoas e com as respostas de cariz social e de educação a que todos devem ter direito. É essa resposta de qualidade que desejamos implementar no nosso concelho”, conclui. 



Sentir o pulsar de uma cidade tranquila, sem pressas. Encantar-se com as rendas de bilros e a doçaria conventual. Conhecer os museus, ler José Régio. Ouvir testemunhos das gentes que aprenderam a viver entre a terra e o mar. Percorrer a cidade é encontrar casas baixas, ruas estreitas e calçadas de pedra e deparar-se com a monumentalidade do Mosteiro de Santa Clara e do seu Aqueduto, que definem a silhueta do antigo burgo.

Visite Vila do Conde
“O lugar onde o coração se esconde”

www.cm-viladoconde.pt
facebook.com/cm.viladoconde



MUNICÍPIO DE ALENQUER

GOVERNAÇÃO DE PROXIMIDADE, SEMPRE JUNTO DAS PESSOAS

Desde que tomou posse pela primeira vez como presidente da Câmara de Alenquer, em 2013, Pedro Folgado, apostou, desde logo, numa governação de proximidade, sempre junto das pessoas. Num segundo mandato marcado pela atual pandemia, esta postura foi de vital importância para o sucesso deste combate até porque “o dinheiro era o menos importante. O mais importante era a proteção das pessoas até porque ainda não conhecíamos este vírus. Não me arrependo da escolha que fiz e defenderei sempre essa escolha: as pessoas, o seu bem-estar e segurança está sempre, mas sempre, em primeiro lugar”.



► “A atual situação pandémica alterou muito aqueles que eram os nossos planos quando tomámos posse em 2017, uma vez que a estratégia que tínhamos delineado para estes quatro anos resumiu-se a dois, uma vez que o restante tempo foi passado no combate à Covid-19. Quisemos, desde logo, ajudar as pessoas a ultrapassarem aquelas que eram as suas dificuldades, muita delas potenciadas por esta nova realidade”, assevera Pedro Folgado, presidente da Câmara Municipal de Alenquer. Assim, por um lado, o Município apoiou as famílias fazendo-lhes chegar os elementos necessários à sua sobrevivência, “até porque a situação de muitas famílias foi-se agravando ao longo do tempo, devido à perda de rendimentos, em resultado de situações de lay-off ou, até mesmo, de despedimentos. Cada vez mais, as pessoas tinham necessidade de serem ajudadas”. Por outro, a Autarquia apoiou o comércio e todas as empresas do concelho que também atravessaram períodos complicados, “pelo que a nossa ajuda foi importante. Quando a pandemia

chegou cancelámos todos os eventos culturais, desportivos e outros, e concentramo-nos nas pessoas na sua segurança e no seu bem-estar. As verbas previstas para estas iniciativas foram aplicadas neste combate”.

O autarca refere que a pandemia também fez com que várias empreitadas que estavam previstas deixassem de acontecer, uma vez que as empresas não tinham mão de obra disponível para a sua realização. “Lançámos concursos que ficaram desertos, o que também não ajudou. No fundo, a pandemia provocou uma espécie de suspensão do tempo, daí que não tenhamos realizado obras e projetos que estavam previstos. Percebo que a expectativa em relação às obras era grande, contudo, sei que as pessoas também perceberam e reconheceram a pertinência desta alteração de planos, até porque as ajudámos a ultrapassar um momento menos bom das suas vidas. Se a pandemia não tivesse existido teríamos sido capazes de concretizar todos os projetos delineados. Apesar disso, neste momento, as obras já estão todas lançadas falta apenas a sua concretização”, completa.

EM PRIMEIRO LUGAR: AS PESSOAS

Pedro Folgado acredita que o número de infetados nunca foi muito elevado no concelho porque, em primeiro lugar, o Município manteve sempre uma relação de parceria e de grande proximidade com as instituições de saúde locais e com a Proteção Civil. “Trabalhámos sempre de forma concertada”. Para além disso, desde muito cedo, a Autarquia distribuiu equipamentos de proteção individual (EPI) a toda a popu-

lação, assim como às diversas instituições existentes no concelho. “Numa primeira fase fizemos esse grande investimento, uma vez que estes equipamentos eram muito caros, até porque a sua disponibilidade era muito limitada. Porém, naquele momento, o dinheiro era o menos importante. O mais importante era a proteção das pessoas, até porque ainda não conhecíamos este vírus. Não me arrependo da escolha que fiz e defenderei sempre essa escolha: as pessoas, o seu bem-estar e segurança está sempre, mas sempre, em primeiro lugar”.

No setor social, de realçar que a Autarquia trabalhou sempre de forma muito próxima com os responsáveis pelas diversas IPSS do concelho, tendo optado por uma postura preventiva e proactiva. “Estivemos sempre muito atentos e vigilantes à evolução da pandemia em Alenquer, tudo para que, perante o primeiro sinal de alerta, pudessemos atuar de imediato e conter qualquer possível surto. Também definimos, desde logo, as regras de acesso aos vários serviços municipais e demais equipamentos, sendo que foram realizadas diversas visitas de fiscalização para nos assegurarmos de que as regras estavam a ser cumpridas”, explica o autarca.

Também com as instituições escolares a articulação com o Município foi concertada, sendo que a Autarquia nunca deixou de fornecer refeições aos alunos mais carenciados. “Esta foi uma operação complexa que tivemos que montar, até porque as pessoas tinham medo e não queriam expor-se ao perigo. Apesar disso, era necessário que alguém cozinhasse e servisse as refeições e, depois, era também ne-



Pedro Folgado

cessário que alguém fizesse o seu transporte, uma vez que funcionámos em serviço de entregas ao domicílio. Tenho que enaltecer a forma abnegada com que toda a gente trabalhou e que fez com que esta medida fosse possível, salvaguardando sempre que todas as medidas de segurança estavam a ser cumpridas”.

O COMBATE À PANDEMIA

Foram inúmeras as medidas de apoio que o Município promoveu no combate a esta pandemia. No que concerne ao apoio alimentar, a Autarquia duplicou as verbas destinadas ao programa de ajuda alimentar da Câmara Municipal já existente e que é desenvolvido por quatro IPSS conceelhias. Para além desse reforço, o Município disponibilizou verbas de igual valor ao apoio alimentar prestado, através das instituições, contribuindo para a resolução de carências diversas (medicamentos, produtos de higiene e proteção individual, entre outros) a pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social. Por fim, para dar resposta a novos casos que surgiram devido à perda de rendimentos, o Executivo protocolou o serviço de EuroTicket Refeição com uma empresa do setor, assegurando apoio na aquisição de produtos alimentares em superfícies comerciais e/ou refeições em estabelecimentos comerciais.

Já nas escolas, a Autarquia trabalhou em parceria com os agrupamentos para o em-

préstimo de computadores portáteis a alunos mais carenciados, tendo sido criada ainda uma rede de distribuição de documentos para outros alunos para que pudessem realizar alguns trabalhos.

Outra das medidas lançadas foi o alargamento do tarifário social da água, saneamento e resíduos, a agregados familiares em situação de carência económica, sendo que, no caso do tarifário dos resíduos, a medida foi alargada às IPSS do concelho. Para além disso, o Município disponibilizou verbas para a aquisição de meios tecnológicos para combate ao isolamento dos utentes dos lares, através de contactos por videochamada com familiares, partilha de fotografias e vídeos ou realização de jogos interativos de estimulação física.

Já no que diz respeito às empresas, o Município criou um Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial, constituído por uma equipa multidisciplinar para assegurar a informação e esclarecimentos sobre todos os apoios e medidas adotados pelo Governo e pela Autarquia. Este gabinete deu resposta a micro, pequenas e médias empresas, assim como ao comércio local e aos trabalhadores independentes. O Município desenvolveu ainda vários workshops *online*, cujos resultados foram disponibilizados no portal www.alenquerportaldenegocios.pt. A página foi também ajustada, no sentido de permitir o envio da listagem de compras para as lojas registadas no portal, com o objetivo de ajudar o comércio local, sendo também possível a indicação da hora de recolha dos artigos, evitando o aglomerado de pessoas dentro das lojas. Por fim, foi criado o Fundo Financeiro de Apoio à Economia Local, com o objetivo de criar um instrumento financeiro de apoio ao tecido empresarial local.

“Numa primeira fase, este apoio teve como objetivo manter os postos de trabalho, uma vez que a comparticipação dada estava destinada aos ordenados dos trabalhadores. Posteriormente, como algumas microempresas não tinham qualquer funcionário, apenas os seus responsáveis, alargámos esta medida a esses empresários. Este apoio era pago mensalmente e decorreu de março a junho de 2020, sendo que já repetimos esta medida em 2021. A verdade é que a atribuição destes apoios valoriza o tecido empresarial, permitindo atenuar os impactos socioeconómicos da crise pandémica, bem como a promoção da economia local e a manutenção dos postos de trabalho”, sublinha Pedro Folgado. O autarca assevera ainda que o Município prestou apoio às autoridades de saúde na



“ESPERO QUE CONTINUEM A ACREDITAR EM NÓS, ATÉ PORQUE AINDA TEMOS MUITA OBRA PARA FAZER EM PROL DA POPULAÇÃO DE ALENQUER. TENHO UMA RELAÇÃO DE PROXIMIDADE COM AS PESSOAS E ESTOU SEMPRE DISPONÍVEL”

atual campanha de vacinação, sendo o responsável pela criação e montagem do centro de vacinação local. “O balanço é extremamente positivo e tudo tem decorrido de acordo com o planeado. Não se têm criado filas, a resposta é célere e as pessoas são vacinadas rapidamente, o que faz com que muitos alenquerenses já estejam vacinados. Nunca deixamos que sobrem vacinas, o que é uma importante mais-valia. O que acontece que quando não aparece alguém temos uma espécie de lista de espera que contactamos para que essas falhas sejam supridas”, explica.

FUTURO PROMISSOR

Quanto ao futuro, Pedro Folgado revela que o Executivo pretende dar continuidade

de ao trabalho que tem sido levado a cabo, nomeadamente, ao nível da reabilitação urbana. “O último quadro comunitário de apoio permitiu-nos apostar na reabilitação na sede do concelho, contudo, agora, gostaríamos de avançar com essa mais-valia nas freguesias, com especial enfoque no Carregado, área urbana complexa que deve ser encarada de forma crítica em relação à sua requalificação”.

O autarca garante ainda que os municípios terão que estar atentos às oportunidades que podem surgir no âmbito do quadro comunitário de apoio Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência que será implementado no nosso País. “Poderão surgir oportunidades na área do ambiente, assim como da eficiên-



cia energética, até porque as alterações climáticas estão na ordem do dia. Não podemos esquecer que a produção de vinho tem um grande peso na economia local, pelo que o clima condiciona, em muito, esta atividade. Temos também que pensar na poupança de água e na preservação dos seus cursos, fator fundamental também, não só para as culturas, mas também para as populações. Poderão surgir ainda oportunidades no âmbito da transição digital e das novas tecnologias. Ainda que já tenhamos realizado diversas ações nesta área, como a aposta na desmaterialização interna de muitos procedimentos e a consequente poupança de papel, é sempre possível fazer mais e melhor. Para além disso, estas medidas também serão importantes para o mundo empresarial, para a rentabilização de recursos e consequente melhoria de procedimentos. A transição digital pode ser uma mais-valia importante no concelho”. Por último, Pedro Folgado destaca o setor da saúde e advoga que, depois da requalificação da maior parte das escolas existentes em Alenquer, o concelho tem agora que apostar na melhoria das respostas que coloca ao dispor dos seus municípios no âmbito da saúde. “Queremos apostar na requalificação e reconstrução de alguns centros de saúde e da criação de novas unidades de saúde familiar”, completa.

O autarca lembra ainda a problemática da mobilidade e dos transportes, “aposta que será transversal a toda a Zona Oeste. “Estamos a aguardar a aprovação da concessão por parte da Autoridade de Transportes. À semelhança do que aconteceu em Lisboa, gostaríamos de ser detentores de uma palavra na empresa que atualmente controla este serviço. É nesse sentido que estamos a trabalhar, por forma a que possamos ter um peso mais vinculativo na definição de linhas e trajetos a efetuar pela empresa de transportes que presta o serviço”.

Por fim, Pedro Folgado deixa uma mensagem a todos os alenquerenses: “Espero que continuem a acreditar em nós, até porque ainda temos muita obra para fazer em prol da população de Alenquer. Tenho uma relação de proximidade com as pessoas e estou sempre disponível. Ao contrário de algumas autarquias nunca implementei dias exclusivos para atendimento e as reuniões de Câmara foram sempre públicas para que todos possam participar. Esta é uma governação de todos, para todos”, conclui. 

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

CIDADE PARA AS PESSOAS

Jorge Faria preside os destinos do Município do Entroncamento há oitos anos. O autarca reitera que, ao longo destes dois mandatos, o objetivo do Executivo não mudou: tornar o Entroncamento numa cidade para as pessoas. Com inúmeros investimentos a decorrer e com uma aposta clara na potenciação da ferrovia tão característica do concelho, Jorge Faria garante que enquanto mantiver funções, “os munícipes poderão contar com uma equipa rigorosa, dedicada e empenhada na melhoria da qualidade de vida de todos nós. É para isso que cá estamos e que trabalhamos afincadamente todos os dias”.



► “A pandemia mexeu com a vida de todos os portugueses tanto a nível pessoal, como profissional, pelo que o concelho do Entroncamento não foi exceção. Assim, tivemos que adiar ou ajustar a esta nova realidade várias iniciativas culturais e recreativas projetadas, para além de diversas atividades de proximidade que estavam planeadas”, lembra Jorge Faria, presidente da Câmara Municipal do Entroncamento. Apesar disso, o autarca garante que o Executivo procurou sempre manter uma ligação aos munícipes mais idosos, “aqueles que, por norma, estão mais isolados e que, por isso, precisam de mais apoio. Assim, apesar da pandemia, mantivemos em funcionamento programas de apoio e de proximidade existentes, sendo que também criámos uma linha de emergência social, o que se instituiu como uma importante mais-valia. Para além disso, numa parceria com a rádio local, criámos um programa radiofónico, especialmente pensado para este público e que conta com a participação de técnicos da Autarquia. Paralelamente, através dos nossos técnicos ou da rede de voluntários que criámos, realizámos visitas frequentes a esta po-

“APESAR DA PANDEMIA, MANTIVEMOS EM FUNCIONAMENTO PROGRAMAS DE APOIO E DE PROXIMIDADE EXISTENTES, SENDO QUE TAMBÉM CRIAMOS UMA LINHA DE EMERGÊNCIA SOCIAL, O QUE SE INSTITUIU COMO UMA IMPORTANTE MAIS-VALIA”

pulação que contempla cerca de 2300 idosos. Foi muito importante estarmos presente, falarmos com estas pessoas e fazê-las perceber que não estavam sozinhas e que alguém se preocupava com elas, ajudando-as a atravessar este ano difícil para todos”.

Jorge Faria assevera que o Executivo tentou, desde logo, mitigar as questões mais prementes, apoiando os mais frágeis e carenciados, quer através de um reforço da Rede Social, quer através de um apoio direto às várias associações que existem no concelho, que ficaram ainda isentas do pagamento da água e resíduos. Às IPSS e aos bombeiros a Autarquia conferiu um reforço do financiamento, sendo que, nos períodos mais agudos, “não regateámos esforços no fornecimento de todo o tipo de equipamentos de proteção individual e na disponibilização de testes”. Por sua vez, as empresas que ocupam espaços camarários ficaram isentas do pagamento de renda ou viram esse valor reduzido em 50%. Ainda para ajudar este setor, o Município já desenvolveu diversas campanhas de apoio ao comércio local. “As pessoas adquirem vouchers no valor de cinco euros que podem depois ser usados nas lojas com um valor de dez euros, sendo a Autarquia a responsável pela compensação. O poder local foi fulcral nesta luta. Sem as autarquias o resulta-

do desta pandemia teria sido muito diferente”, assegura o autarca.

Quanto à campanha de vacinação, Jorge Faria assegura que esta está a decorrer em consonância com o que acontece no resto do País. Contudo, o autarca não percebe porque é que os responsáveis pela *task force* não consideraram necessária a criação de um centro de vacinação no Entroncamento, ainda que o Executivo já o tenha sugerido diversas vezes. “Neste momento, os munícipes são encaminhados para o centro de vacinação de Torres Novas, enquanto que os maiores de 80 anos ou portadores de maiores debilidades foram vacinados no Centro de Saúde local. Contudo, muitas pessoas não dispõem de meios próprios para se deslocarem até Torres Novas, tendo que recorrer a táxis, o que não faz qualquer sentido. Além disso, se o Entroncamento é o maior centro urbano do Médio Tejo, com cerca de 21 mil habitantes, não seria pertinente a criação de um centro de vacinação local? O nosso sistema de transportes urbanos concelhio facilitaria a deslocação das pessoas e existem diversos espaços disponíveis. Se, amanhã, as entidades competentes nos permitirem essa instalação, de imediato iremos facultar os meios necessários para que este projeto se materialize. Sei que a sua instalação está a ser ponderada, contudo, esta é uma decisão que não depende de nós”.



Jorge Faria

CONCELHO DE PROGRESSO

Jorge Faria sublinha que, ao nível dos investimentos e das obras que estavam planeadas antes da pandemia, o Executivo teve apenas que realizar alguns ajustes. “Atualmente, a taxa de execução daquele que era o nosso plano em 2017 é bastante elevada. Aliás, o nível de execução dos fundos comunitários que foram atribuídos ao Município é bastante interessante. Temos conseguido concretizar os projetos delineados, mais-valia importante tendo em conta a situação financeira da Autarquia que herdamos quando tomámos posse”.

Entre as várias obras realizadas, o autarca destaca a reabilitação do Cineteatro São João, obra no valor de 1.5 milhões de euros e que foi comparticipada a 85% por fundos comunitários. “Este foi um investimento muito importante até porque o edifício já estava fechado há muitos anos por falta de condições. Hoje este é um edifício moderno, dedicado à cultura”, explica Jorge Faria que acrescenta que a Autarquia também reabilitou o mercado municipal, outra obra no valor de um milhão de euros. A intervenção serviu, sobretudo, para melhorar funcionalidades e modernizar este espaço central da cidade. “O edifício tem cerca de 40 anos e urgia uma intervenção, daí que tenhamos incluídos as obras no nosso Plano Estratégico de Desenvolvi-

to Urbano (PEDU). Hoje o espaço funciona também como centro de negócios, o que conferiu dinamismo ao centro histórico, uma vez que tornámos o mercado atrativo para os mais jovens. Apesar disso, o mercado continua a ser um espaço privilegiado para os produtores locais, sobretudo dos concelhos próximos, uma vez que o Entroncamento é essencialmente urbano”.

Paralelamente, o autarca refere que não pode ser esquecida a reabilitação urbana que está a ser levada a cabo através da modernização de alguns arrumamentos e da intervenção em diversas infraestruturas. Neste âmbito Jorge Faria enaltece a reabilitação dos bairros ferroviários, numa parceria que o Município firmou com a Fundação do Museu Nacional Ferroviário. “Vamos investir 1.7 milhões de euros na reabilitação do Bairro do Boneco, atualmente devoluto e degradado, através da criação de um Centro de Ciência Viva dedicado à mobilidade e à ferrovia. Nesse espaço iremos ainda instalar o centro de documentação ferroviária e um espaço museológico”. Esta intervenção acontece no seguimento das reabilitações do Bairro Camões e da Rua Eng.º Ferreira Mesquita, intervenções que estão já na sua fase final. “No Bairro Camões estamos já a concluir a recuperação de 32 vivendas sendo que seguir-se-á a intervenção no Bairro da Vila Verde, que será recuperado para habitação, mais concretamente, para o mercado do arrendamento de jovens casais, numa tentativa de conseguirmos fixar as populações. Restará um outro bairro, mesmo junto à estação, onde pretendemos instalar um centro de serviços partilhados, uma vez que não possui condições para habitação. Estes projetos são um contributo importante para o cluster ferroviário que é a marca essencial do Entroncamento”, assegura Jorge Faria. O autarca refere que o Município realizou ainda outros investimentos importantes para a cidade, como a criação de um novo parque empresarial com uma área de 20 hectares, obra orçada em 1,6 milhões de euros, mas apoiada por fundos comunitários. “Prevemos que esta nova resposta irá potenciar a criação de 400

“VAMOS INVESTIR 1.7 MILHÕES DE EUROS NA REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO BONECO, ATUALMENTE DEVOLUTO E DEGRADADO, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DEDICADO À MOBILIDADE E À FERROVIA. NESSE ESPAÇO IREMOS AINDA INSTALAR O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO FERROVIÁRIA E UM ESPAÇO MUSEOLÓGICO”

novos postos de trabalho. Para além da excelente localização geográfica, este parque está dotado das melhores infraestruturas ao nível rodoviário, ferroviário, fibra ótica, gás natural e linha de baixa e média tensão. Estas qualidades foram já reconhecidas, uma vez que dois terços deste novo espaço estão já ocupados por empresas que ali se irão instalar quando o parque abrir, o que é muito significativo. São muitos os investidores que nos têm procurado. Contudo, também investimos na antiga área industrial do Entroncamento”. Jorge Faria relembra que o Município realizou ainda avultados investimentos na rede de abastecimento de água concelhia, tanto ao nível da distribuição em alta como em baixa, estando a decorrer, neste momento, um investimento na ordem dos 1.4 milhões de euros, intitulado Stop Perdas. O autarca explica, que, tal como o próprio nome indica, este projeto tem como objetivo rentabilizar o consumo de água, terminando com qualquer desperdício involuntário. “Vamos substituir várias condutas e evoluir

tecnologicamente todo o sistema, permitindo-nos dotar a rede de zonas de controlo e medição para monitorização de eventuais fugas. Quando tomamos posse, pela primeira vez, o Município registava perdas superiores a 40%. Em 2020 conseguimos chegar aos 27%, o que representa uma grande poupança para os cofres do concelho”, reitera o autarca que recorda que o Município realizou ainda investimentos consideráveis na rede de saneamento concelhio. “Estas obras causam perturbações no dia a dia das populações, contudo, são vitais para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida de qualquer concelho. Com esta intervenção asseguramos a segurança da cidade a este nível para os próximos 50 anos”, completa.

De acordo com Jorge Faria, a Autarquia investiu ainda na reabilitação das piscinas municipais, dotando-as de melhores condições ao nível ambiental e maior eficiência energética, sendo que, nessa área da cidade o Executivo também está a trabalhar na melhoria das acessibilidades, nomeadamente na eliminação de possíveis barreiras arquitetónicas, medida que já estendeu a outras áreas do concelho.

Por fim, o autarca salienta o investimento realizado na rede de ciclovias concelhias, uma vez que o Executivo aumentou exponencialmente a sua extensão. Neste momento, a rede possui 11 quilómetros, o que representa dez por cento da rede viária existente. “Queremos descarboxar ao máximo o centro da cidade, tornando-o ecologicamente mais verde e sustentável, pelo que incentivamos as pessoas a deslocarem-se com recurso a meios alternativos ao automóvel, ao mesmo tempo que construímos novos jardins e reabilitamos outros espaços. As tarifas nos transportes públicos também são reduzidas. Qualquer jovem, até aos 30 anos, independentemente de estudante ou trabalhador, usa gratuitamente este meio de locomoção, mesmo que não habite no concelho. Só tem que ter ativo o título de transporte. Hoje, o Entroncamento é um dos concelhos mais verdes do País”.



MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Quanto ao futuro, Jorge Faria revela que o grande objetivo do Executivo foi sempre o de melhorar a vida das pessoas, melhorar a qualidade de vida. “É por isso que trabalhamos sob o mote «Entroncamento: cidade para as pessoas», ou seja, tudo o que fazemos tem este objetivo supremo. Este continua a ser o nosso norte e a visão que vamos continuar a apostar. Assim, as obras de reabilitação do património ferroviário, da reabilitação urbana e do desenvolvimento económico vão continuar a permanecer a nossa lista de prioridades”. O autarca aponta outro objetivo para o futuro: aumentar a oferta dos níveis de ensino disponíveis no concelho. “Estamos a trabalhar no sentido de criar uma escola de nível superior no Entroncamento. Este estabelecimento de ensino estará focado, sobretudo, nas engenharias e na ferrovia, acompanhando esta aposta do Governo na primazia à ferrovia, onde o Entroncamento é um concelho de referência, até porque muito do seu desenvolvimento tem acontecido ligado a este setor. Também não queremos ficar de fora da produção do chamado comboio português, projeto de recuperação de automotoras, locomotivas e carruagens que a CP está a levar a cabo, conferindo-lhes valor português, ao mesmo tempo que tiramos partido da economia global em que estamos inseridos”. Jorge Faria deixa ainda uma garantia: “Enquanto mantivermos funções, os munícipes poderão contar com uma equipa rigorosa, dedicada e empenhada na melhoria da qualidade de vida de todos nós. É para isso que cá estamos e que trabalhamos afincadamente todos os dias”. ✚

FICHA TÉCNICA - Propriedade, Edição, Administração e Autor: Páginautêntica - Publicações, Lda **Administração, Redação e Departamento Gráfico:** Rua Alto do Pinoco, N.º 7 A Bragadas 4870-251 Bragadas, Santo Aleixo de Além-Tâmega - Tel. 225 360 898 / 259 010 952 - geral@empresasmais.pt, www.empresasmais.pt

Diretor de Publicação: Alberto Santos **Periodicidade:** Bimestral **Depósito Legal:** 370221/14

Os artigos nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor. Reservados todos os direitos, proibida a reprodução, total ou parcial, sem prévia autorização do editor. A paginação é efetuada de acordo com os interesses editoriais e técnicos da revista, exceto nos anúncios com localização obrigatória paga.

O editor não se responsabiliza pelas inserções com erros, lapsos ou omissões que sejam imputáveis aos anunciantes. Quaisquer erros ou omissões nos conteúdos não são da responsabilidade do editor.

MUNICÍPIO DE BARRANCOS

CONCELHO COM QUALIDADE DE VIDA

Depois de, aproximadamente, quatro anos à frente dos destinos do Município de Barrancos, João Serranito Nunes, 72 anos de idade, despede-se da Autarquia, uma vez que não será candidato nas próximas eleições. O autarca explica que “apesar de ter sido uma experiência enriquecedora, ainda tenho projetos pessoais que quero cumprir”.



► “É incontornável que, a atual pandemia condicionou a vida de todos os portugueses e da comunidade, de uma forma muito mais profunda do que aquela que possa parecer numa primeira análise. Tínhamos muitos projetos delineados que tiveram que ser adiados, nomeadamente alguns ligados à captação de empresas para a criação de novos postos de trabalho que, infelizmente, não se concretizaram e é essa a minha maior mágoa. Com as empresas a entrarem em *lay-off* e obrigadas a dispensar pessoas, foi impensável a sua expansão. Lamento não ter conseguido dar a possibilidade aos mais jovens de ficarem no concelho”, admite João Serranito Nunes, presidente da Câmara Municipal de Barrancos, que completa: “Ainda

que a nossa localização geográfica possa parecer penalizadora para quem labora apenas no mercado nacional, para as empresas que estejam voltadas para a exportação, a nossa localização passa a ser uma mais-valia, uma vez que estamos numa das portas de entrada terrestre da Europa. Este é um fator diferenciador e que deve continuar a ser explorado.”.

Para o autarca, se há 40 anos os municípios do Interior clamavam por boas acessibilidades rodoviárias, hoje, ainda que estas sejam importantes, “são vitais as autoestradas da informação e o acesso ao 5G”. O presidente considera que a comunicação digital é uma oportunidade para o território. “Precisamos efetivamente de mais emprego. Contudo, estou confiante de que, no futuro, com o recurso às novas tecnologias seremos capazes de reter aqui as pessoas, ao mesmo tempo que atraímos mão de obra qualificada que vai escolher fazer aqui a sua vida. Atualmente, estar longe dos centros urbanos pode ser um trunfo para um território como o nosso. Detemos equipamentos sociais e educativos, entre outros, que asseguram um bom nível de qualidade de vida aos nossos munícipes. Aqui as pessoas não têm que se preocupar com o trânsito, a poluição, não demoram duas horas a chegar ao seu local de trabalho e

têm tempo para o lazer, a cultura, o convívio social e a prática desportiva. Esse privilégio existe em Barrancos, mais-valia que foi muito valorizada com a pandemia. Estando em regime de teletrabalho as pessoas podem estar em qualquer lugar”. João Serranito Nunes considera que o facto de Barrancos ser um município de pequena dimensão também permitiu, no início da pandemia, elaborar um plano de contingência envolvendo todas as entidades da primeira linha de intervenção. Perante os primeiros casos reunimos com todas as entidades competentes e definimos o plano de ação, porque percebemos que esta doença é grave e que as suas consequências são nefastas”. O Município distribuiu kits de proteção por toda a população e equipamentos de proteção individual às diversas instituições, sendo que também disponibilizou meios humanos, logísticos e financeiros para que estas entidades “estivessem equipados e preparados para responder às necessidades dos seus utentes”. Além disso, foram ainda fornecidos testes, sempre que necessário.

O autarca explica que o Município também criou um Banco de Voluntariado, informal, que colaborou com os funcionários da Câmara na entrega de alimentos, medicamentos e na prestação de outros serviços a todos aqueles que estavam confinados. Também não esquecemos os nossos empresários e criámos várias medidas de apoio à economia local. Não digo que todos os problemas criados pela pandemia foram resolvidos, contudo, foram minimizados. Ainda assim, não há milagres.

Apesar de não ser candidato nas próximas eleições, João Serranito Nunes reconhece que quatro anos é pouco tempo



João Serranito Nunes

para fazer obra, “pior ainda quando metade do mandato é passado no combate a uma pandemia. Concordo que mandatos de seis anos seriam mais ajustados, pelo que defendo que a lei deve ser revista. Os primeiros anos servem para identificar e conhecer a dimensão real dos problemas do concelho, para os estudar aprofundadamente por forma a definir as melhores soluções e encontrar fontes de financiamento. No fundo, colocar o sistema a funcionar”.

O autarca sublinha ainda que a carga burocrática existente no nosso país também é muito elevada, o que “torna os processos muito morosos, sendo que uma gestão de proximidade não se compadece com estes entraves e dificuldades”.

João Serranito Nunes é perentório: “Saio de consciência tranquila porque fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance. Fizemos o melhor que conseguimos, dadas as circunstâncias e reconheço que esta foi uma experiência enriquecedora. De futuro, vou dedicar-me à minha família, aos estudos e aproveitar o dia a dia. Ainda tenho projetos pessoais que quero concretizar, pelo que a idade que tenho não se coaduna com o cumprimento de mais um ou dois mandatos. Sei que as pessoas estão sensíveis e percebem os meus motivos. Tenho que dar lugar aos mais novos, até porque acredito que é deles o futuro”. ✚





www.housesinpico.com
housesinpico@gmail.com
292 642 372 | 913 459 339

CASAS PARA ALUGUER NA ILHA DO PICO

Desfrute da rusticidade envolto em natureza.

FAÇA JÁ A SUA RESERVA



ÓASIS
CAR RENTAL

**ALUGUER
DE VIATURAS**

ILHA DO PICO
Desde 25€ por dia

ILHAS TERCEIRA E SÃO JORGE
Desde 35€ por dia



Skoda Citigo



Nissan Micra Naru



Renault Clio



Skoda Fabia Break



Renault Megane



VW Transporter

WWW.RENTACAROASIS.COM

[t] 292 623 770 [m] 914 906 212 / 914 905 436 [e] raoasis@gmail.com

Aqui todos os dias se faz história.

Desde os tempos dos romanos.



CONDEIXA
CÂMARA MUNICIPAL



Ruínas de Conimbriga

Em Condeixa todos os dias têm histórias.

É assim há mais de dois mil anos. Desde o tempo em que os Romanos escolheram a região para erguer Conimbriga e fizeram da cidade o centro de uma intensa atividade social e cultural. É assim ainda hoje, com a abertura do PO.RO.S, um museu interativo que recria a vida do império. Com festivais de recriação histórica e de gastronomia. Com trails e caminhadas em lugares da natureza únicos. E muitas outras iniciativas.

Venha conhecer Condeixa, venha viver a história.



TURISMO DE
CONDEIXA

No Centro
da História

CONHEÇA A NOSSA,
VIVA A SUA.